

ADVENTISMO DO SÉTIMO DIA

Palavra inicial:

Respeitamos o adventismo e temos em alta consideração cristã os adventistas. No momento, porém, que divulgam suas doutrinas peculiares pela mídia escrita, falada e televisiva, alcançando e desafiando membros de outras denominações, temos o direito e também o dever de expor às ovelhas de nosso aprisco os seus ensinamentos denominacionais, que não aceitamos por absoluta contradição com os primados confessionais calvinistas; e não são poucos nem desprezíveis. Exporemos à comunidade a fundamentação adventista de seus dogmas particulares em desacordo com os fundamentos bíblicos reformados. Deixaremos evidentes as fontes não bíblicas em que se baseiam para, a partir delas, tentarem apoio escriturístico, inclusive as visões pessoais de Ellen White, apresentadas como verdades reveladas indiscutíveis. Os seguidores da referida profetisa externam publicamente o que teologicamente são; nós mostraremos apenas aos domésticos da fé, pastoralmente, o que somos e quem são eles, mas sem contundência nem ofensas de quaisquer naturezas.

HISTÓRICO

O Adventismo do Sétimo Dia nasceu com a pregação do lavrador batista, William Miller, do Estado de Nova Iorque, E.U.A. Ele, de Daniel 8.13,14, concluiu que as 2.300 tardes e manhãs eram 2.300 anos. Partindo de 457 a. C., chegou ao ano 1883, afirmando que Cristo, infalivelmente, voltaria nessa data. Não voltando, Miller, alertado por um de seus seguidores, Samuel Snow, verificou que havia cometido erro de cálculo, por ter usado o calendário judaico e não o romano. “Convencido do equívoco”, remarcou o retorno de Cristo para o dia 22 de outubro de 1884. Desiludido, porque sua previsão mais uma vez falhara, deixou de pregar o advento; voltou à sua igreja de origem na qual findou os seus dias aos 68 anos incompletos, no dia 20 de dezembro de 1849. Do concretismo da matemática, que não funcionou, o adventismo passou às visões individuais. E assim, de visão em visão, estruturou seu sistema doutrinário vigente.

Visão do Altar celeste: Na manhã de 1885, um millerista fanático, Hiram Edson, anunciou que havia tido uma visão, na qual vira Cristo em pé ao lado do Altar celeste, concluindo, por sua “experiência” pessoal não testemunhada, que Cristo de fato havia voltado, não para a terra, mas para o Altar, que se localiza em algum lugar no céu, cumprindo Dn 8.14. A senhora Ellen White, também por meio de visões reveladoras, teve, “da parte do Espírito,” a confirmação do retorno do Messias “do Céu para o Céu”, ocupando o Santo dos Santos celeste, onde assumiu, com o papel secundário de Sumo Sacerdote, o supremo posto de “Juiz investigador”. Melhores esclarecimentos sobre a questão daremos posteriormente.

Um ancião, James White, marido da jovem Ellen White, “interpretando” Ap 14. 6-12, chegou à conclusão de que Miller entendeu bem as mensagens dos dois primeiros anjos, as quais indicam o movimento adventista dos últimos tempos antes da volta de Cristo para o Santo dos Santos celeste, mas não entendeu a pregação do terceiro anjo (Ap 14.9-12) que, segundo ele, estabelece a prioridade sabática e assinala com o *signal da besta* todos os que quebram a lei, especialmente aqueles que profanam o Sábado, trocando-o pelo Domingo.

Foi dona Ellen White, como profetisa canônica do movimento, que, por revelação direta, estruturou o adventismo do sétimo dia, organizado em Igreja no ano de 1860. O

binômio doutrinário fundamental, *Advento e Sábado*, determinou o nome da seita: *Igreja Adventista do Sétimo Dia*.

Eis um quadro esquemático das doutrinas adventistas com as quais não concordamos:

- a- Dormência da alma na sepultura.
- b- Inexistência do inferno e das penas eternas.
- c- Liquidação dos ímpios.
- d- Expição compartilhada: Cristo e Satanás.
- e- Juízo Investigativo.
- f- Fixação do Sábado judaico.
- g- Escatologia: Pré-milenismo específico.

DORMÊNCIA DA ALMA (Psicopaniquia).

O adventismo afirma, pela “profetisa” Ellen e por Spicer, respectivamente, que: *“Os que descem à sepultura estão em silêncio. Não mais sabem de coisa alguma que se faz debaixo do sol(Jó 14. 21). Bendito descanso para o justo cansado! Seja longo ou breve o tempo, não é para eles senão um momento. Dormem, e são despertados pela trombeta de Deus para uma imortalidade gloriosa”*(White, Elen, “*O Conflito dos Séculos*”, 11ª Ed., CPB,SP, 1972, pág. 549). *“O Estado a que somos reduzidos pela morte é de silêncio, de inatividade e de inteira inconsciência”*(Spicer, apud J.K. Baalen: “*O Caos das Seitas*, 2ª Ed. Imp. Bat. Regular, 1974, SP, pág. 151).

Pressupostos biopsíquicos.

A doutrina do “Sono da Alma”, dormente no corpo decomposto, física e quimicamente dissolvido e reintegrado aos elementos originais(pó da terra), é uma heresia antiga. Na Idade Média defendiam-na os psicopaniquianos. Pregavam-na alguns grupos anabatistas no tempo da Reforma. O irvingitas ingleses ensinavam-na (Berkhof, Louis: Teologia Sistemática, Luz Para o Caminho, 4ª Ed.m 1996, Sp, pág. 695). Alguns teólogos liberais defendem-na. Os adventistas tomaram-na, converteram-na em dogma e a popularizaram.

Filosoficamente, fundamenta-se tal conceito em dois princípios antropofísicos: Primeiro: a alma é simples *respiração vital* do corpo, não podendo ter existência e expressão independentemente dele. Segundo: A consciência, o raciocínio e a compreensão são funções cerebrais. Morto o cérebro, ficam liquidadas a cognição e a volição, e a alma, na concepção adventista, entra em estado de inatividade completa.

Em oposição ao argumento materialista de que o espírito não se expressa sem cérebro, a revelação nos ensina: Deus é Espírito incorpóreo dotado de inteligência e vontade. Os anjos são igualmente incorpóreos, porém, inteligentes, ativos e perceptivos. Também as almas ou espíritos humanos desencarnados levam para a existência, no estado intermediário entre a morte a ressurreição, a vitalidade consciente e a expressividade volitiva, isto é, conservam todos os elementos racionais de um ser inteligente e espiritualmente dinâmico. Sobre esta questão, falaremos depois.

Pressupostos bíblicos.

Ao adventistas citam muitos textos bíblicos, especialmente do Velho Testamento, para “provarem” a psicopaniquia. Os textos avocados, porém, não falam de “sono da alma”; descrevem, ou a inatividade do morto ou, analogicamente, comparam a morte ao

sono do homem, ser uno e integral no conceito vetotestamentário, não separadamente de sua alma. Cristo, por exemplo, disse que seu amigo Lázaro havia “adormecido”. Ele não afirmou, como induzem os adventistas, que “a alma de Lázaro” dormia. Incompreendida, por seus discípulos, sua linguagem figurada(Jo 11. 12,13), o Mestre falou claramente: “*Lázaro morreu*”(Jo 11. 14). Aqui, incontestavelmente, é sinônimo de morte. E se “sono” é igual a “morte” neste caso, deduz-se que deve ser em todos os outros em que a palavra “sono” seja usada para significar “morte”. Lembremos que a morte de Lázaro aconteceu, segundo os planos divinos, para que o Filho de Deus revelasse seu poder sobre a morte e fosse glorificado(Jo 11.4), não sobre um suposto sono. Um caso semelhante de morte de quem se destina à ressurreição preordenada por Cristo é a da filha de Jairo. Sobre ela também Jesus afirma: *Ela não está morta, mas dorme*(Lc 8.52; leia: 8.49-56). Mais uma vez, repetimos, o Salvador não disse: a alma da menina dorme, mas: “*ela não está morta, mas dorme*”. A tese de que “ a morte dos que se destinam à ressurreição” pode ser comparada a um sono, pois seus corpos não permanecerão indefinidamente sob o seu poder, vale para entendermos Paulo, quando se refere à ressurreição dos justos: *Não queremos, porém, irmãos, que sejais ignorantes com respeito aos que dormem, para não vos entristecerdes como os demais, que não têm esperança. Pois, cremos que Jesus morreu e ressuscitou, assim também Deus, mediante Jesus, trará, em sua companhia, os que dormem. Ora, ainda vos declaramos, por palavra do Senhor, isto: nós, os vivos, os que ficarmos até à vinda do Senhor, de modo algum precederemos os que dormem*”(I Ts 4. 13-15). A morte dos justos, cujos corpos aguardam a ressurreição prometida e garantida por Cristo para a vida eterna glorificada, é comparada a um sono. Foi nessa convicção que Estêvão “adormeceu”(At 7.60). A analogia com a morte e a ressurreição temporária de Lázaro e da Filha de Jairo é pertinente. Não se diz, no Novo Testamento, do ímpio morto que ele “dorme”. No VT, em que a doutrina da ressurreição não estava bem desenvolvida e, portanto, não fazia parte da confissão de fé de Israel, o verbo dormir usou-se para significar a morte de justos e injustos(Dn 12.12). Há, porém, um problema exegético, que nos impede de firmar doutrina sobre este texto: Daniel fala da ressurreição de “muitos”, não de “todos” os mortos. Daniel não fala de “dormência da alma”, mas de “dormência do homem.” A esperança da ressurreição leva-nos a considerar a morte um estágio temporário de separação corpo-alma, um “sono” analógico. O mesmo não acontece com os réprobos, cujas almas aguardam a ressurreição para juízo final; e, portanto, não a desejam, não depositam nela qualquer esperança.

Os textos do Saltério servem mais aos Testemunhas de Jeová, para os quais a alma não passa de “respiração” de homens e de animais, que para os adventistas, que defendem sua existência e permanência, mesmo em condição de sonolência durante o período intermediário, pois falam do morto como inexistente. Ei-los: Sl 6.5; Sl 39.13; Sl 88. 3-13; Sl 94. 17; Sl 115.17; Sl 146. 4). Há adventistas que sustentam a mesma doutrina russelita: a alma é um “fôlego de vida”, extinguindo-se, portanto, com a morte. Neste caso, não podem falar de ressurreição, mas recriação. Os salmos 94. 17 e 115. 17, chamam o sepulcro ou sheol de “região do silêncio”: silêncio do “morto” não de sua “alma” separadamente. Veremos, a seguir, a “Consciência da Alma” depois da morte.

A ALMA NO ESTADO INTERMEDIÁRIO

Estado de Consciência.

A morte, consequência do pecado, estabelece a temporária separação da unidade original “corpo-espírito” ou “corpo-alma”(pneumossoma ou psicossoma). Deus, por sua infinita misericórdia e inefável graça, não permitirá que os efeitos da queda permaneçam

danificando seus eleitos. Ele os reunificará, incorruptíveis, pela ressurreição do último dia. Enquanto, porém, perdurar a separação, o espírito, dado pelo Criador, ficará sob sua proteção, aguardando o dia da reunificação, quando se restabelecerá a condição ideal, conforme a criação. O espírito, provisoriamente separado de seu corpo pelo qual veio à existência e se expressou vitalmente como ser humano, tendo voltado para Deus(Ec 12.7), encontra-se, no “Seio de Abraão”, em pleno gozo de suas faculdades cognitivas e volitivas, esperando a promessa de sua idealidade, a plenitude de sua realidade final: humanamente perfeito no ser ressurreto.

Provas bíblicas da consciência do espírito ou alma.

Do Velho Testamento:

Sl 16.11: *Tu me farás ver a vida; na tua presença há plenitude de alegria; na tua destra, delícias perpetuamente.* Não pode haver plenitude de alegria e delícias perpetuamente para uma alma dormente ou liquidada.

Sl 73. 24: *“Tu me guias com o teu conselho e depois me recebes na glória.”* Deus recebe na glória quem “fica dormindo no túmulo?”

Sl 116.15 *“Preciosa é aos olhos do Senhor a morte dos seus santos.”* Seria preciosa ao Senhor um morto no sepulcro com sua alma dormindo nele, inexplicavelmente presa à matéria, somente saindo com ela na ressurreição?

Ec 12.7: *“E o pó volte à terra, como era, e o espírito volte a Deus que o deu.”* Se volta a Deus, não fica dormindo “no leito” do corpo dissolvido.

Do Novo Testamento:

Em Dt 31. 16 Deus predisse que Moisés, em breve, estaria “dormindo” com seus pais. Na interpretação adventista, sua alma estaria dormente no sepulcro. No entanto, ele aparece, transfigurado, no Monte da Transfiguração:

Mc 9.4: *Apareceu-lhes Elias e Moisés, e estavam falando com Jesus.* Não consta que Moisés ressuscitou, maneira de se “despertar do sono”, conforme a tese adventista; e mais, falou com Jesus. Elias foi trasladado(II Rs 2.11), mas Moisés “dormia”, com seus pais, isto é, estava morto. Como então apareceu “falando” com Jesus?

Mt 22.32: *“Eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó? E ele não é Deus de mortos, e sim, de vivos”(cf Mt 8. 11).* Deus de vivos, não de almas letárgicas inconscientes ou totalmente liquidadas, presas aos elementos físicos de seus cadáveres.

Lc 23. 34: *“Em verdade te digo que hoje estarás comigo no paraíso”.* No paraíso, isto é, no jardim do Rei, nos céus, não em sono sem sonhos na matéria putrefeita.

Lc 23.46: *“Pai, na tua mão entrego o meu Espírito! E, dito isto, expirou”.* Cristo, como verdadeiro homem e não uma fantasia humana, no conceito adventista, deveria entrar em profundo estado letárgico, entregar o seu espírito ao sono sepulcral. Pelo contrário, entregou-o ao Pai, levando com ele o companheiro de cruz para o Paraíso celeste: *“Hoje estarás comigo no Paraíso.”*

Fp 1.22,23: *“Entretanto, se o viver na carne traz fruto para o meu trabalho, já não sei o que hei de escolher. Ora, de um e outro lado, estou constrangido, tendo o desejo de partir e estar com Cristo, o que é incomparavelmente melhor.”* Partir e estar com Cristo, não ficar dormindo no leito tumular.

II Co 5: *“Entretanto, estamos em plena confiança, preferindo deixar o corpo e habitar com o Senhor”(Leia II Co 5. 1-8).* Deixar o corpo e habitar com o Senhor, certamente no seu Paraíso. A alma adventista, na verdade, não deixa o corpo: fica dormindo nele até a ressurreição.

I Pe 3. 19: *“...Foi e pregou aos espíritos em prisão.”* Espíritos que rejeitaram a mensagem de Noé e pereceram no Dilúvio. Pregou-lhes a novidade da graça em Cristo

Jesus, para que conhecessem o Juiz de todos os seres humanos. Espírito vivos, conscientes, não almas dormentes.

Ap 6. 9-11: *“Quando ele abriu o quinto selo, vi debaixo do altar as almas daqueles que tinham sido mortos por causa da palavra de Deus e por causa do testemunho que sustentavam. Clamavam em grande voz, dizendo: Até quando, ó Soberano Senhor, santo e verdadeiro, não julgar, nem vingas o nosso sangue dos que habitam a terra? Então, a cada um deles foi dada uma vestidura branca, e lhes disseram que repousassem ainda por pouco tempo, até que também se completasse o número dos seus conservos e seus irmãos que iam ser mortos como igualmente eles foram.”* Almas conscientes e ativas sob a proteção de Deus, isto é, “debaixo do altar”, reclamavam a justiça divina sobre seus algozes. Cristo aconselha tais almas a aguardarem com paciência e tranqüilidade porque a solução final do julgamento somente aconteceria quando se completasse o número dos eleitos e mártires. Aqui se explicita claramente que as almas dos justos mortos vão para o altar celeste, onde ficam sob a proteção do Salvador. Lendo texto como este, ainda é possível acreditar na dormência ou inconsciência da alma?

Ap 20. 4b: *“Vi ainda as almas dos decapitados por causa do testemunho de Jesus, bem como por causa da palavra de Deus, tantos quantos não adoraram a besta, nem tampouco a sua imagem, e não receberam a marca na fronte e na mão; e viveram e reinaram com Cristo durante mil anos”.* Almas dos que morreram por martírio, vivendo e reinando com Cristo durante mil anos.

Consciência no Céu e no Inferno.

Jesus Cristo, o Verbo encarnado, Mestre incontestável, esclareceu-nos, convincente e definitivamente, sobre a situação consciente dos mortos, justos e injustos, no estado intermediário, por esta extraordinária parábola, o Rico e Lázaro:

“Ora, havia certo homem rico que se vestia de púrpura e de linho finíssimo e que, todos os dias, se regalava esplendidamente. Havia também certo mendigo, chamado Lázaro, coberto de chagas, que jazia à porta daquele; e desejava alimentar-se das migalhas que caíam da mesa do rico; e até os cães vinham lambe-lhe as úlceras. Aconteceu morrer o mendigo e ser levado pelos anjos para o seio de Abraão; morreu também o rico e foi sepultado. No inferno, estando em tormentos, levantou os olhos e viu ao longe a Abraão e Lázaro no seu seio. Então, clamando, disse: Pai Abraão, tem misericórdia de mim! E manda a Lázaro que molhe em água a ponta do dedo e me refresque a língua, porque estou em tormento nesta chama. Disse, porém, Abraão: Filho, lembra-te de que recebeste os teus bens em tua vida, e Lázaro igualmente, os males; agora, porém, aqui, ele está consolado; tu, em tormentos. E, além de tudo, está posto um grande abismo entre nós e vós, de sorte que os que querem passar daqui para vós outros não podem, nem os de lá passar para nós. Então, replicou: Pai, eu te imploro que o mandes à minha casa paterna, porque tenho cinco irmãos; para que lhes dê testemunho, a fim de não virem também para este lugar de tormento. Respondeu Abraão: Eles têm Moisés e os Profetas; ouçam-nos. Mas ele insistiu: Não, Pai Abraão; se alguém dentre os mortos for ter com eles, arrepender-se-ão. Abraão, porém, lhe respondeu: Se não ouvem a Moisés e aos Profetas, tampouco se deixarão persuadir, ainda que ressuscite alguém dentre os mortos”

Negar esta parábola com o objetivo de rejeitar a situação dos mortos no estado intermediário é menosprezar a revelação direta sobre a matéria, feita pelo próprio Deus encarnado em Jesus Cristo. Deturpar-lhe o significado, como fazem alguns, é corromper a Palavra de Deus. Aceita nos seus termos, como realmente deve ser, ficam estabelecidas as seguintes doutrinas, rejeitadas pelos adventistas:

Na morte, Corpo e Alma separam-se: *“Aconteceu morrer o mendigo e ser levado pelos anjos para o seio de Abraão; morreu também o rico e foi sepultado(v.22).* Cristo, pois, não defende a tese adventista de que a alma fica dormindo com o corpo: separa-se dele. Tal separação, porém, dura somente enquanto durar o “Estado Intermediário”, que será interrompido pela ressurreição tanto de justos como de injustos, e num único dia. Os justos ressuscitarão para o gozo eterno; os ímpios para o juízo eterno.

As Almas ativas e Conscientes: Vejam as atitudes volitivas e cognitivas da alma do rico: **Viu:** “Levantou os olhos e viu”(v. 23); **Clamou:** “Pai Abraão...”; **Requereu:** “Manda a Lázaro...”; **Sentiu:** “Estou atormentado”; **Intercedeu:** “Imploro que o mandes à minha casa paterna; **Altercou** com Deus: “Não, Pai Abraão; se alguém dos mortos for ter com eles, arrepender-se-ão. Quer uma alma mais consciente e ativa que essa? O rico, certamente, preferiria o “sono”, mas isto não lhe foi possível.

Céu e Inferno: Jesus ensinou a existência do **Céu**, onde Lázaro recebe o consolo divino, repousado no seio de Abraão, isto é, como comensal privilegiado do Pai(v. 22 cf 25), aguardando dias melhores ainda, quando a idealidade humana completar-se na ressurreição; e do **Inferno**(hades), onde o rico se encontra em tormento(vs. 22,23 cf 25), aguardando dias piores.

Castigo Eterno: “ Disse, porém, Abraão: Filho, lembra-te de que recebestes os teus bens em tua vida, e Lázaro igualmente, os males; agora, porém, aqui, ele está consolado; e tu, em tormentos”(v. 25). O castigo imposto à alma pela justiça divina no Hades, continuará na Geena depois da ressurreição.

Os que pregam o “**sono da alma**” no tempo intermédio entre a morte e a ressurreição e, portanto, a sua inconsciência; os que proclamam a “**inexistência**” do inferno e das **penalidades eternas**, gostariam que a *Parábola do Rico e Lázaro* não constasse dos escritos sagrados, mas não são poucas as tentativas de negar-lhe a autoridade doutrinária com a alegação de que Jesus não a contou para falar da vida futura no Estado Intermediário. Impossível, porém, negar o inegável.

CONCLUSÕES sobre o estado intermediário e final da alma:

As Almas dos Justos Estão no Céu:

a- O ex-ladrão convertido na cruz foi convidado por Cristo a estar com ele no Paraíso imediatamente após a morte(Lc 23.43). E o **Paraíso** é o **Céu:** *Conheço um homem em Cristo que, há quatorze anos, foi arrebatado até ao terceiro céu(se no corpo ou fora do corpo, não sei, Deus o sabe); e sei que o tal homem(se no corpo ou fora do corpo, não sei, Deus o sabe), foi arrebatado ao paraíso e ouviu palavras inefáveis, as quais não é lícito ao homem referir”(II Co 12. 2-4).*

b- As almas dos redimidos, aperfeiçoadas, estão incluídas no rol da Igreja celeste: *“À universal assembléia e Igreja dos primogênitos arrolados nos céus, e a Deus, Juiz de todos, aos espíritos dos justos aperfeiçoados”(Hb 12. 22b, 23).*

As Almas dos Ímpios estão no Inferno:

Veja a situação da alma do rico(Lc 16. 23, 25). Compare o ensino do divino Mestre na parábola do Rico e Lázaro com o que nos revela Pedro em I Pe 3. 19,20; II Pe 2. 9.

Punição eterna: A bênção do salvo é eterna, mas a maldição do réprobo também é eterna; começa no estado intermediário com o tormento do Hades, continua no fogo da Geena, depois de ressureto. Sobre as penalidades eternas, ouçamos o Mestre dos mestres: *“Se a tua mão te faz tropeçar, corta-a; pois é melhor entrares maneta na vida do que, tendo as duas mãos, ires para o inferno, para o fogo inextinguível [onde não lhes morre o verme, nem o fogo se apaga]. E se teu pé te faz tropeçar, corta-o; é melhor entrares na vida aleijado do que, tendo os dois pés, seres lançado no inferno [onde não lhes morre o verme, nem o fogo se apaga]. E, se um dos teus olhos te faz tropeçar, arranca-o; é melhor entrares no reino de Deus com um só dos teus olhos do que, tendo os dois, seres lançado no inferno, onde não lhes morre o verme nem o fogo se apaga”(Mc 9. 43-48).* O fogo e a imundícia do Vale de Hinon são tomados por Cristo para ilustrar o castigo eterno dos ímpios. Mais duas sentenças de Cristo: *“Então, o Rei dirá também aos que estiverem à esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o Diabo e seus anjos”(Mt 25. 41).* *“E irão estes para o castigo eterno, porém, os justos, para a vida eterna(Mt 25. 46 cf Dn 12. 2; Mt 5.22; Mt 8. 11,12; Mt 18. 8,9; Jd 7; Lc 3. 17; Hb 10. 27; Ap 19.20; Ap 20.10,14,15; Ap 21.8).*

Nada, segura e indiscutivelmente, há no Novo Testamento sobre: **dormência da alma, inexistência do inferno; extinção dos ímpios**. Para nós, a Escritura é a única regra de fé; para os adventistas: a Bíblia, como documento de confirmação, e a Palavra canônica de Ellen White (terceiro testamento), como revelação fundamental, são “regras de fé”.

PRESSUPOSTOS FALSOS

Falsa Interpretação de Daniel.

A doutrina adventista da expiação procede de uma falsa compreensão de Daniel 8.14. O fundador da seita, senhor William Miller, supondo ter interpretado corretamente a profecia, previu o retorno de Cristo para 22 de outubro de 1844. Cristo não veio. A decepção foi, para ele e seus seguidores, traumatizante e constrangedora. A senhora Ellen White, para que a “profecia” do “mestre” prevalecesse, usando a habilidade que lhe era peculiar, “fez a Bíblia comprovar” que o vaticínio de Miller era verdadeiro, pois o que predisse Daniel (Dn 8.14) real e literalmente se cumpriu, porque lá se declara que, depois das duas mil e trezentas tardes e manhãs, “*o santuário será purificado*”. Ela conclui, por “revelação direta”, não por exegese, que o santuário de que falou Daniel era o do Céu, não o da terra, contrariando os propósitos da profecia e a lógica interpretativa, além de não perceber que duas mil e trezentas tardes e manhãs referiam-se a dois mil e trezentos sacrifícios, dois em cada dia, que deixariam de ser oferecidos a Javé, perfazendo um total de 1.150 dias.

Transferências arbitrárias. A primeira inconseqüência foi transformar um dia de sacrifício, ofertas matutinas e vespertinas, em dois dias. A Segunda, converter arbitrariamente dias em anos. A terceira, tomar a data do retorno de Esdras como ponto de partida dos cálculos. A conclusão é falsa, quando parte de premissas falsas. É o que acontece com o adventismo. Verifica-se, pois, que: a- Duas mil e trezentas tardes e manhãs são, na verdade, 1.150 dias. b- Dois mil e trezentos dias não são dois mil e trezentos anos. c- A contagem, a partir do decreto de Artaxerxes, que autorizou o regresso de Esdras à Palestina(457 a. C.), não é segura, porque há dois reis sucessivos com o mesmo nome: Artaxerxes I e Artaxerxes II. Se foi no sétimo ano do reinado de Artaxerxes I, o decreto deve datar-se, aproximadamente, de 458 a.C.; se ocorreu no reinado de Artaxerxes II, a data provável é 398 a. C.(Esdras: Dic. Enclopédico da Bíblia, Editora Vozes, Trad. da 3ª Ed. Holandesa, Petrópolis, RJ, 1992), a mais aceita por Albright e H. H. Rowley(Samuel Schult: Hist. De Israel, Edit. Vida Nova,SP, 1980, pág 251- rodapé). Parece certo que o “último tempo da ira”(Dn 8.19) é o fim do cativo babilônico, onde começa a visão, pois Dn 8.20 fala do poder medo-persa, destruidor do império babilônico. Segue o “poderoso bode”, o império grego(Dn 8. 21 cf 8.5), que derrotou a Pérsia em 480 a. C. No final do império helênico “nasceu um chifre pequeno”, Antíoco Epifânio, déspota elenizante, que marchou contra a “terra gloriosa”, a Palestina(Dn 11.16,41) massacrando, em três dias, 40.000 judeus, profanando o Santo dos Santos, erguendo um altar a Zeus e oferecendo sobre o Altar das ofertas queimadas uma enorme porca. A inominável profanação fez, não somente cessar o sacrifício no templo, mas estabelecer a sua inviabilidade posterior(J.K. Van Baalen: “O Caos das Seitas”, Imp. Bat. Reg., SP, 1974, pág. 153).

O cumprimento da profecia de Dn 8.14 verificou-se com exatidão. Antíoco ofereceu a porca em sacrifício no Altar Sagrado em 25 de dezembro de 168 a.C. No dia 25 de dezembro de 165 a.C., vitoriosa a revolução macabaica, ofereceu-se o sacrifício sobre um altar novo, não profanado, sendo o “Altar purificado”, depois de três anos de profanação, isto é, depois de 2.190 tardes e manhãs de sacrifícios não realizados. Como os sacrifícios, diante da iminência de invasão e das impossibilidades criadas pelos conflitos bélicos, já haviam sido suspensos tempos antes, as 2.300 omissões sacrificiais completaram-se(J.K. Van Baalen, obra citada, pagsa. 152-153). Isto é o que realmente aconteceu; o resto é fantasia de mentes fanatizadas e, por isso mesmo, delirantes.

Conclusão: Miller, subtraindo a data incerta de 457 a.C. dos supostos 2.300 anos, chegou à conclusão de que a marca do retorno de Cristo apontava, invariavelmente, o ano

de 1843. Cristo, contudo, não veio, como matematicamente previra o “profeta”. Ele descobriu que o Messias não retornara porque havia calculado erradamente, mas que poderiam esperá-lo porque, com certeza, apareceria no dia 22 de outubro de 1844. Não apareceu. A profetisa Ellen White, tomando os dados falsos do “profeta” Miller, “inspirada”, dogmatizou que Cristo realmente voltou, não para o altar terreno, projeção do celeste, mas para o altar dos céus, o Santo dos Santos. Em cima do advento por ela imaginado e convertido em dogma doutrinário, o adventismo, estabeleceu a “sua” antibíblica teologia da expiação, que estudaremos posteriormente.

NOMOLATRIA

ENTRONIZAÇÃO DA LEI.

O adventismo, confessionalmente, é nomolátrico, isto é, confessa e pratica verdadeira idolatria da lei, acreditando e ensinando que o Decálogo registrado nas tábuas de pedra no Sinai, posteriormente guardadas na Arca, é projeção exata do que preexistia no “Santuário Celeste”. Eis o que diz a senhora White: “*A Lei de Deus no santuário celeste é o grande original, de que os preceitos inscritos nas tábuas de pedra, registrados por Moisés no Pentateuco, eram uma transcrição exata*”. “*Ninguém poderia deixar de ver que, se o santuário terrestre era uma figura ou modelo do celestial, a lei depositada na arca, na terra, era uma transcrição exata da lei na arca que está no céu*” (White, Ellen: “*O Conflito dos Séculos, 11ª Ed, CPB. SP, 1972, págs. 433, 434*).

Sente-se nestas afirmações dogmáticas forte cheiro de platonismo: Tudo que se nota no âmbito fenomenal é projeção do real existente no mundo dos arquétipos ou das idéias perfeitas. O Decálogo, no conceito adventista, ocupa posição divinizada e eterna no “Santo dos Santos celeste”, ao lado de Jesus Cristo, entronizado posteriormente. Assim, com o privilégio da precedência, iguala-se em poder e dignidade ao Filho de Deus. O código decalogal, pois, eternamente concorre, no mesmo nível de autoridade, com o Verbo encarnado. São, portanto, duas potestades no tal “Santuário do Céu”: A Lei, que sempre esteve lá, e Jesus Cristo, que somente chegou em 1884; a primeira, como regente, o segundo, como Juiz investigativo. Além da proemiência celeste, o adventismo destaca os dez mandamentos com a designação de “Lei moral”, escrita direta e pessoalmente por Javé. Quaisquer normas fora do Decálogo, dizem, são leis cerimoniais, escritas por Moisés. No entanto, Jesus, com a prerrogativa de Segunda Pessoa da Trindade, modificou-lhe o conteúdo no Sermão do Monte (Mt 5-7), deixando de mencionar o mandamento sabático, certamente por irrelevância: suas atitudes para com o Sábado demonstram que não tinha esse preceito legal como necessário a um cristianismo internacional, fundamentado na graça, não na lei. Além do mais, o divino Mestre, infinitamente superior à senhora White, resumiu os mandamentos em apenas dois: “*Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o grande mandamento. O Segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda Lei e os Profetas*.”. Cristo, porém, como Deus encarnado, não os transcreveu das “*tábuas originais*” depositadas no “Santo dos Santos celeste”, mas das chamadas, pelos adventistas, de “leis cerimoniais”. Para a formulação do primeiro mandamento o inquestionável Rabino recorreu a Dt. 6.5. O segundo, ele o fundamenta em Lv 19.18. Os dois mandamentos dos quais toda Lei e os Profetas dependem não são “projeções” da Lei depositada no “Santuário dos Céus”. Cristo ignorou o tal “*original celeste*.” Ele veio cumprir a lei compendiada nas Escrituras, constante de todas ordenanças, não ab-roga-la (Mt 5. 18). Cumpriu-a, menosprezando o literalismo decalogal, mas afirmando os preceitos gerais. Fundamentou o seu código substituto no

primado do amor, jamais na implacável legalidade preceitual. O atributo do amor encontra-se em Deus, não nas tábuas da lei cujo *original* se encontra, segundo White, na “Arca do Santuário celeste”. Lei cabalmente cumprida é justiça totalmente satisfeita. Foi o que Cristo fez, encerrando o ministério soteriológico da lei mosaica.

MORRE O LEGALISMO, RESSUSCITA A GRAÇA.

Jesus declarou o seguinte: “*A Lei e os Profetas duraram até João; desde esse tempo, vem sendo anunciado o evangelho do reino de Deus*”(Lc 16.16). “*É mais fácil passar o céu e a terra do que cair um til sequer da Lei*”(Lc 16.17). A Lei e os Profetas eram os modos pelos quais Deus comandava e doutrinava o seu povo. Agora ele o faz por meio do Filho encarnado, substituindo o legalismo estereotipado, gravado em tábuas de pedra, pelos mandamentos do amor, implantados no coração dos eleitos(Jr 31. 31) e tornados efetivos pelo Espírito Santo, que em nós habita. Na abalizada opinião de Jesus Cristo, os maiores sob a lei eram menores que o menor no reino dos céus, a Igreja de Cristo(Cf Mt 11. 11). Na velha dispensação, pecava mortalmente quem quebrasse a lei; na nova, peca imperdoavelmente quem ofende o Espírito Santo, o aplicador da lei da graça no interior de cada regenerado(Mt 12. 31, 32). Na vigência do legalismo mosaico, a lei revelava o pecado(Rm 7. 7), mas no domínio da graça quem nos convence do pecado, da justiça e do juízo é o Espírito Santo, que nos foi outorgado(Jo 16.8-11). Os mandamentos, na qualidade de estereótipos, vigoraram até o Batista, o último dos profetas vetotestamentários. A partir de então, o governo das almas recai sobre o Cordeiro(Jo 1.16,17), que as gere pelo amor e as habilita, por meio do Paráclito, a guardarem todos os mandamentos resumidos nos primados do amor incondicional a Deus e no amor interativo ao próximo. O velho pacto legal, com o surgimento da graça, tornou-se antiquado e inútil(Hb 8.13 cf Hb 7. 18,19), pois Cristo “aboluiu”, pela encarnação, a lei e as suas ordenanças(Ef 2. 15). Não nos achamos, pois, debaixo da lei, mas da graça(Rm 6.15). Somos guiados pelo Espírito Santo, que atua em nós, conformando-nos à lei de Cristo(Mt, caps. 5-7), não externamente pelos velhos mandamentos, mesmo tendo os seus “originais no Céu”(Gl 5. 18 cf II Co 3. 7-11)). Leiam, por favor, Gálatas: 2. 4,16,21; 3. 1,2,10-13, 21,24; 4. 21-31; 5. 1-8. Leiam também Hebreus, capítulos 7,8,9,10.

O adventismo é contraditório: prega a justificação pela fé, mas professa a salvação pelas obras da lei. São doutrinas entre si antagônicas, irreconciliáveis.

AINDA A LEI DE DEUS

O adventismo, para justificar e fundamentar o seu apriorístico legalismo, faz a seguinte distinção entre “lei moral” e “lei cerimonial”:

Lei moral: A que foi dita por Deus(Ex 20. 11-17); escrita por Deus(Dt 31. 18); escrita em tábuas de pedra(Dt 9.10s); colocada na Arca(Dt 10. 1-15); eterna(Sl 11.7,8); boa(Ne 9. 13; Rm 7. 12); o homem por ela viverá(Ez 20. 11s).

Lei cerimonial: A que foi dita por Moisés(Ex 21. 1); escrita por Moisés(Dt 31. 9); escrita num livro(Dt 31. 24; Ex 24. 4-7); colocada ao lado da Arca(Dt 31. 26) devia cessar(Os 2. 11; Hb 7. 12); não se havia de viver por ela(Ez 20. 25)(“Estudois Bíblicos, CPB, 2ª Ed, pág 79). Semelhante distinção sabatista leva-nos a concluir, contra a realidade bíblica contextual, o seguinte:

- a- Os dez mandamentos, procedendo diretamente de Deus, constituem a única parte moral da lei, sendo de natureza eterna.
- b- Moisés não foi a “boca de Deus”, o grande profeta, mas falou humanamente, e o que disse não tem valor perpétuo.

c- Deus, no Sinai, não passou de um simples amanuense, copiando, literalmente, os preceitos decalogais das “*tábuas celestes*”.

d- O que Javé falou por meio de seu legítimo porta-voz, no conceito adventista, não tem permanente e real autenticidade divina.

e- A proeminência e a santidade do Decálogo estão no fato de ter sido lavrado em *tábuas de Pedra*. Paulo, no entanto, contrariando o adventismo, afirma que o que fora lavrado em “*tábuas de pedra*” constituiu-se em “*ministério da morte e da condenação*”: “*E, se o ministério da morte, gravado em tábuas de pedra, se revestiu de glória, a ponto de os filhos de Israel não poderem fitar a face de Moisés, por causa da glória do seu rosto, ainda que desvanecente, como não será de maior glória o ministério do Espírito! Porque, se o ministério da condenação foi glória, em muito maior proporção será glorioso o ministério da justiça. Porquanto, na verdade, o que, outrora, foi glorificado, neste respeito, já não resplandece, diante da atual sobrecelescente glória. Porque, se o que desvanecia teve sua glória, muito mais glória tem o que é permanente*”(II Co 3. 7-11). Paulo contrasta a Lei, “*ministério da morte e da condenação*”, com a graça, ministério da vida e do perdão; uma gravada no granito inerte, estereotipada, letra morta; outra, impressa pelo Espírito Santo no coração regenerado, palavra viva.

O que não se encontra no Decálogo, afirmam os milleristas, pode cessar. Todos os textos, porém, que falam da cessação da lei não dizem que apenas cessam as leis cerimoniais, porque, realmente, as Escrituras não isolam, para destacar, as leis morais das cerimoniais nem sustentam que as leis morais encontram-se exclusivamente no Decálogo. Os mandamentos do amor, repetidos e ressaltados no Novo Testamento como suficientemente perfeitos para substituírem os preceitos decalogais, nunca é demais repetir, não se encontram no Decálogo como já se observou. Há simbolismos cerimoniais que serviram para apontar o advento do Messias e o real significado de sua encarnação, vida, paixão, morte e ressurreição, encerrando em si o que era simplesmente simbólico na velha dispensação.

A Lei de Cristo. Todos sabemos, inclusive os adventistas, que a lei de Cristo é a do amor: amor a Deus e ao próximo. O seu código mandamental bivalente, síntese de todas as ordenanças divinas, é, indubitavelmente, a base e o centro do conteúdo moral dos preceitos sagrados, mas não se encontra nas tábuas de pedra “*depositadas na arca celeste*”.

O Mestre dos mestres, Deus encarnado, depositário e emissário da Palavra de Deus, tabernaculando conosco, ignorou o tal “*código original do Céu*”, intocável e imutável, pois, usando a sua autoridade divina (Eu, porém, vos digo), aprofundou os mandamentos, ampliando-lhes e modificando-lhes o significado mosaico e até excluindo alguns. Por exemplo, ao mandamento: “*Não matarás*”, acrescentou: não irarás, não insultarás (Mt 5. 21,22). Ao mandamento: “*Não adulterarás*”, adicionou: Não desejarás a mulher do próximo, não repudiarás tua mulher (Mt 5. 27-32). Além das alterações e acréscimos, Jesus aboliu alguns mandamentos. Por exemplo: “*Não jurarás falso*”; Jesus o modifica para: “*De modo algum jureis*” (Mt 5. 33-37); “*Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo*”; O Filho de Deus corrige-o, modificando: “*Amai os vossos inimigos*” (Mt 5. 43,44). A lei de talião Cristo a ab-rogou completamente (Mt 5. 38-42). Como se observa, todo o legalismo mosaico, de dentro e de fora do Decálogo, foi reformado pelo Messias à luz do código do amor. Hoje, não são as tábuas de pedra que nos obrigam à obediência; guardamos a lei por impulsão e compulsão do Espírito Santo, que em nós habita. Assim, os mandamentos, modificados por Cristo, prevalecem no Novo Testamento, não como princípios soteriológicos, mas como padrões éticos da vida e do testemunho cristãos. Reinterpretados conforme a lei do amor os mandamentos objetivamente são referidos e mantidos como normas éticas do cristianismo. Encontramo-los em muitos textos

neotestamentários(Mt 4.10; I Co 10. 14; I Jo 5. 21; Mt 5. 34, 38; Tg 5. 12; Mt 19. 19; Ef 6. 2,3; Mt 19.18; Rm 13. 9).

Antes do Verbo, a Lei operava como palavra autoritativa de Deus; agora, opera a lei do Evangelho revelada no Novo Testamento e entronizado nos corações regenerados. O nomocentrismo cedeu lugar ao cristocentrismo. Agarrar-se à Lei, especialmente ao preceito sabático, significa apegar-se ao superado judaísmo, ao ministério da morte e da condenação, necessário como indicador e aio, mas inoperante como poder redentor, pois a vida eterna só é possível em Cristo Jesus(Leia Gl 3. 19-29). A graça não deixa espaço à nomolatria e à nomocentria adventistas.

A EXPIAÇÃO ADVENTISTA

Preliminarmente, antes de qualquer detalhamento, necessário se faz explicitar as seguintes teses adventistas sobre a expiação:

a- A expiação de pecados não se realiza na cruz pelo ato em si da crucificação, mas no além, quando se completar o juízo de investigação.

b- A expiação dar-se-á no Santo dos Santos celeste, quando Cristo apagar os registros de pecados no livro de assentamentos, depositado na Arca do Tabernáculo do Céu.

c- Todos os pecados confessados ao Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, são por ele transferidos para o Santuário dos Céus, sendo confrontados com a Lei que lá se encontra.

d- Os pecados dos que apresentarem os méritos do arrependimento e da fé, no final do juízo investigativo, serão retirados do santuário e depositados sobre Satanás, que os levará para sempre.

Expiação fora da cruz. Van Baalen, mencionando documento adventista, registra: *“Nós discordamos da opinião que a expiação foi efetuada na cruz, conforme geralmente se admite”*. E, citando Ellen White: *“Após sua ascensão, nosso Salvador devia começar sua obra como nosso Sumo Sacerdote...O Sangue de Cristo, embora visasse libertar da condenação da lei o pecador arrependido, não tinha por objetivo anular o pecado; ficaria em registro no santuário até a expiação final”*(J. K. Van Baalen, *O Caos das Seitas*, págs 156, 157, *Imprensa Bat. Regular, SP, 1974*). Vejam que, para o adventismo, o efeito expiador do sangue de Cristo será “a posteriori”, quando o próprio Cristo, por investigação, chegar à conclusão de que o “requerente” a ele faz jus. Tudo fica “registrado” no livro celeste para posterior aplicação.

Expiação no Santuário Celeste. Os pecados confessados e colocados sobre Cristo pela fé são transferidos para o santuário celeste. Deixemos que a própria White defina a expiação adventista: *“ O sangue de Cristo, oferecido em favor dos crentes arrependidos, assegurava-lhes perdão e aceitação perante o Pai; contudo, ainda permaneciam seus pecados nos livros de registro. Como no serviço típico havia uma expiação ao fim do ano, semelhantemente, antes que se complete a obra de Cristo para a redenção do homem, há também uma expiação para tirar o pecado do santuário”*.

“Em o novo concerto, os pecados dos que se arrependem são, pela fé, colocados sobre Cristo e transferidos, de fato, para o santuário celeste. E como a purificação típica do santuário terrestre se efetua mediante a remoção dos pecados pelos quais se poluíra, igualmente a purificação real do santuário celeste deve efetuar-se pela remoção, ou pagamento, dos pecados que ali estão registrados. Mas antes que isso se possa cumprir, deve haver um exame dos livros de registro para determinar quem, pelo arrependimento dos pecados e fé em Cristo, tem direito aos benefícios de expiação. A purificação do

santuário, portanto, envolve uma investigação- um julgamento”(O Conflito dos Séculos, 11ª Ed. ,CPB, 1972, pág.420 cf págs 486 e 548)).

Satanás, expiador de pecados.

É isto mesmo: Satanás “carregando pecados do povo de Deus”. Eis o que ensina a senhora White: *“Como o sacerdote, ao remover do santuário os pecados, confessa-os sobre a cabeça do bode emissário, semelhantemente Cristo porá todos esses pecados sobre Satanás, o originador e instigador do pecado”(Obra citada, pág. 485). “Ao completar-se a obra de expiação no santuário celestial, na presença de Deus e dos anjos do Céu e dos exércitos reunidos, serão postos sobre Satanás os pecados do povo de Deus”(CS, pág. 655). “Tendo sido os pecados dos justos transferidos para Satanás, tem ele de sofrer não somente pela própria rebelião, mas por todos os pecados que fez o povo de Deus cometer”(CS, págs. 669/70).*

Quem verdadeiramente expia os pecados, para o adventista, é Satanás. O sangue do Cordeiro vicário apenas credencia o Juiz investigador, no final da investigação, a transferi-los para o Satã sofredor, que os carregará, penando, durante mil anos numa terra desolada(Cf CS, pág. 670). Se tudo será feito, conforme a senhora White, seguindo o ritual do sacrifício típico do santuário terrestre, segue-se que Cristo imporá as mãos sobre a cabeça de Satanás para transferir-lhe os pecados dos justificados, repetindo, literalmente, o procedimento sacerdotal para com o “bode emissário”, Azazel. Isto é algo tanto deduzível desse esdrúxula doutrina como inimaginável.

Não se pode chamar de cristã uma seita que ensina o seguinte:

a- Os pecados dos justos pelos quais Cristo morreu não ficam eliminados, mas permanecem transcritos no livro de registro, depositado no santuário celeste ao lado da Lei.

b- A expiação não se deu na cruz; dar-se-á no santuário celeste.

c- Tem direito à eficácia expiatória do sangue de Cristo, registrado no santuário, os que se arrependem e os que crêem, isto é, pelos méritos pios dos “esforçados”.

d- Os pecados não são imediatamente expiados por Cristo mediante o seu sacrifício vicário, mas transferidos para o santuário celeste para posterior avaliação e purificação.

e- Os pecados dos justos, no final do juízo investigativo, serão retirados por Cristo do santuário e colocados sobre Satanás, o bode sofredor da terra desolada.

f- A justificação é um ministério exclusivo da lei, sendo a fé uma virtude humana, que viabiliza e possibilita a obediência aos mandamentos. A causa operante da salvação não é a graça, mas a lei.

EXPIAÇÃO POR AZAZEL

A senhora White, profetisa inspirada do adventismo, “descobriu” a doutrina da expiação compartilhada- Cristo e Satanás- em Lv. 16. 20-22. Este texto fala de dois bodes sacrificiais para os quais os pecados do povo de Deus foram simbolicamente transferidos, sendo um sacrificado substitutivamente e outro, mantido vivo, mas abandonado na solidão dos ermos. Ela, dicotomizando o sacrifício, viu no bode substituto sacrificado o tipo de Cristo e no vivo alienado, a figura do príncipe dos demônios. Então, imaginativamente, conclui:

a- O bode abatido, cujo sangue faz a purificação do santuário, prefigura Jesus Cristo que, pelo seu sangue imaculado, purificará o altar do Santo dos Santos celeste; fato que ocorrerá no fim do Juízo Investigativo.

b- O bode emissário, Azazel, prefigura Satanás, para o qual Cristo transferirá todos os pecados de seu povo, que se encontram registrados no livro arquivado no santuário, e o desterrará para a terra desolada, onde permanecerá em estado de inominável sofrimento por seus próprios crimes e pelos delitos dos justos pelos quais é diretamente responsável. Esse ato de transferência expiatória ocorrerá no encerramento do juízo investigador, dando início ao “perdão dos justos”, que habitarão com Cristo, e ao milênio, durante o qual o “Azazel Expiatório” vagará, com seus anjos maus, pela terra convertida em deserto, terrivelmente árida.

O Papel do Diabo na Expição Adventista. A vítima expiatória, na verdade, é Satanás, não Jesus Cristo. O sangue de Cristo, de fato, não exerce expiação: ele é transferido para o santuário celeste, onde se encontram os pecados dos justos registrados em livro próprio. Quem, no juízo final, tiver merecimento por arrependimento e fé, o “depósito do sangue de Cristo a seu favor” garantir-lhe-á a remoção dos pecados, que serão colocados sobre o Demônio regente. Este, sim, funcionará como “bode expiatório”, carregando os pecados dos santos, sofrendo por eles e, posteriormente, no final do milênio, morrerá expiatoriamente, eliminando as culpas de todos os filhos de Deus. Quem, finalmente, vai morrer pelos pecados, conforme os adventistas, é Satanás. Inacreditável!

O Sacrifício e Azazel.

Sacrifício único. À luz do contexto sacrificial, não se pode imaginar sacrifícios expiatórios independentes, um do bode sacrificado, outro do vivo. Ora, o culto sacrificial do Dia Nacional da Expição era uno, com um único significado: purificação do arraial ou do santuário e perdão dos pecados coletivos. A cerimônia constava de dois bodes: um que, carregando os pecados do povo, eliminava-os pela morte vicária; outro que, igualmente levando as culpas dos eleitos, continuava vivo, mas em lugar onde a contaminação fosse impossível. Nesse ato simbólico, a morte sacrificial e a vida sacrificial prefiguravam, prolepticamente, um só evento: a vida, paixão e morte de Cristo, o que carregou o nosso pecado(Is 53. 4,8 cf Jo 1. 29, 36; I Jo 3.5)) e, ao mesmo tempo, encravou-o na cruz(Is 53. 5-7). Os dois bodes, ambos vítimas sacrificiais, são, com certeza, figuras de Jesus Cristo, que se fez pecado por nós e por nós entregou sua vida. A purificação do leproso curado, que simbolizava um pecador purificado de seus pecados, também era feita por dois pombos; um, destinado à morte sacrificial; outro, a carregar, pelo sangue da vítima, a doença para longe(Lv 14. 1-9)(Dic. Int. de Teol. Do A. T., Ed. Vida Nova, 1ª Ed, 1998, pág. 1.099,§ 1593). Introduzir papel Satânico no culto sacrificial, especialmente no que tipificava a vida encarnada de Cristo, feita pecado por nós, é mais que inconseqüência, é abominação.

Azazel. Retirar doutrina de tal relevância e tantas conseqüências de um texto vetotestamentário isolado e a partir de uma única palavra de difícil interpretação não é de bom alvitre. Alguns entendem que “azazel” vem das raízes hebraicas: ‘ez(bode) e `azal(virar-se). Outros dizem que a palavra procede do árabe: ‘azala(banir, tirar, remover). Os rabinos, em sua maioria, entendiam que Azazel era o local, no deserto, para onde o bode era enviado(Obra citada, pág. 1.100). Como, na crença israelita, o deserto era a habitação de espíritos maléficos, muitos concluíram que Azazel era um “espírito maléfico”. Não há consenso sobre o verdadeiro significado de Azazel. A partir de uma palavra indefinida definiu um dogma duvidoso.

O bode não era Azazel. Em todas as incidências, o termo azazel aparece com a preposição prefixal “para”. Portanto, a palavra significa: “*para Azezel*”. Desta maneira, o bode emissário, carregando os pecados do povo de Deus, é levado “para Azazel”, isto é, para um local ou para um espírito maléfico com esse nome. Dona White sustenta que Azazel é protótipo de Satã no sacrifício expiatório prefigurativo; sendo, portanto, o próprio Satanás, na expiação final do juízo investigativo, quem levará os pecados dos justos para a

terra milenar desolada. Assim, o bode emissário, em vez de ser “para Azazel”, converte-se em “Azazel”, o Demônio expiatório. Então, a expiação passa a ser efetuada, compartilhadamente, pelo Deus do bem, Jesus Cristo, e pelo deus do mal, Príncipe das trevas. O “redimido”, na soteriologia adventista, tem de ser grato a Satã por sofrer e perecer em seu lugar; ele, efetivamente, foi *maldito* ao colocar o pecado no mundo, mas será *bendito* ao retirá-lo, sofrendo e, finalmente, morrendo pelos pecadores.

Difícil crer que alguém tenha coragem de produzir semelhante doutrina; mais difícil ainda é acreditar que uma “comunidade cristã” conserve-a como dogma de fé.

SABATISMO

SABADOCENTRIA. O adventismo vai além da simples observância do princípio sabático, o de descansar um dia depois de seis de efetivo trabalho, cumprindo a determinação divina da mordomia do tempo: seis dias para o homem e um para Deus. Partindo do judaísmo para o qual o Sábado era um dos importantes sinais do pacto (Ex 31. 13 cf Ez 20.12), ao lado da circuncisão e da páscoa, estabeleceu um sistema teológico sabadocêntrico que chega às raias da sabadolatria. Mantendo o decálogo, entronizado no Santuário celeste, e deste ressaltando o preceito sabático, o adventista professa um legalismo incompatível com a obra redentora da graça em Cristo Jesus. Os símbolos rituais básicos do judaísmo, representativos do velho concerto, a circuncisão e a páscoa, foram convertidos em signos cristãos, Batismo e Santa Ceia, respectivamente, por Jesus Cristo, mudando-lhes a forma, o conteúdo, a aplicação e o significado. Por que então o sábado não pode ser transformado em sinal da expiação graciosa em Cristo Jesus, guardado no dia da ressurreição, comemorando a libertação do pecado? Da dispensação da lei para a dispensação da graça tudo se modificou, inclusive o fixismo sabático do legalismo mosaico, pois Cristo é o Senhor do sábado, isto é, o sábado é que se submete a ele.

DO SÁBADO AO DOMINGO.

Decreto de Constantino. O adventismo diz que o imperador Constantino, em março de 321 d. C., instituiu a guarda do Domingo. O decreto efetivamente é real, mas ele apenas legalizou um procedimento habitual e geral dos servos de Cristo. E se não fosse assim, os cristãos teriam protestado veementemente e rejeitado decisivamente uma imposição de tamanha amplitude. Porém, nenhuma reação houve. Por outro lado, alguns sabatistas argumentam que o imperador fez isso para agradar os cristãos. Ora, se foi para agradar, então acabam confirmando que a observância do domingo era praxe comum entre os seguidores de Cristo. Porque o “Dia do Sol” coincidia com o “Dia do Senhor”, memorativo da ressurreição de Cristo, primícias da nossa, ficou fácil para o “político” Constantino decretar a guarda geral desse dia, “satisfazendo a gregos e a troianos”. O Cristão não guarda o Domingo por ser o “Dia do Sol”, mas o Dia do Senhor”, o Dia da Ressurreição de Cristo”. Uma coisa nada tinha a ver com a outra.

O DOMINGO NA HISTÓRIA.

A história confirma a prática da guarda do domingo antes do decreto regulamentador de Constantino:

Carta de Barnabé(100 d. C.): “*Nós celebramos o oitavo dia com regozijo, no qual Jesus ressuscitou da morte, e após ter aparecido, subiu aos céus*”(Apud José Gonçalves Salvador: *O Didaquê, Imp. Metodista, 1957, SP, pág. 50*).

Inácio de Antioquia(107 d. C.): “*Não sejais enganados com doutrinas estranhas, nem com fábulas velhas, que não são proveitosas. Pois se ainda vivemos conforme a lei*

judaica, reconhecemos que não recebemos a graça...Se, portanto, aqueles que foram educados segundo a antiga ordem de coisas alcançaram a posse de uma nova esperança, não mais observamos o Sábado, vivendo na observância do Dia do Senhor(Kuriachê Hemera), no qual também nossa vida reviveu por ele e por sua morte”(Apud Júlio Andrade Ferreira: Apostila sobre “Religiões Em Balanço”, Seminário Presb. do Centenário, 1968, pág. 134). Ainda **Inácio de Antioquia(110 d. C.), em sua Carta aos Magnesianos, cap. IX:1**: “O cristão, deixando a velha ordem, já não guarda o Sábado, senão o Domingo, dia em que também amanheceu nossa vida por graça do Senhor e mérito de sua morte”(Apud J. Gonçalves Salvador: obra citada, pág. 51). Policarpo, discípulo do apóstolo João, recomendou os escritos de Inácio(Apud Júlio Ferreira, obra citada, pág. 134).

O Didachê, documento dos primeiros tempos da Igreja: “Reunindo-vos no dia do Senhor, parti o pão e daí graças, para que o vosso sacrifício seja puro”(Apud J. Gonçalves: obra citada, pág. 75). Obs.: O Didachê usa a expressão: “he Hemera Kuriachê” , “Dia do Senhor”, a mesma usada em Ap. 1. 10, sempre traduzida para o latim por “Dies Domini” = Domingo.

Justino Mártir(145 d. C.): “E, no dia chamado Domingo, todos, quer das cidades quer dos campos, reúnem-se em um lugar; lêem as memórias dos apóstolos e dos profetas; trazem pão e vinho; dando graças, o presidente ora e o povo responde: Amém. Todos nós fazemos reuniões comunitárias aos domingos, porque é o primeiro dia da semana no qual Deus formou o mundo; e porque Jesus Cristo nosso Salvador, nesse dia, ressuscitou dos mortos. Pois ele foi crucificado no dia que precedeu o de Saturno(Sábado), e, no dia seguinte ao de Saturno, que é o dia do sol, tendo aparecido aos seus discípulos e apóstolos, ensinou-lhes estas coisas que nós também submetemos à vossa consideração”(Apud Júlio A. Ferreira: obra citada, pág. 134).

O DOMINGO NA HISTÓRIA

Dionísio, Bispo de Corinto(170 d. C.), no seu comentário das cartas paulinas à Igreja de Corinto, no primeiro capítulo, afirma que a Igreja havia passado a guardar o “Dia do Senhor”- Domingo(Apud J. Ferreira: obra citada, 134).

Clemente de Alexandria(194 d. C.): “Ele, cumprindo o preceito, guarda o Dia do Senhor, quando abandona toda má disposição e glorifica a ressurreição do Senhor em si mesmo”(Apud J. Ferreira: obra citada, 134).

O gnóstico sírio Bardesanes de Edessa(180 d. C.): “Em certo dia, o primeiro da semana, reunimo-nos, lendo e abstendo-nos de alimentação”(Apud J. Ferreira: obra citada, 134).

Tertuliano(200 d. C.): “Da mesma maneira, se não destinamos o “Dies Solis” ao gozo de um motivo muito diferente do da adoração do sol, temos semelhança com alguns de vós(judeus), que consagram o dia de Saturno à recriação e ao luxo. Aquele que defende a guarda do Sábado e da circuncisão tem de provar que Adão e Abel e os bispos da antigüidade observavam estas coisas”(Apud J. Ferreira: obra citada, 134). Note-se que este é um texto apologético em defesa do Domingo contra os judaizantes.

Orígenes(225 d. C.): “Nós costumamos guardar certos dias, como, por exemplo, o Dia do Senhor”(Apud J. Ferreira: obra citada, 134).

Anatólio, Bispo de Laodicéia(270 d. C.): “A festa solene da ressurreição do Senhor deve ser comemorada no Dia do Senhor”(Apud J. Ferreira: obra citada, 134).

Constituições Apostólicas, seção 7ª,(III século): “No dia da ressurreição do Senhor, isto é, no “Dia do Senhor”, não deixeis de vos reunir, dando graças a Deus”(Apud J. Ferreira: obra citada, 134).

Cipriano, Bispo de Cartago(III Século): *“Quando, porém, Cristo veio, tudo, em verdade, foi cumprido. Pela razão do oitavo dia, isto é, o primeiro dia depois do Sábado, ser aquele em que o Senhor havia de ressuscitar e vivificar-nos, dando-nos a circuncisão do espírito; assim, o oitavo dia, também chamado “Dia do Senhor” veio antes em figura”(Apud J. Ferreira: obra citada, 134).*

Pedro, Bispo de Alexandria(306 d. C.): *Nós guardamos o Dia do Senhor como o dia de alegria por causa daquele que nesse dia ressuscitou”(Apud J. Ferreira: obra citada, 134).*

Euzébio de Cesaréa, grande historiador(fim do s. III e início do IV), descrevendo a vida da Igreja cristã, sobre o domingo registra: *“Nesse dia, o primeiro da luz(Gn 1), e o dia do verdadeiro sol(Cristo), nós nos reunimos, depois de um intervalo de seis dias, e celebramos o Sábado santo e espiritual, como fazem os cristãos reunidos através de todo o mundo”(Apud J. Ferreira: obra citada, pág. 135).*

INSTITUIÇÃO DO DOMINGO: Constantino ou o Papa?

Os adventistas, mestres das contradições, ora afirmam que foi Constantino que mudou o dia de guarda do Sábado para o Domingo, ora que foi o papa quem o fez., mas não apontam o pontífice romano responsável pela alegada mudança. Instados, indicam o Concílio de Laodicéia de 364 d. C. Foi Constantino em 321 ou o Concílio de Laodicéia em 364? Então o concílio fez a “mudança” do mudado? O Concílio de Laodicéia não foi romano, mas oriental. O bispo de Roma não esteve lá nem mandou representante. O que esse Concílio parcial fez foi baixar uma pastoral recomendando o que já era praxe na Igreja desde sua origem, a guarda do Domingo: *“Os cristãos não devem judaizar, descansando no Sábado, mas sim, devem trabalhar nesse dia, preferindo o Dia do Senhor. Onde quer que for, sendo achados a judaizar, que estejam separados de Cristo”(Apud J. Ferreira: obra citada, pág. 135).*

O romanismo tem, na verdade, afirmado que “mudou” o dia de descanso de Sábado para Domingo, mas é apenas uma pretensão, sem nenhuma confirmação histórica. O Domingo nasceu da centralidade eclesiológica e teológica na ressurreição de Cristo: o Dia dos dias do cristão.

Pelos indisputáveis testemunhos históricos, alguns aqui mencionados, ficam refutados os seguintes argumentos adventistas contra o Domingo:

a- *O Domingo tem origem pagã, pois é o dia do “deus Sol”.* Então o Sábado também o é, pois era comemorado no dia do “deus Saturno”. O fato de Cristo ter ressuscitado no dia do “deus Sol” paganiza a ressurreição? Igualmente, o Sábado judaico por coincidir com o dia do “deus Saturno” paganiza-se? A honestidade nos leva a fugir de tais argumentos e posturas levianos.

b- *A expressão Dia do Senhor(kuriachê hemera), significa “Sábado”.* A história mostra que os cristãos dos primeiros séculos jamais entenderam assim. Para eles, o “Dia do Senhor” era o Domingo, Dies Domini”, exatamente como se declara em Ap 1. 10), o primeiro dia da semana.

CRISTO E O SÁBADO

Jesus Cristo, como judeu e Messias, esteve sob Lei, cumpriu-a e a ela submeteu-se, como se submeteu à morte, para resgatar-nos de ambas e fazer imperarem a graça e a vida. Embora até a sua ressurreição estivesse submisso aos imperativos da Lei, ao ressurgir, triunfou sobre a morte e substituiu o domínio legalista imperante na velha dispensação pela direção do Espírito, que atua por meio das Escrituras, implantando a vontade divina no interior de cada regenerado. Desta maneira, e à luz da graça, o sábado foi reinterpretado

para ser servo do homem; não, como antes, uma instituição da qual o eleito era escravo. Em virtude da reinterpretação do mandamento sabático, Jesus teve de enfrentar a oposição do sabatismo farisaico de seu tempo. Freqüentador da Sinagoga como bom judeu(Lc 4. 16), foi nela e fora dela que teve conflitos com os “sabatistas” judaicos. Tomemos alguns casos para exemplos:

Mc 2. 23-26 cf Mt 12.1-8; Lc 6- 1-5. Num sábado, os discípulos colheram espigas de trigo. Jesus, justificando-lhes a desobediência ao preceito sabático, alega fome, citando o caso de Davi e seus homens que, pelo mesmo motivo, também “quebraram” o quarto mandamento (I Sm 21. 1-6 cf II Sm 8. 17; Dt 23. 25). Parece-nos que o sábado não era tão imperativo para o divino Mestre como o foi para Moisés no Êxodo, que teve de ordenar a colheita em dobro do Maná na Sexta-feira para não violar o sábado(Ex 16.5,22-30). Não poderiam os discípulos ter colhido tais espigas sexta-feira? Não as colheram no dia anterior porque, certamente, não lhes preocupava o rigorismo sabático, mas simplesmente o provimento diário, inclusive no sábado. Então, a “fome emergente”, embora previsível, é mais imperativa que o sábado. Jesus, pois, justifica com o argumento da fome a quebra do sábado, quando, certamente, a guarda irrestrita era possível. O rei dos reis, definitivamente, não era sabadólatra, pois, com autoridade divina, relativizou o sábado, liquidando-lhe o absolutismo.

Ma 3.1-6 cf Mt 12. 9-14; Lc 6. 6-11. Jesus, no sábado, cura um homem da mão ressequida, alegando que “*a prática do bem*”(cura ou salvamento de vida) tem prioridade sobre o sábado. Entre o 4º mandamento e o amor exercitado em defesa da saúde e da vida do próximo, prevalece o amor. Cristo está procurando eliminar a prioridade sabática, deslocando a centralidade radical do legalismo para a incondicionalidade do amor ao semelhante. Cristo desaprova o sabadocentrismo.

Lc 13. 10-17. Jesus, como rabino, ensinava na Sinagoga num dia de sábado, mas certamente não sobre o quarto mandamento. Uma mulher, tristemente enferma, entra, e Jesus a cura. O chefe da Sinagoga repreende-a, dizendo-lhe que ela tinha seis dias para procurar a cura, por que fazer isso no dia de sábado? Jesus argumenta que se os judeus permitiam a abeberação dos animais aos sábados, por que não a cura de um ser humano? Mais uma vez, a caridade sobrepuja a estrita obediência à lei.

Lc 14. 1-6. Jesus entrou, num sábado, na casa de um fariseu para comer pão: atitudes não muito sabatistas. Havia ali um hidrópico. Ele perguntou aos intérpretes da Lei se era lícito ou não curar no Sábado. Nenhuma resposta recebeu. Ele então curou o enfermo, dizendo-lhes que o regulamento lhes permitia salvar um filho ou boi que, no sábado, caíssem no poço. Por que não curar um semelhante no sábado?

Jo 5. 1-10, 16,17. Jesus, no sábado, eliminou uma enfermidade de trinta e oito anos e determinou ao curado que tomasse seu leito e andasse. Duas atitudes anti-sabáticas: curar e mandar o ex-enfermo tomar o leito e andar. Foi duramente censurado e perseguido(v. 16), especialmente ao determinar ao beneficiário que saísse carregando o cama(v.10). A base legalista da perseguição: *Jesus “fazia estas coisas no Sábado”*. O Mestre mostrando, na prática, que era efetivamente Senhor do sábado, negou o argumento do “descanso eterno de Deus, iniciado no Sábado da criação(Gn 2. 2,3): “*Meu Pai trabalha até agora, e eu trabalho também*”(v.17). A tese de que devemos manter rigorosamente o repouso sabático porque Deus “descansa”, ou “descansou de tudo que fizera”, fica negada por Jesus Cristo, negação sustentada pragmaticamente pela cura, pela ordem de tomar o leito e andar, e pela declaração formal do Rei eterno. Argumentam os adventistas que Jesus fazia trabalho espiritual permitido, mas o texto não restringe nem especifica o tipo de trabalho realizado: o que ele nos informa é que Jesus curou(trabalho beneficente) sem nenhuma efeito patente de natureza espiritual(conversão e perdão), e mandou o curado carregar o leito. Nada disso se enquadra no argumento sabatista. Se Deus, por uma dedução lógica,

governa o universo diuturnamente, e nele age criadoramente sem solução de continuidade, certamente faz trabalhos não “permitidos” pelo mandamento sabático. Ele é Rei das ordens física e espiritual, e sobre elas governa ativa e incessantemente na providência e na redenção. E Cristo, partícipe da criação(Jo 1.1-3), trabalha continuamente, não podendo ser “sabatista”. E como Deus Criador e gerenciador da obra criada, ele é “Senhor do sábado”(Mc 2. 27,28). Jesus, portanto, desaprova a doutrina adventista de um Sábado, existente por si mesmo e eterno, no Tabernáculo Celeste. O Messias afirma que o sábado “foi estabelecido” por causa do homem. Como Cristo mudou o homem, mudou também o sábado que lhe era associado. sábado: símbolo da velha criação, encerrada no sexto dia. Domingo: símbolo da nova, iniciada no primeiro dia.

Mt 5. 16-18: *Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas; não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra.”*

Comentário:

O contexto. Os sabatistas regozijam-se com a citação bíblica acima. Alegam: se Jesus não deixa passar um i ou um til da Lei, não deixa passar também o sábado. O texto, no entanto, está no contexto do Sermão do Monte no qual Jesus reinterpreta a Lei, modificando-a consideravelmente, fazendo-a adaptar-se à dispensação da graça. O Mestre transfere os mandamentos, depois de modificá-los, das tábuas de pedra do Sinai para o coração dos seus eleitos no regime da graça.

Omissão. Jesus, no Sermão do Monte, omite o mandamento sabático. O “Monte” no qual o Filho nos dá a nova lei é o substituto do Monte Sinai, onde o Pai deu o Decálogo, com ênfase no sábado, a Israel. A omissão, neste caso, significa que Jesus não deseja que o “sabatismo” conste de deu código ético paralelo e sucedâneo. Os sabatistas dizem: Ele o omitiu por ser um mandamento intocável, o sinal de Israel. Cremos que a omissão se deu, além da razão exposta acima, porque: a- O sábado não é um mandamento universal por se firmar na instabilidade da mensuração do tempo, variável segundo a posição que se ocupa no globo terrestre, e contingente ao calendário adotado. c- Destinou-se exclusivamente a um povo, o judeu, servindo-lhe de memorial da saída do Egito(Dt 5.15). O que é particular dos judeus Jesus não impõe aos gentios. d- Não é de natureza moral, mas cerimonial. A guarda do dia sabático representava obediência a um ritualismo religioso ligado a dias, meses, anos, luas, locais e pessoas específicas: os circuncisos. Jesus trata, no Sermão do Monte, de princípios morais e espirituais de abrangência universal. e- O próprio Jesus, como vimos, desfez a proeminência e a intocabilidade do sábado, quebrando-o por “causas mais nobres”: A saúde do próximo, a fome do semelhante e expressão de vitalidade como, por exemplo, um enfermo, prostrado há 38 anos, ser capaz de andar, carregando a própria cama, num dia de sábado. f- Jesus e todo o Novo Testamento omitem o mandamento sabático, o que nos parece demonstrar a sua secundariedade e irrelevância. Eis um quadro demonstrativo: **1º** mandamento(Ex 20.2,3), citado em I Co 8.4-6; At 17. 23-31. **2º** mandamento(Ex 20.5,6), citado em I Jo 5.21. **3º** mandamento(Ex 20.7), citado em Tg 5.12. **4º mandamento**(Ex 20.8-11), **não diretamente citado.** **5º** mandamento(Ex 20.13), citado em Ef 6. 1-3. **6º** mandamento(Ex 20.13), citado em Rm 13. 9. **7º** mandamento(Ex 20.14), citado em I Co 6.9,10. **8º** mandamento(Ex 20.15), citado em Ef 4.28. **9º** mandamento(Ex 20.16), citado em Cl 3.9; Tg 4.11. **10º** mandamento(Ex 20.17), citado em Ef 5.3(Apud J. Cabral, Religiões, Seitas e Heresias; Univ. Produções, 4ª Ed, pág. 173).

Jesus guardou a Lei. O Filho do Homem foi o único que real e rigorosamente cumpriu a Lei, não deixando à margem do cumprimento sequer um i ou til. Na condição de consumidor da velha dispensação, representativo de todos os eleitos, gerador da nova

humanidade, na sua pessoa e obra tudo se aperfeiçoa, realiza-se. O sábado era o tempo do descanso do escravo libertado e pactuado com Deus no Sinai, simbolizando o descanso eterno que se realizaria em Jesus Cristo: “*Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei*” (Mt 12. 28). Ao sábado real, conquistado por Jesus Cristo, de que a ressurreição é o símbolo, todos os eleitos terão direito ao repouso eterno: “*Bem aventurados os mortos que, desde agora, morrem no Senhor. Sim, diz o Espírito, para que descansem das suas fadigas, pois as suas obras os acompanham*” (Ap 14.13). O Verbo eterno, na qualidade de Criador e Salvador, perfeito em tudo, fiador de uma nova e superior aliança (Hb 7.22,28), assumiu a responsabilidade de recriar a humanidade, instituiu seu próprio código de fé e conduta firmado no amor, estabeleceu, em si mesmo, o descanso (sábado) para todos os aflitos eleitos e regenerados.

Os gigantes da fé violaram a Lei: Abraão (20.1-12); Isaque (Gn 26.7). Jacó (Gn 27. 19) mentiram. Moisés, além de ter sido assassino antes do chamamento, fraquejou muitas vezes, não tendo a permissão divina para entrar na Terra da Promissão (Nm 20. 2-13; Dt 37; 3. 27; 4. 21). Não houve ninguém, a não ser Jesus Cristo, que tenha cumprido a Lei. Portanto, como meio de salvação ela foi abolida e no seu bojo, conseqüentemente, o sábado (Rm 3. 4,5; Gl 2. 3-5). Em Cristo “tudo está consumado”. A velha Lei, cumprida, chega ao fim; entra em vigor a nova: “*Um novo mandamento vos dou... (Jo 13.34)*. O novo não remenda o velho (Mc 2.21,22).

Mt 24.20: “*Orai para que vossa fuga não se dê no inverno nem no sábado.*”

Os sabatistas dizem que Jesus, por esta declaração, claramente sanciona a guarda sabática. Não, ele apenas constata fatos: Os judeus, sabatistas fanáticos como os adventistas modernos, deixar-se-iam, possivelmente, massacrar para não “quebrarem o sábado”. Além do mais, os portões da cidade estariam fechados ao comércio e ao trânsito normal, dificultando a saída em caso de emergência. A ordem final era, mesmo que o cerco se desse no sábado, fugir (Mt 24. 16), isto é: quebrar o sábado. O salvamento da vida é mais importante que a guarda do Sábado. A mesma razão alegada para que se ore, pedindo que a fuga não se dê no Sábado, é a de que se suplique para que não aconteça no inverno, pois seriam dois fatores impeditivos, de conseqüências trágicas. O pior é que a tragédia prevista aconteceu no ano 70 da era cristã.

O Sábado da Criação.

O sabatismo evidencia e até idolatra o sábado da criação, ressaltando que: Deus o inseriu no conjunto dos dias criacionais; sua destacada importância reside no fato de ser o tempo que lembra o término do trabalho divino, a obra criadora; foi o único dia semanal “abençoado” e “santificado”; assinala, comemorativamente, a conclusão do universo, dando início ao descanso de Deus.

Os argumentos utilizados para comprovar a proeminência do sábado criacional são, à primeira vista, convincentes e bíblicamente corretos. Analisemos, porém, os fatos exatamente como se encontram registrados, levantando as seguintes questões:

O “Dia” na criação. O termo “dia”(yom) não designava uma unidade precisa de tempo nem um espaço temporal marcado em algum calendário, que ainda não existia. Um “dia de trabalho” de Deus não precisa corresponder, necessariamente, a um dia de trabalho do homem. O “yom” divino pode ser de alguns instantes, de um milênio ou de uma era geológica. Mil anos para o Senhor é como um dia para nós (II Pe 3.8). Há respeitáveis teólogos que, para adequar o tempo da criação divina do universo à sua idade cientificamente comprovada, sustentam a tese de que cada “yom” genesíaco equívale uma era de formação do mundo. Vejam que não é definitiva a conclusão de que o “dia” da criação continha exatamente 24 horas, isto é, um “dia semanal”.

Às dificuldades de definir com precisão o dia(yom) da criação acrescenta-se o fato de os três primeiros dias, embora tenham “tarde e manhã”, não foram determinados pela rotação do sol ou translação da lua, ainda não criados. Não temos meios de especificar-lhes a chegada das trevas da noite(crepúsculo) nem a saída(aurora). Tais dias não podiam satisfazer o padrão sabático de pôr a pôr do sol.

A Semana da Criação. Resta-nos saber, e possivelmente jamais saberemos, que semana foi a da criação, ordenada de um a sete, isto é, do imperfeito ao perfeito, do caos à ordem: Foi de sete dias do “calendário do Criador”, desconhecido para nós? De sete dias do calendário lunar, o primeiro a ser adotado no estágio nomádico da humanidade? De sete dias do calendário solar, verificado nas dinastias faraônicas do velho Egito? Em qualquer desses três calendários, o sábado não pode ser o que conhecemos hoje, determinado pelo calendário romano, juliano e gregoriano, com dois meses consagrados a imperadores despóticos: Julho: a Júlio César; Agosto: a César Augusto, e o sétimo dia dedicado a Saturno. Cremos que a semana civil dos tempos do Êxodo não era cópia literal da semana de criação, mas sua representação social e cúltica. Assim, litúrgica e representativamente, podemos afirmar, como faz a nossa Confissão de fé, que Deus criou o universo em seis dias semanais do calendário vigente. Dado importante, que não deve ser olvidado: Jesus, o partícipe da criação, diz que o dia tem doze horas(Jo 11.9), excluindo o período noturno.

Deus criou em seis dias o universo; logo, a semana da criação tem abrangência universal e, por consequência, o Sábado. Então, os dias semanais da criação, limitados por “tardes e manhãs”, não podem depender do nosso Sol, mas de luz e trevas cósmicas por nós desconhecidas. O “*sétimo dia da criação*” seria o mesmo em duração e simultaneidade em todos os planetas do universo? A semana do homem é símbolo da de Deus.

Tarde e Manhã; Luz e Trevas. O sábado judaico e adventista vai do pôr do sol de um dia ao pôr do sol do outro, de anoitecer a anoitecer. No final de cada dia da criação há a expressão: “Houve tarde e manhã...”. Os nômades, que viviam do pastoreio, trabalhavam durante a noite, dividida em vigílias, orientados e ajudados pela lua. O “dia de trabalho” dos pastores orientais ia do pôr-do-sol ao amanhecer”. Para os sedentários agricultores, o dia era “de manhã à tarde, pois cuidavam da lavoura orientados e ajudados pelo sol. O que marca, no entanto, o “dia da criação” e, conseqüentemente o sábado, é a separação que Deus fez entre a luz e as trevas não-físicas e físicas, respectivamente, conforme Gn 1. 4,5 cf Gn 1.14-18. A luz e as trevas são irreconciliáveis, mas ambas criações, certamente, divinas(Is 45.7). A tarde marca o início do domínio das trevas, que só não é absoluto porque o brilho da lua interfere. A “manhã” assinala o começo do império total da luz, sem qualquer intromissão das trevas. Assim, no tempo real de Deus não pode haver “dia” sem tarde e manhã. Um sábado, portanto, que não tenha tarde nem manhã, não se há de compará-lo com o da Criação. Assim, o sábado nos pólos, conforme o modelo da criação, cumprindo o esquema: “*houve tarde e manhã*”, terá meses de duração. Lá, o sabatista, para guardar o sábado, que não pode ser nem de iluminação exclusiva nem de ausência de luz, mas do pôr-do-sol ao pôr-do-sol (Gn 1. 5,8,13,19,23,31), ou do entardecer ao entardecer, conforme o ocorrido nos três primeiros dias criacionais, precisa repousar durante seis meses. Somente desta maneira se cumpriria o sábado criacional.

Criação dos Luminares. Os dias solares ou lunares surgiram realmente no quarto dia, quando Deus criou o sol, a lua e as estrelas(Gn 1.14-18). Então, que dias e noites acontecerem até esse dia(cf Gn 1. 4,5)? Que limites havia entre luz e trevas? Como se determinavam as horas sem a sua causa imediata? Mensuramos e cronometramos o

tempo, inclusive o sabático, pela rotação da terra em órbita em torno do sol. Sem esse referencial, não como se determinam os três dias pré-solares? A luz foi criada por Deus; e as trevas? Antes da separação, luz e trevas misturavam-se? O dia da luz não-física era de vinte e quatro horas? São perguntas irrespondíveis. O certo é que os três primeiros dias da criação não se enquadram no esquema sabático de “pôr-do-sol ao pôr-do-sol”.

O sexto Dia. Os sabatistas são literalistas e, em decorrência de tal posição teológica, certamente não admitem a tese liberal de duas narrativas da criação, uma de Gn 1.1 a 2.3, onde Deus é chamado de Helohim, e outra, a partir de Gn 2.4, sendo a divindade denominada Javé Helohim. Considerando que a história da criação é generalizada no primeiro relato e especificada detalhadamente no segundo, especialmente em relação ao homem e seu habitat, temos de, forçosamente, admitir que o **sexto dia** não pode ser de apenas vinte e quatro horas, pois além de nele realizar-se a criação da vida animal, do Éden, de Adão, do estabelecimento do pacto de obras, concedeu-se ainda ao homem solteiro o tempo suficiente para nominar individualmente todos os seres vivos e, percebendo que os animais existiam em casais, sentiu-se solitário. E solidão não se sente em poucos minutos, especialmente no caso do homem primevo, sem nenhuma experiência pessoal de companheirismo e sem modelos sociais externos. Deus, para quebrar o solitarismo de sua obra prima, fez-lhe uma companheira idônea, a quem ele chamou de Varoa, por ser tomada do Varão. Não foi em alguns minutos nem com pouco esforço que nosso ancestral, sozinho, recém criado por Deus, sem contar com sua extraordinária auxiliadora, desencumbiu-se da imensa e complexa tarefa de dar nome a todos os seres vivos. Tal operação, em virtude da complexidade e da extensão, demandou considerável tempo, certamente vários períodos de vinte e quatro horas, e tudo enfeixado no espaço temporal do **sexto dia**. Difícil, difícilíssimo, um ortodoxo literalista negar as evidências de que esse dia estendeu-se por um longo tempo. Não creio que o sabatista sincero ousaria quebrar a unidade e a autenticidade das Escrituras para defender o seu sábado a qualquer custo, valendo-se do argumento liberal das narrativas divergentes da criação. Sobre o “*longo sexto dia*” falou-nos o teólogo do Velho Testamento, Walter Kaiser Jr: “ *O sexto período de tempo da criação deve ter durado mais do que vinte e quatro horas, porque Adão tornou-se carente de companhia(Gn 2. 20). Po certo, isto levou mais do que uma única tarde de pensamento ocioso! Além disso, foi-se ocupando com a tarefa de dar nomes aos animais, quando sua solidão começava a aumentar. Finalmente, Deus criou uma mulher, e ainda era o sexto “dia”(Kaiser, Walter, Teol. do Antigo Testamento, Ed. Vida Nova, SP, 1980, pág. 77). Não é absolutamente seguro afirmar que os dias da criação tiveram a duração exata de vinte e quatro horas. E então, como fica o Sábado?*

Sábado: cessação de obra. Em cada dia da criação Deus concluiu uma tarefa, nada deixando para o dia seguinte. Na semana, o Criador terminou tudo(Gn.2. 1), não restando coisa alguma para a semana subsequente. É por isso que o Sábado é o único dia em que a expressão “*tarde e manhã*” não ocorre. Na verdade, ninguém, por mais zeloso que seja, cumpre o preceito sabático da criação, porque não há quem conclua definitivamente a tarefa semanal, pois, para o homem finito e por meio dele, nada se completa. Ele morre deixando seus ideais inconclusos, suas obras em andamento. Deus, contudo, ser absolutamente perfeito, “descansou” de tudo que fizera, não tendo de concluir nada mais, pois sua obra estava completa, perfeita, irretocável. O homem apenas “suspende” suas atividades para “descansar.” Labores, muitos deles interminavelmente repetitivos, esperam-no na semana ulterior; logo, rigorosa e literalmente, não se guarda o Sábado da criação como Deus o guardou. O “sétimo dia” marca a conclusão do universo, do mundo biofísico, a criação da humanidade. Deus, porém, inicia a não menos gigantesca obra de governo e providência das coisas e dos seres criados. Imaginar um Deus “infinitamente descansando” é conceber um universo automático, funcionando como

imensurável mecanismo moto-contínuo, auto-suficiente, automotivo, autoprogramável e auto-sustentável, ficando seu Criador na regozijante condição contemplativa de perpétua inércia. As Escrituras, porém, apresentam-nos não apenas um Deus criador, mas também governador, preservador e redentor perpetuamente em ação, sem descanso.

O Dia do Descanso de Deus O texto, literalmente interpretado, diz que o Criador terminou a obra criadora no sétimo dia, não no sexto: “*E, havendo Deus terminado no dia sétimo a sua obra, que fizera, descansou nesse dia de toda a sua obra que tinha feito*”(Gn 2. 2). O sétimo dia, portanto, é confluência do fim da obra da criação e início do descanso eterno, incluindo, no mesmo dia, o término do trabalho e o começo do repouso. O sábado dos sabatistas é de inteira inatividade humana na áreas ergológicas da criação e produção. O modelo sabático do “sétimo dia” não é perfeito, não podendo servir de parâmetro direto para o sábado semanal. Como símbolo, sim; como espelho ou molde, não. O descanso divino não tem paralelo exato no humano. Não é possível, corretamente, guardar o Sábado da criação; e qualquer incorreção implica violação. Cremos, por outro lado, estar presente, simbolicamente, no *Sábado de Deus* o eterno sábado ou descanso do redimido(Hb 4.3-10).

Deus descansa? Não, porque Deus, na atributiva condição de onipotente, fonte e agência de poder, não tem fraquezas de quaisquer natureza. Não se pode conceber um Deus fatigável; isto seria a negação do atributo da onipotência e, conseqüentemente, da divindade. Deus é ilimitado e, como ser espiritual, incansável. Além do mais, temos a palavra do próprio Deus encarnado em Jesus Cristo: “*Meu Pai trabalha até agora. E eu trabalho também*”(Jo 5.17). E o Mestre fez tal declaração num contexto de discussão sobre o descanso sabático. Deus encerrou a obra da criação no sétimo dia, começando a do governo e a da providência, incluindo a da redenção depois da queda da humanidade. O Salmo 121 afirma que Deus cuida de nós diuturnamente, sem um cochilo sequer, isto é, “sem descanso” ou sem Sábado. O Salmo 127 diz que Deus sustenta os seus amados durante o sono: “ enquanto dormem”.

Conclusão:

a- Deus não é humano, um ser físico, e, portanto, sem fragilidade e limitação biológica e psicológica. A divindade não necessita de descanso, pois é ilimitada e ilimitável.

b- O Criador mantém-se contínua e ativamente no governo do universo, na providência geral e na gerência de seus eleitos.

c- Deus é infinito, não se limita ao espaço temporal objetivo ou subjetivo.

d- O tempo de Deus é “eterno” e, portanto, imensurável, tanto quanto despido de categorias atribuídas às coisas como “profano”(seis dias) e “sagrado”, sábado.

e- O registro da logicamente prolongada atividade do homem, antes da formação da mulher, demonstra que o **sexto dia**, pelo menos, não pode ter sido de apenas vinte e quatro horas, constatação que derruba a tese de que os dias da criação eram semanais, conforme regulamentação calendária.

f- O Sábado da criação significa “cessação” da obra da criação, não descanso. Como criaturas cansáveis jamais imitaremos o Incansável. Para o ser humano em geral o Sábado(descanso) é física e socialmente necessário; para os crentes, um meio preestabelecido pelo Salvador para que seu povo dedique-lhe um dia em sete e preste-lhe o culto devido.

SÁBADO, DESCANSO DE DEUS?

A INTEMPORALIDADE DE DEUS.

Deus não pode ter um sábado eterno nem sábados semanais pelas inferências lógicas e naturais:

a- O cansaço é de natureza fisiológica, resultando de esforço físico intenso, ultrapassando os limites biofísicos e biopsíquicos do agente: animal ou humano. Deus é Espírito e, além de ser espiritual, em si mesmo infatigável, é absoluto em poder, ilimitado em sabedoria e imutável em seu ser infinito. Não se pode imaginar um Deus cansado. O seu “shabat” não significa “repouso”, “inatividade”, “descanso”, mas “cessação” da obra da criação. Por exemplo: se você se empenha em construir uma casa, e o faz sem descanso; quando a termina, pode dizer: *graças a Deus, de construção estou “decansado”*. No entanto, exatamente porque construiu, começa o trabalho de administração e manutenção do edificado. Semelhante foi o “descanso de Deus” no sétimo dia: concluiu a obra de criação; começou a da providência.

b- Deus, embora trino, é uno; não tem substituto. Atuando só, não há como descansar: age contínua, solitária e sistematicamente no domínio do universo, no governo da providência, na regência dos povos e na agência da redenção. Da tarefa criadora ele descansou, mas prossegue trabalhando diuturnamente na perfeita condução da ordem criada, na administração das leis naturais e na condução de seus eleitos. Deus não guarda o sábado.

c- Onde Deus guarda o sábado? Sendo onipresente, está em todos os lugares concomitantemente(Sl 139). Quando é sábado no Brasil não o é no Japão: como a divindade, sendo una, pode “descansar lá” e “trabalhar aqui”, cumprindo a Lei em uma parte e quebrando-a em outra? Deus pode exercer, simultaneamente, múltiplas funções em lugares diversos, o que não pode é contradizer-se, obedecendo o preceito sabático em uma área e, sendo uno, violando-o em outra. Deus não cria regras contraditórias, e ele mesmo não se contradiz.

Os adventistas dizem que o sábado é universal por ser um dia fixo. O que é, de fato, universal é o tempo imensurável, não um dia de vinte e quatro horas, variável conforme a posição em que se encontra no esférico planeta terra. Imaginem um sabatista “guardando o sábado” à bordo de um super-sônico intercontinental ou fazendo turismo na Lua ou em Mártir.

AÇÃO DE DEUS NA PROVIDÊNCIA.

Deus criou o universo e o submeteu a leis físicas, químicas, matemáticas e biológicas, mas o automatismo universal, harmonicamente estruturado, submete-se à sistemática providência divina: condução, manutenção, supervisão e controle. Alterações, mutações e mudanças na ordem natural são resultados verificáveis e demonstram que o universo não é apenas uma máquina gigantesca estática e imutável, mas incrivelmente dinâmica: há um ser superior na direção de tudo.

As Escrituras ensinam-nos que Deus rege providencialmente sobre:

- a- O universo em geral(Sl 103.19; Dn 5.35; Ef 1.11).
- b- O mundo físico(Jó 37.5,10; Sl 104.14; Sl 135.6; Mt 5.45).
- c- Os seres inferiores(Sl 104. 21,28; Mt 6. 26; Mt 10. 29)
- d- As nações(Jó 12. 23; Sl 22. 28; Sl 66. 7; At 17. 26).
- e- O homem: nascimento, vida e destino(I Sm 16. 1; Sl 139. 16; Is 45. 5; Gl 1. 15,16).
- f- Sucessos e fracassos dos seres humanos(Sl 75. 6,7; Lc 1. 52).

- g- Coisas e fatos acidentais ou insignificantes(Pv 16. 33; Mt 10. 30).
- h- Os justos, protegendo-os(Sl 4. 8; Sl 5. 12; Sl 63. 8; Sl 121.3; Rm 8. 28).
- i- As condições para suprimento de seus eleitos(Gn 22. 8,14; Dt 8.3; Fp 4. 19).
- j- O atendimento às orações de seu povo(I Sm 1. 19; Is 20. 5,6; II Cr 33. 13; Sl 65. 2; Mt 7.7; Lc 18. 7,8).
- k- A revelação dos erros e castigo dos ímpios(Sl 7. 12,13; Sl 11. 6)(Cf Louis Berkhof, Teol. Sistemática, Luz para o Caminho, 1990, 1ª Ed., pág. 167).

Em suma, Deus governa e preserva todas as coisas(Dt 33. 12, 25-28; I Sm 2.9; Ne 9.6; Sl 107.9; Sl 127. 1; Sl 145. 14,15; Mt 10. 29; At 7. 28; Cl 1. 17; Hb 1. 3). O Ser divino trabalha incessantemente. Cristo, Deus encarnado, seguindo a normalidade do Criador, Governador e Salvador, também não teve sábados: *“Meu Pai trabalha até agora, e eu trabalho também”*(Jo 5. 17). E ele disse isto, justificando a quebra do sábado judaico. A Segunda Pessoa da Trindade, portanto, afirma que Deus não descansa, isto é, não guarda sábados de quaisquer naturezas: semanais, mensais, anuais.

SÁBADO E SÁBADOS

O sabbatismo insiste na radical diferença entre o sábado decalógico, que dizem ser sábado moral por tratar-se de mandamento universal, e os do mandamento, sinal do pacto sinaítico, coração da Lei, era chamado por Deus de “meu sábado”, enquanto os sábados festivos mensais e anuais cerimoniais o Senhor os chamava de “vossos sábados”. Esses, o Senhor preconizou-lhes a abolição no Velho Testamento(Os 2.11; Is 1. 13), e é a eles que o apóstolo dos gentios em Gl 4. 9,10 refere-se: *“Mas agora que conheceis a Deus ou, antes, sendo conhecidos por Deus, como estais voltando, outra vez, aos rudimentos fracos e podres, aos quais, de novo, quereis ainda escravizar-vos? Guardais dias, e meses, e tempos, e anos”*. Os contextos anteriores e posteriores mostram que Paulo falava a não-judeus recém-convertidos, mas influenciados pelos judaizantes com o apoio de Pedro(Gl 2. 11-16), que levaram muitos deles a judaíza-rem-se, inclusive Barnabé(Gl 2. 13), adotando o nomocentrismo, isto é, salvação pela Lei(Gl 2.16, 19; Gl 3. 23-26; Gl 4. 5; 4-10). O último texto relacionado indica que não se trata apenas de catequese dos convertidos cristãos ao cerimonialismo judaico, mas à Lei, incluindo, obvio, o sábado: *“De Cristo vos desligastes, vós que procurais justificar-vos na lei; da graça decaístes(negrito nosso). Porque nós, pelo Espírito, guardamos a esperança da justiça que provém da fé. Porque em Cristo Jesus, nem a circuncisão, nem a incircuncisão tem valor algum, mas a fé que atua pelo amor. Vós corréis bem; quem vos impediu de continuardes a obedecer a verdade? Esta persuasão não vem daquele que vos chama. Um pouco de fermento leveda toda massa. Confio de vós, no Senhor, que não alimenteis nenhum outro sentimento; mas aquele que vos perturba, seja ele quem for, sofrerá a condenação”*(Gl 5. 4-10). Afirmar que o texto em apreço não se refere à lei e, conseqüentemente, ao sábado, é torcer o seu sentido natural, fazendo-o “provar” os pressupostos sabbatistas. O termo Lei é inclusivo, abrangendo todas as ordenanças de Deus: morais, cerimoniais e civis.

Sábado e sábados.

Sustentam os sabbatistas que “sábados”, no plural, sempre se referem aos “sábados anuais, festivos, excluindo o sábado singular. E concluem: Os. 2.11 e Cl 2.16 registram “sábados” e, portanto, falam de festas cerimoniais, não do quarto mandamento. É claro que Paulo em Colocenses 2. 16 fala do cerimonialismo, mas depois de condenar todas as ordenanças legais do mosaísmo: *“Tendo cancelado o escrito de dívidas, que era contra*

vós e que constava de ordenanças, o qual vos era prejudicial, removeu-o inteiramente, encravando-o na cruz”(Cl 2. 14). O “manuscrito” de ordenanças cancelado, contando de julgamentos e maldições, não de amor e perdão, não é outro senão o da lei, conforme sentença Paulo em Efésios: “Aboliu, na sua carne, a lei dos mandamentos na forma de ordenanças, para que dos dois criasse, em si mesmo, um novo homem, fazendo a paz”(Ef 2.15). O sábado no singular e os sábados no plural foram abolidos com a abolição das leis morais e cerimoniais. Todo legalismo vetotestamentário desapareceu, permanecendo a liberdade dos salvos sem lei, mas pela graça, de respeitar-se a Palavra de Deus, mandamental e prescritivamente, pela atuação do Espírito Santo, que habita o regenerado. Porém, todos os mandamentos resumem-se no pleno exercício do amor a Deus e ao próximo, não na estrita observância de sábados: semanais ou anuais. A distinção sabatista de “meus sábados” e “vossos sábados não se verifica nas Escrituras. Esta é uma maneira de demonstrar que o povo recebe e pratica(vossos) o que Deus determina(meus). Assim, “vossos sábados” e “meus sábados” são a mesma coisa (Ex 21. 13; Lv 23. 28; Os 2. 11). Exemplos paralelos: Vosso templo, meu templo(Is 56. 7; Mt 23.8). Vossos sacrifícios, meus sacrifícios((Nm 28.2; Lv 10. 13; Dt 12. 6). Vossas festas, minhas festas(Lv 23. 2-4; Nm 29. 39; Os 2.11). Singularidade e pluralidade não distinguem sábados semanais, mensais ou anuais: Em Mt 28. 1; Lc 4. 16 e At 13. 14, o sábado aparece pluralizado em grego(sabbatwn- sabbaths), interpretativamente traduzido pelo singular, significando “sábado semanal”. O mais importante, porém, é que em Ex 31. 13 e Ez 20. 12, textos ressaltadíssimos pelos sabatistas, por se referirem ao sábado “sinal” entre Deus e seu povo, grafam-se “sábados”, no plural. Eis os respectivos textos: “Tu, pois, falarás aos filhos de Israel e lhes dirás: Certamente, guardareis os meus sábados(negrinho nosso); pois é sinal entre mim e vós nas vossas gerações; para que saibais que eu sou o Senhor, que vos santifica”. “Também lhes dei os meus sábados(negrinho nosso), para servirem de sinal entre mim e eles, para que soubessem que eu sou o Senhor que os santifica”. Além da pluralidade dos sábados de Deus, tais sábados foram dados como “sinal” pactual da aliança entre Deus e Israel, sendo inextensivo aos gentios, povos não pactualizados. Nós não estávamos incluídos.

As Escrituras falam de “festividades”(anuais), “festas da Lua Nova”(mensais), e “sábados”(semanais)(I Cr 23. 30,31; II Cr 2. 4; 31. 3 cf Nm 10.33; Ez 45. 17; Os 2. 11; Cl 2. 16,17). Argumentar que os “sábados” referidos são anuais é menosprezar a exegese lógica para ficar com o pressuposto, pois os “sábados anuais” estão implícitos na expressão: “festividades” ou “dias de festas”. A mesma ordem encontramos na advertência de Paulo, significando o mesmo: sábados anuais, mensais e semanais(Cl 2. 16; leia até 2. 19). O singular e o plural nada, absolutamente nada, provam.

O MANDAMENTO SABÁTICO.

Há duas versões do mandamento sabático: a de Êxodo, que fundamenta o preceito da guarda do sábado no “descanso” de Deus no sétimo dia da criação, e a de Deuteronômio, que o estatui firmado no fato histórico da libertação do povo de Deus da escravidão egípcia.

I- O SÁBADO CONFORME A CRIAÇÃO.

“Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor, teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque em seis dias fez o Senhor os

céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o Senhor abençoou o dia de Sábado e o santificou” (Ex 20. 8-11).

Comentário:

a- Os dez mandamentos ou “dez palavras” não são, rigorosamente falando, “leis” no sentido normal e usual do palavra, mas regras diretas ou termos do acordo bilateral entre o Libertador e o povo libertado sem prescrição punitiva, graduada ou não. Exceto dois mandamentos, quarto e quinto, os demais estão em forma negativa(não...). Porém, o preceito sabático aqui não aparece em forma imperativa negativa, mas recomendava positiva: “Lembra-te” porque, na verdade, o sétimo dia é interposto na ordem mandamental como memorial do Criador e da criação, e deveria ser o dia “separado”(santificado) para o descanso reflexivo, as devoções gratulatórias e os rituais memorativos. Na essência, mesmo como “*sinal*” da aliança entre Deus e Israel, o Sábado é uma lei cerimonial, embora seu conteúdo moral continente não se há de negar. O judeu deveria “lembrar-se” do Sábado, isto é, do “sétimo dia” para não se esquecer de que “pertencia”, pelo “contrato pactual”, a um Deus Criador que com ele se indentificava e relacionava-se, por meio de um dia em sete, e a ele prometia repouso eterno de que o sábado semanal não passava de símbolo ou sinal.

b- A proposição inicial dos termos pactuals, introdutora, estabelecadora e fundamentadora do decálogo, é: “*Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão*”(Ex 20. 2). O pacto foi firmado exclusivamente com Israel, povo eleito de Deus, retirado do Egito, resgatado da servidão faraônica. Portanto, mesmo que o sábado pactual do decálogo reporte-se à criação, isso não o universaliza, isto é, não o torna símbolo ou sinal de povos não pactualados com Deus. A ordenança sabática, nos termos do Êxodo, ressalta os seguintes conceitos teológicos: 1- O “Deus Criador” é corretamente conhecido a partir do “Deus Redentor”. 2- O Criador do universo é também o Criador da nação israelita. 3- O Criador de todas as coisas é o Remidor de Israel, o Deus da aliança, o Legislador da “constituição” nacional de seus eleitos, retirados do Egito e constituídos em nação.. Deus estabeleceu o sábado como signo memorativo da criação e comemorativo da libertação.

A nova aliança ou Novo Testamento, não inclui o sábado fixo do calendário mosaico, porque feita basicamente com os gentios, e estes não estavam e não estão sob a lei do Sinai. Os súditos de Jesus Cristo estão sob seus mandamentos, o *código do amor*, retirados de ordenanças não constantes do Decálogo. Na recodificação decalagal processada pelo Messias o quarto mandamento é omitido, não por ser intocável, mas desnecessário e impraticável numa comunidade universal, inclusiva de todos as etnias. A ressurreição de Cristo é fundamental na fé cristã(I Co 15. 17; Rm 6. 4,5), o pondo relevante da confissão evangélica. O crente morto em Cristo e nele ressurreto “*lembra-se do dia da ressurreição do Cordeiro*”, santifica-o e o guarda. O sábado, portanto, “sétimo dia”, “sinal” da criação do velho homem e da libertação de Israel, foi substituído pelo dia memorativo e santificado da ressurreição de Jesus Cristo, o Segundo Adão, data inaugural da recriação da humanidade, tornando-se o “Dia do Senhor”(Kyriachê Hemera). A parte moral do mandamento permanece. A guarda do Domingo significa: obediência ao espírito da lei, separação para o Senhor de um dia em sete, depois de seis de trabalho; restauração do conceito de que o nosso Criador é também nosso Salvador em Cristo Jesus(Jo 1.1-3); lembrança de que fomos escravos do pecado, do maligno e da morte e que Deus, por seu Filho amado, libertou-nos com mão estendida e braço forte. A parte memorial foi substituída, passando do simbolismo da criação física e da libertação dos israelitas do cativeiro egípcio para o simbolismo da redenção e da recriação da humanidade representativamente pelo corpo dos eleitos.

c- Como já vimos, o literalismo comparativo entre semana da criação e semana calendárica é impossível pelas seguintes razões: c.1- O sexto dia, dedicado ao homem solteiro original: criação, autoridade, atividades, sentimento de solidão, criação da mulher e casamento(Gn 1. 24-31 cf 2. 4- 25), não pode ser um dia semanal de vinte e quatro horas. c.2- O sábado da criação não teve sucessão, não se repetiu, não possuiu “tarde e manhã”, isto porque Deus completou “toda sua obra”, nada restando que justificasse novas semanas criacionais. Deus não descansa semanalmente, não repousa nunca. c.3- O descanso semanal é uma dádiva do Criador a Israel, seu povo, atendendo às suas necessidades humanas e gerando espaço temporal para o culto. A adoração da criatura não promove a satisfação divina, mas a do próprio adorador. Por isso, o tempo destinado ao serviço litúrgico é uma concessão do Senhor ao seu servo: “o Sábado foi feito para o homem”, não para Deus, que não necessita de repouso nem de tempo para devoção.

SÁBADO RESTRITO

a- **Símbolo do pacto judaico.** O sábado é o sinal da aliança que Deus fez com Israel no Monte Sinai. Tal aliança somente poderia universalizar-se por dois meios: Primeiro, por eliminação de todos os povos, restando exclusivamente Israel, e então a humanidade constituir-se-ia unicamente de descendentes de Abraão. Segundo, Todas os seres humanos de quaisquer raças, por processos de conversão e redução, fossem transformados em prosélitos do judaísmo. Como semelhantes hipóteses não se verificaram nem se verificarão, o sábado mosaico, símbolo de um pacto restrito entre os pactuantes, Rei e súditos judeus, nunca foi universal e jamais será.

b- **Sociedade patriarcal.** Os imperativos sabáticos pressupõem uma estrutura familiar patriarcal em que o chefe do clã é “dono” absoluto de tudo: esposa, filhos, animais, servos e hóspedes estrangeiros. Filhos e escravos formavam uma unidade socioeconômica e religiosa inteiramente submissa ao senhor tribal. Se qualquer dos “dependentes”, inclusive o animal, trabalhasse, quebrado ficaria, por todos, o quarto mandamento, pois a ordem: “não farás nenhum trabalho” é imposta generalizadamente. Se um hóspede estrangeiro trabalhasse, toda família responderia pelo pecado de ab-rogação sabática. Como o Sábado é eterno, universal e imutável, segundo os sabatistas, Deus deveria ter mantido indissolúvel a sociedade familiar para a qual foi divinamente decretado. Não temos dúvida de que o Criador, Senhor da história, mudou a sociedade, mudando com ela o preceito sabático, desfazendo-lhe o fixismo judaico.

c- **Impraticabilidade.**

c.1- **Regionalidade e universalidade.** Em uma sociedade agropastoril, constituída de rígidos núcleos patriarcais, localizada num ponto definido do globo terrestre, o Sábado fixo, com ordenanças rigorosamente petrificadas, imodificáveis, funcionou. Porém, na humanidade de nossos dias, com estruturas familiares atomizadas, autoridade paterna fragilizada, filhos independentes religiosa, política, social e economicamente, com eleitos de Deus em todas as culturas, vivendo em todos os quadrantes da terra, intercomunicados instantaneamente via satélite, recebendo comandos militares, políticos, tecnológicos, comerciais, bancários e educacionais diuturnamente, sem levar em conta os sábados regionais de pôr a pôr do sol de seus respectivos fusos horários, o sábado fixo judaico é lógica, religiosa e cientificamente impraticável. Enquanto, por exemplo, os japoneses estão dormindo, seus bancos, compensações e casas de câmbios estão funcionando ininterruptamente, conectados com as bolsas internacionais, interligados a todos os centros operacionais do mundo, não importando se é sábado ou domingo em determinadas áreas do planeta. Israel inteiro parava no sábado; famílias inteiras também. Hoje, se Israel parar, entra em colapso financeiro, expõe-se ao inimigo, conturba o sistema internacional de

comunicações e finanças. Um dia em sete para cada povo e até, em numerosas circunstâncias, para cada indivíduo, é viável. Sábado internacional fixo, não. Poderia um zeloso sabatista ser banqueiro de uma empresa bancária e financeira internacional, operando no câmbio e nas bolsas mundiais dia e noite via Internet?

c.2- **Ordenanças rígidas.** O imperativo geral abrangente e as ordenanças internas do mandamento sabático não admitem concessão:

c.2.1- *“Seis dias trabalharás”.* Quem não trabalha os seis dias ordenados, quebra o mandamento, mesmo “descansando” no Sábado. Quem deixa de cumprir um “til”, viola toda a lei. Se o Sábado é um dia de “pôr a pôr do sol”, também os dias semanais o são, porque uma unidade do conjunto não se diferencia das demais. Logo, o “sabatista” tem de trabalhar, por ordenação divina, seis dias de “pôr a pôr do sol”. Quem faz isso hoje? A nossa jornada de trabalho, pelo regime de CLT, é de oito horas, com um dia e meio de “descanso remunerado”. Há milhares com seis horas de labor diário. E os feriados nacionais, estaduais e municipais? E as férias remuneradas, que o “bom sabatista” aproveita para passear individualmente e com a família? Quem, no curso de um ano, realmente trabalha 313 dias e guarda 52? O mandamento não diz: trabalharás 8,00h por dia, dormirás 8,00h e recrearás 8,00h. O mandamento é: “seis dias trabalharás”, sem prescrição de recreio e repouso em cada dia. Ninguém faz isso; logo, não se guarda o mandamento sabático segundo a forma intransigente do quarto mandamento do Êxodo. Por outro lado, sendo o sabatismo do êxodo fundamentado na criação, lá não se encontra Deus trabalhando do nascer ao pôr do sol, folgando um pouco, adormecendo, por exemplo, às 22,00h, e acordando às seis da manhã. O Dia de trabalho do Criador, se é semanal, consta de 24,00h ininterruptas: e *“houve tarde e manhã”*; isto porque para Deus não há noite, nem recreação, nem repouso. Podemos imitá-lo, como sugere o mandamento, e então guardar o Sábado como ele o guardou?

SÁBADO: INCONDICIONALIDADE.

c.2.2- **Obra completa.** Em seis dias *“farás toda a tua obra”* “porque, em seis dias, fez o Senhor os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou”. Deus não deixou nada para a semana seguinte, fez, realmente, *“toda a sua obra”*. O sabatista, para guardar o sábado mandamental, figura sucessória do sábado da criação, teria de repetir o procedimento de Deus: *terminar a obra*. Não se ordena terminar uma “tarefa semanal”, parte da obra total, mas concluir absolutamente tudo que ao homem compete fazer, e isso nem no curso total de sua vida conseguirá. Também o mandamento não fala de conclusão do que foi planejado para uma semana no conjunto do planejamento mensal, anual, plurianual ou por toda existência. Que obra, pois, o sabatista tem de completar no espaço temporal de seis dias? Trabalhando numa fábrica, que produz em série para atender indefinidamente a demanda do mercado, terminará “sua obra?” O que ele faz no contexto empresarial como empregado ou associado pode ser “religiosamente” classificado como “sua” obra semanal completa? Qualquer serviço que se transfere para a semana seguinte, implica em “inconclusão” de obra e, portanto, em quebra do preceito sabático. Para fazer como Deus fez, o sabatista teria de, em seis dias, realizar tudo, completamente, o que lhe foi ordenado neste mundo, ver que tudo era bom, e então *“descansar para sempre”*, isto é *“guardar o Sábado eterno, irrepitível, imutável”*. Mais uma vez se verifica que o literalismo radical é impraticável. A linguagem simbólica nos recomenda tomar um símbolo figuradamente. O sabatista, porém, atribui ao sábado, implacabilidade, imutabilidade, generalidade e eternidade. Então, para finitos mutáveis, torna-se inexequível.

c.2.3- **Abstenção radical.** À ordenança interna positiva (Seis dias trabalharás) segue uma negativa incondicional e inconcessiva: *“Não farás nenhum trabalho”*. O racionalismo, a

inadiabilidade, a urgência, a necessidade irremediável e as funções intransferíveis de sobrevivência levam os homens, e com eles, os sabatistas, a “corrigirem” o supremo Legislador, estabelecendo situações em que o trabalho no dia de sábado é “justificável”. O mandamento, porém, em si mesmo, tal qual o sabatismo o vê no “Santuário Celeste”, não preconiza exceções. O “*nenhum trabalho*”, num contexto mandamental de estrutura rígida e imutável, e na qualidade de “*ordenança escrita pelo dedo de Deus*”, o ser humano não pode, à guisa de interpretação, alterar; somente Jesus, supremo Legislador, pode reinterpretá-lo, quebrando-lhe a imutabilidade e o fixismo. É difícil manter uma posição literalista e fixista nas contingências naturais da existência, na mutabilidade temporal de nossa terra e variabilidade logológica dos seres humanos.

c.2.4- **Ordem sabática inclusiva.** Foi observado anteriormente que as ordenanças, geral e internas, abrangem conclusiva e inclusivamente o corpo familiar inteiro, pois, no sistema patriarcal daqueles tempos, o chefe de família era senhor absoluto tanto na regência como no pastoreio sacerdotal do clã. A responsabilidade de administrar o bloco tribal era de sua exclusiva responsabilidade. Assim sendo, o ônus da guarda ou quebra do mandamento sabático recaía sobre ele. Desta maneira, qualquer um de seus filhos, servos, empregados ou estrangeiros em sua casa, que violasse o sábado, a culpa e o castigo ser-lhe-iam imputados. Não somente seres humanos, mas também os animais, que lhe prestassem serviços, se postos a trabalhar, o dono incorreria no pecado de ab-rogação sabática.

c.2.5- **Nação pactual.** Deus, no decálogo, dirigia-se primariamente à nação pactuante no singular da segunda pessoa; e apenas secundariamente ao cidadão dentro dela, nacionais e estrangeiros. Todos os que, “das portas para dentro” dos limites nacionais “trabalhassem no Sábado”, fariam o corpo pactuado, isto é, a sociedade nacional, quebrar o quarto mandamento. Reforcemos bem: o Pacto foi firmado por Deus com a comunidade israelita, a “família Dei”, atingindo cada um de seus filhos e todos os seus instrumentos produtivos. Fora do povo de Deus o mandamento sabático não tinha vigência. Eis porque a ordem dada é à nação e, por ela, aos seus filhos, escravos, estrangeiros e forças produtivas. Qualquer cidadão que trabalhasse no sábado, levaria o corpo governamental à ab-rogação do mandamento. Isto funcionou numa sociedade tribal, pastoril, agrária e localizada, mas não funciona na cultura globalizada, tecnológica, industrial e mundialmente integrada diuturnamente pelos rapidíssimos meios de transporte e velocíssimas comunicações. Ao meio dia no Brasil pode-se comprar pela “Internet” no Japão, que atenderá o cliente “on line” à meia noite. Ambos trabalham ao mesmo tempo, mesmo sendo sábado para um deles.

O que se ordena ao geral, ordena-se ao particular. Quem trabalha para o país, trabalha para cada um de seus concidadãos. Aos sábados, portanto, milhares de pessoas ou estão trabalhando para os “sabatistas” ou à disposição deles em casos emergenciais nos serviços de: água, luz, telefone, correio, transporte, saúde, alimentação, defesa, justiça e outros. Então, querendo ou não, os “sabatistas”, na qualidade de cidadãos, estão “aceitando” o trabalho dos “não-sabatistas” e deles usufruindo, violando, desta maneira, a lei sabática. E o que dizer do sabatista que, aos sábados põe seu meio particular de transporte(carro = animal) a seu serviço? E serviços que não podem parar como, por exemplo, altos-fornos da siderurgia? Hoje o mundo, sob o domínio e direção de Deus, trabalha noite e dia. Nação sabática não mais existe.

O SÁBADO DEUTERONÔMICO.

“Guarda o dia de Sábado, para o santificar, como te ordenou o Senhor teu Deus. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o Sábado do Senhor, teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu boi, nem o teu jumento, nem animal algum

teu, nem o estrangeiro das tuas portas para dentro, para que o teu servo e a tua serva descansem como tu; porque te lembrarás que foste servo na terra do Egito e que o Senhor, teu Deus, te tirou dali com mão poderosa e braço estendido, pelo que o Senhor, teu Deus, te ordenou que guardasses o dia de Sábado”(Dt 5. 12-15).

COMENTÁRIOS:

01- As Escrituras são a Palavra de Deus. Argumentar que a versão deuteronomica da lei é inferior à do Êxodo, porque foi expressa exclusivamente por Moisés, não diretamente por Deus, significa afirmar a heresia de que “as Escrituras não são, em sua totalidade, a revelação da vontade de Deus aos homens”; e mais, negar a autoridade profética de Moisés na reafirmação da aliança. O cristão sincero aceita tudo o que Deus lhe fala pela sua Palavra, não apenas o que lhe convém.

02- Atualização da aliança horébrica. Moisés ensina que a aliança é feita com cada geração israelita: *“Não foi com nossos pais que fez o Senhor esta aliança, e sim, conosco, todos os que, hoje, aqui estamos vivos. Face a face falou o Senhor conosco, no monte, do meio do fogo”(Dt 5.3,4).* Depois de sustentar que os termos do pacto reatualizam-se de geração em geração de eleitos, o profeta-legislador passa a comunicar os termos do concerto pela boca de Deus: *Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão.”* Seguem os mandamentos ditados por Deus. Portanto, o mandamento sabático tem a autenticidade da revelação e a autoridade da comunicação divina.

03- Consideráveis modificações. Na reafirmação do pacto, os outros mandamentos não sofrem modificações de conteúdo, mostrando que são, na essência, imodificáveis. O sabático, no entanto, passa por alterações, que lhe mudam profundamente os propósitos. Eis algumas:

03.1- **Lembrar e guardar.** Na versão do Êxodo, o Sábado é “recomendado” em forma de advertência: “lembra-te do dia de Sábado”. No deuteronomico, é uma ordenação imperativa direta: “Guarda o dia de Sábado”. Entre “lembrar” e “guardar” há diferença significativa. No êxodo a ordenança é mais memorial que mandamental. No Deuterônômio é mandamental para ser memorial., conforme se demonstrará depois.

03.2- **Maior abrangência.** O modelo deuteronomista particulariza, nas proibições, além dos filhos, servos, estrangeiros e animal, *“o boi, o jumento e animal algum”*, deixando clara a abrangência proibitiva irrestrita. No país do pacto e no clã de cada cidadão não se trabalhará: ninguém e nada. O sabbatismo social do segundo livro da lei é mais radical que o criacional do Êxodo, *“depositado no Santuário Celeste”*.

03.3- **Propósito social:** *“Para que o teu servo e a tua serva descansem como tu”* O texto do Êxodo é eminentemente criacional, pretendendo promover lembrança da ação de Deus na criação. O de Deuterônômio tem duplo objetivo: primeiro, conceder o direito de descanso aos trabalhadores, escravos e livres; segundo, fazer Israel recordar e comemorar a libertação. Aqui o sábado sai do privatismo devocional individualista, do literalismo frio e egocêntrico, para centralizar-se na pessoa do subordinado, na benemerência da ação social. A teologia sabática deuteronomista mostra que *“o Sábado é para o homem, não o homem para o sábado.* Se o sábado não promove a igualdade entre empregado e empregador e o bem estar do próximo, fica obviamente violado. O sabbatista que, para “descansar”, permite que sua empregada trabalhe na cozinha ou, dispensando-a, toma refeição em restaurante, utilizando-se to trabalho de outros, está quebrando o quarto mandamento.

03.4- **Causa primária, libertação:** *“Porque te lembrarás que foste servo na terra do Egito e que o Senhor, teu Deus, te tirou dali com mão poderosa e braço estendido; pelo que o Senhor, teu Deus, te ordenou que guardasses o dia de Sábado”(Dt 5. 15).*

A causa da ordenança é o poderoso e gracioso livramento divino de seu povo, escravo do Egito, em situação humanamente irremediável. Para que jamais os judeus se esquecessem de que haviam estado sob o desumano domínio de Faraó, Deus lhes ordenou

o memorial sabático, sem qualquer conexão com o “sétimo criacional” e, portanto, sem fixismo.

Conclusões: A nova forma do mandamento sabático em Deuteronômio leva-nos a concluir:

a- O mandamento sabático foi o único que, já no Velho Testamento, sofreu mudanças na forma e no conteúdo, desfazendo a tese de sua imutabilidade.

b- O vínculo não é com os “sete dias da Criação”, por si mesmos inalteráveis e imutáveis, mas com a semana civil, variável conforme a variação dos fusos horários e dos turnos de trabalho.

c- A renovação atualizante do pacto(v.3) causou-lhe a reforma da parte memorativa reformável: o quarto mandamento.

d- A conexão sabática com a “redenção” estabelece-lhe nexos simbólicos com o memorial da nova aliança, o Dia do Senhor, o sétimo dia cristão, comemorativo da libertação dos eleitos de Deus em e por Cristo Jesus, o segundo Adão, o segundo Moisés, o Deus encarnado. Israel foi resgatado do Egito; a Igreja o foi do domínio do maligno e do pecado.

DOMINGO – SÁBADO CRISTÃO.

Sabatismo e dominguismo.

Sabatismo. “Adventista do Sétimo Dia” e “Sabatista” são expressões sinônimas, referindo-se a uma seita na qual a convergência centralizante, doutrinária e eclesiológica, aponta invariavelmente para o quarto mandamento. O adventismo do sétimo dia, pois, é sabadocêntrico, chegando a ser sabadólatra. Os textos probatórios da sabadocentria, bíblicamente convincentes, estão no Velho Testamento. Constatam, e com veracidade, que o quarto mandamento recebe a mais intensa e mais extensa ênfase no velho concerto, ora como signo da criação(Êxodo 20) ora como memorial da redenção(Dt 5). Sendo, por outro lado, o espaço temporal dedicado ao culto a Deus, tornou-se um preceito carregado de significado ritualístico da liturgia simbólica de Israel. Neste caso, valeu como sombra da realidade futura, realizada no Novo Testamento em Cristo Jesus, Senhor do sábado, isto é, Pai e mentor do descanso verdadeiro. Pelo processo de isolamento do Velho Testamento ou pelo princípio de submissão do Novo a ele, ressalta-se o sábado, concedendo-lhe excessivo brilho, a ponto de causar o ofuscamento das demais proposições decalogais. Dona White imagina o quarto mandamento, centro do decálogo, circundado por um alo de luz, isto é, ocupando posição proeminente. Para Jesus Cristo, o maior mandamento é o do amor incondicional e irrestrito a Deus, e o segundo, semelhante ao primeiro, é o do amor ao próximo. Para o sabatismo, o maior mandamento, isolado, é o do Sábado; quem o viola, recebe o sinal da besta. Isto é **sabatismo**.

O Sábado cristão. A proeminência do preceito sabático no Velho Testamento, tomado como símbolo da criação no Êxodo; meio social de descanso e memorial da libertação em Deuteronômio, perde o sentido no Novo Testamento pelos seguintes motivos: a- O que era sombra e símbolo converteu-se em realidade na encarnação da Segunda Pessoa da divina Trindade. b- O sábado judaico lembrava o Criador e Redentor, que agora não precisa ser “lembrado” por meio de tipos e signos, pois se faz pessoalmente presente e atuante entre nós na pessoa do Messias. c- A velha aliança de que o sábado era um sinal cumpriu-se na nova em Jesus Cristo; e o que se cumpre, deixa de existir. d- Os demais mandamentos, essencialmente preceitos morais e éticos, permaneceram, sendo citados e enfatizados no concerto da graça. e- O espírito da ordenança sabática deuteronômica, no que se refere ao direito social de repouso do trabalhador, permanece na

nova aliança, sendo cumprido no primeiro dia da semana. f- O sétimo dia, signo judaico de libertação por Moisés, transferiu-se para o Domingo, memorial cristão da redenção em Cristo Jesus. Com exceção do fixismo, tudo fica preservado, não como “sacramentação” de um dia em detrimento dos outros, mas como “santificação”, isto é, “separação” para concessão de descanso aos trabalhadores e serviço de adoração ao Salvador, Senhor da Igreja. g- Jesus, autor e consumidor da fé cristã, e seus apóstolos, comunicadores de sua palavra ao mundo, não ordenaram a guarda do sábado judaico. O mandamento central do Novo Testamento é o do amor, não do Sábado. h- O Messias inaugurou uma nova ordem, aproveitando as ordenanças morais de caráter universal e permanente, modificando as restritivas como a da Páscoa e a da circuncisão, convertendo-as em Ceia memorial e batismo, respectivamente, e liberalizando o dia de descanso, fato que levou os discípulos e a Igreja primitiva a transferi-lo para o primeiro dia da semana, data em que se comemora, a ressurreição de Cristo, o nascimento da Igreja e a remissão dos eleitos.

Dominguismo. Não se pode transformar sabatismo em dominguismo. A fronteira entre o sagrado e o profano, irreconciliáveis no Velho Testamento, desapareceu no Novo: não há mais uma terra sagrada no meio das profanas; um povo sagrado e os demais profanos; um dia sagrado e os outros profanos. Cristo rompeu o muro de separação entre Israel e os gentios; o véu do templo rasgou-se e o Santo dos Santos abriu-se a toda a Igreja, corpo sacerdotal de Cristo. No sábado, o Cordeiro estava morto, mas no primeiro dia da semana ressuscitou, fazendo nascer uma nova era, o tempo da graça para todos os povos, em todos os lugares e todos os dias. *“Eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século”* (Mt 28.20). Israel aproveitava o sábado para “estar com Deus” no templo, simbolicamente presente no Tabernáculo do Santuário. Cristo está com o crente, em quem habita pelo Espírito Santo, em todos os dias e lugares, não apenas no sétimo dia. Se todos os dias são igualmente santos, o descanso reveste-se apenas de conteúdo social, podendo ser observado em qualquer dia. Deus, no Novo Testamento, não tem “um dia especial”, pois Cristo estabeleceu o “hoje” e o “agora” para o encontro com o homem, para o seu permanente serviço, a consagração, a adoração. Não idolatramos o domingo, guardamo-lo porque nos lembra a ressurreição de Cristo e, conseqüentemente, a nossa; assinala o começo da Igreja e o nascimento de uma nova humanidade. O Domingo é, realmente, um dia significativo para o cristão, mais que o Sábado o foi para Israel.

RESSURREIÇÃO DE CRISTO: FIM DO SÁBADO.

FIM DA VELHA ORDEM.

Cristo sepultou a velha dispensação da lei, fazendo nascer a da graça com e pela sua ressurreição. No sábado judaico, a humilhação; Cristo não se achava entre nós; estava sepultado; apóstolos e discípulos, desolados. No primeiro dia da semana, a vitória: Cristo ressurgiu, enterrando o ministério soteriológico da lei com seu “sinal” proeminente, o sábado, inaugurando nova ordem redentora por meio de seu sacrifício vicário cujo “sinal” memorativo central é a “Páscoa” reinterpretada: *“fazei isto em memória de mim”*. Como no primeiro dia da criação o Criador criou a luz, e ele mesmo, a Luz do mundo, encarnado entre nós, raiou salvadoramente no Domingo, iluminando todos os eleitos regenerados, ocupando todos os espaços da terra, enchendo com a sua presença todos os dias da semana, santificando-os. Para cumprir tal ministério, veio na plenitude dos tempos, nasceu de mulher e sob a lei para, resgatando-nos da escravidão da lei, dignificar a nossa humanidade. Após a ressurreição do Filho de Deus, portanto, não se há mais de falar em salvação pela lei nem de obediência ao seu Sábado. Eis que tudo se fez novo. Restam-nos

da lei, agora escrita nos corações regenerados, os seus princípios éticos emergentes, naturalmente expressos como frutos espontâneos dos eleitos redimidos por Cristo Jesus, o Legislador final de seu povo.

Sábado utilizado como meio de evangelização.

Jesus, até que se completasse a implantação da obra da graça, teve de guardar a lei para cumpri-la, encerrando-lhe o seu ministério soteriológico. Portanto, dizer que Jesus guardou a lei é expressar o óbvio. Os discípulos, porém, utilizaram-se do Sábado judaico para pregar aos judeus, e o fizeram até a perseguição impedir-lhes a ação missionária entre seus compatriotas. Exemplos:

At 18. 4-8: Sinagoga e Tido Justo. Paulo disputava, aos sábados, com os judeus. Estes, no entanto, “resistiam e blasfemavam”, obrigando o apóstolo a, sacudindo suas vestes, amaldiçoá-los dizendo: “*O vosso sangue seja sobre vossa cabeça*”. Deixando-os com seus sábados, Paulo hospedou-se, demoradamente, na casa de Tido Justo, pregando e ensinando a Palavra de Deus; trabalho que resultou na organização de uma Igreja cristã. Os “doutrinadores” do Adventismo do Sétimo Dia, para os quais a Bíblia tem de provar o sabatismo, em seus “Estudos Bíblicos”, 2ª Ed., página 128, respondendo às perguntas sobre a demora de Paulo em Corinto e o que lá fazia, afirmam que sua permanência foi de um ano e seis meses, “*disputando com os judeus na sinagoga*”. Ignoram, propositadamente, o tempo de hospedagem na residência de Tido Justo, onde organizou a Igreja, depois de renegado na sinagoga sabatista e dela excluído.

At 16. 13: A prosélita Lídia. Os sabatistas, supostamente firmados neste texto, sustentam que os apóstolos guardaram o Sábado fora da sinagoga. Será que “guardavam o Sábado”, “saindo da cidade até o rio?” Ali, de fato instalava-se uma sinagoga de direito, onde mulheres prosélicas, tementes ao Deus de Israel, não aos deuses gentios (Zeus, Júpiter, Atenas, Minerva ou Vênus). Paulo e Timóteo procuraram, e encontraram, esse núcleo de professantes da fé judaica, pregando-lhe o Evangelho. Lídia, de Tiatira, temente ao Deus dos judeus, converteu-se; acolheu-os em sua casa. Eles se utilizam do Sábado para atingir os judeus, prosélicos e gentios, atendendo à estratégia paulina: “*Porque sendo livre de todos, fiz-me escravo de todos, a fim de ganhar o maior número possível. Procedi, para com os judeus, como judeu, a fim de ganhar os judeus; para os que vivem sob o regime da lei, como se eu mesmo assim vivesse, para ganhar os que vivem debaixo da lei. Aos sei lei, como se eu mesmo o fosse, não estando sem lei para com Deus, mas debaixo da lei de Cristo, para ganhar os que vivem fora do regime da lei*” (I Co 9. 19-21). A mesma metodologia que levava Paulo a utilizar-se do Sábado para evangelizar os sabatistas judeus, levou-o a pregar no panteon grego em Atenas (At 17 16ss). O v. 17 explicita bem sua estratégia missionária: “*Por isso, dissertava na sinagoga entre os judeus e os gentios piedosos (prosélicos); também na praça, todos os dias, entre os que se encontravam ali.*” **Todos os dias**, Paulo pregava, incluindo o Sábado, lógico.

At 15: Insurgência dos fariseus cristãos legalistas. A conversão dos gentios provocou em Jerusalém a reação dos “fariseus convertidos”, que impuseram aos apóstolos a condição: “*É necessário circuncidá-los e determina-lhes que observem a lei*” (At 15. 5b). Os apóstolos e presbíteros reuniram-se para examinarem a questão. E a decisão foi não impor aos gentios nem guarda da lei, incluindo o sábado, certamente, nem circuncisão, mas apenas três coisas essenciais: 01- Abstenção de coisas sacrificadas a ídolos; 02- Abstenção de sangue e de carne de animais sufocados. 03- Abstenção de relações sexuais ilícitas. O decreto apostólico, portanto, desobriga os gentios da guarda e da circuncisão, isto é, não lhes impõe encargos judaicos, incluindo a obrigatoriedade de guarda do Sábado. Os apóstolos realmente valeram-se do Sábado judaico para evangelizar os judeus, mas guardaram, como cristãos, o Domingo. Os sabatistas, “sabófilos” fanáticos, enxergam

nesse decreto apostólico o sancionamento da lei sabática. O contrário, entretanto, se verifica.

RAZÕES PORQUE NÃO GUARDAMOS O SÁBADO.

Não guardamos o sábado fixo judaico porque:

- 01- Somos da dispensação da graça em que a salvação não vem pelas obras da lei: *“Visto que ninguém será justificado diante dele por obras da lei, em razão de que pela lei vem o pleno conhecimento do pecado. Mas agora, sem lei, se manifestou a justiça de Deus testemunhada pela lei e pelos profetas”*(Rm 3.20,21 cf Gl 3.2; Gl 3. 19-29).
- 02- A lei, antes da fé, serviu apenas de aio para conduzir os eleitos a Cristo, o Mestre Salvador: *“ Mas, antes que viesse a fé, estávamos sob a tutela da lei e nela encerrados, para essa fé que, de futuro, haveria de revelar-se. De maneira que a lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé. Mas, tendo vindo a fé, já não permanecemos subordinados ao aio”*(Gl 3. 23-25). O ministério da lei cessou com o advento da graça. Nada de lei salvadora; nada de sábado judaico necessário à santificação.
- 03- *Somos justificados exclusivamente pela fé, não pela lei com seu signo sabático: “E é evidente que, pela lei, ninguém é justificado diante de Deus, porque o justo viverá pela fé”*(Gl 3.11).
- 04- *A lei revela o pecado e condena o pecador*(Rm 7.1-11; Rm 8.), mas não foi e não é capaz de perdoá-lo, redimi-lo e salvá-lo. Cristo, porém, o Salvador, resgatou-nos da maldição da lei: *“Ora, a lei não procede de fé, mas: aquele que observar os seus preceitos por eles viverá. Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar(porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro”*(Gl 3. 12,13). Quem observou todos os preceitos da lei? Ninguém(Rm: 3. 9-12).
- 05- O Sábado é o sinal do pacto restrito entre Javé e os israelitas, não sendo ordenança universal(Ex 20.1; Ex 19.1; Ex 24. 8; Rm 2. 14).
- 06- Antes da aliança do Sinai não houve ordenança sabática. Não havendo lei, não havia transgressão(Rm 4. 15), não existia preceito sabático; a ninguém se estigmatizava, portanto, com o “sinal da besta”.
- 07- A perpetuidade do pacto mosaico aplicava-se aos judeus. Dependendo, porém, da fidelidade nacional e do cumprimento de cada cidadão israelita(Ex 20. 1,2), os termos pactuais em forma de mandamentos jamais foram cumpridos(Ex 31. 16,17; Ex 12. 14; Lv 23. 21).
- 08- Para Jesus Cristo, o cerne essencial da lei não se encontra no decálogo, no meio do qual está o sábado, mas fora dele(Mt 22. 36-40 cf Mc 12. 28-31), que é o mandamento do amor. O sabatismo dogmatiza que o sábado permanece. Paulo diz que “permanecem” agora a fé, a esperança e o amor, mas o maior é prioritário(I Co 13. 13).
- 09- Deus não se alegrou com sábado e sábados judaicos, porque se revestiam de mero cerimonialismo, sem conteúdo verdadeiro de fé(Is 1. 13,14 cf Mc 9. 2,13; Gl 2. 19).
- 10- O Sábado da senhora White foi, durante dez anos, das 18,00 às 18,00 horas. Depois, com a pretensão de ser mais bíblica, mudou-o para de “pôr a pôr do sol”. A maior bíblicidade, no entanto, piorou a praticidade, impossibilitando o sabatista de, “biblicamente”, guardá-lo, por exemplo, no Pólo Norte, onde o sol não se põe durante seis meses. Os maiores quebradores do fixismo sabático são os fusos horários.
- 11- O último a ter obrigação de guardar a lei e, conseqüentemente, o sábado, foi Jesus Cristo; mas o fez para encerrar o seu ministério soteriológico legalista, estabelecendo a

salvação exclusivamente pela graça mediante a fé(Ef 2. 9 cf Mt 5. 17; Rm 18. 8; Jo 5. 16; Gl 2. 14- 14; Hb 7. 18; Gl 4. 4).

12- A lei, e nela o Sábado, foi abolida sumariamente por Jesus Cristo como meio de justificação(Cl 2. 14-17; II Co 3. 3-14; Hb 7. 18).

13- Cristo fez conosco um novo concerto(Hb 8. 6-13; Hb 10. 7,9; Gl 3. 17; Rm 8. 1,2; I Co 14. 33), salvando-nos pela sua morte e ressurreição, tornando-se o centro de nossa fé. Deixamos de ser nomocêntricos para sermos cristocêntricos.

14- Os mandamentos permanecem como preceitos da ética cristã, jamais como meios de redenção. O Decálogo é reiterado do Novo Testamento, menos o mandamento sabático.

15- O Sábado judaico, como “sinal” do velho pacto, perdeu o simbolismo, a eficácia e o objetivo com o estabelecimento do novo pacto. Ele, de fato, simbolizava dois grandes feitos: a criação do mundo e a salvação do povo hebreu, mas não simboliza o fatos neotestamentários maiores: a recriação da humanidade e a bênção final da redenção em Cristo Jesus.

16. A guarda explícita não significa obediência implícita da lei, segundo Jesus Cristo. Que homem, senão o Filho de Deus, cumpriu, por exemplo, os mandamentos: “Não matarás” e “Não adulterarás”, conforme a abrangência moral e psicológica que lhes dá o Messias(Mt 5. 21,22; Mt 5. 27,28)?. E quem viola um preceito, viola toda lei. Portanto, ninguém, em tempo algum, foi realmente sabatista.

DOMINGO: MEMORIAL CRISTÃO

Ressurreição de Cristo.

Cristo ressuscitou no primeiro dia da semana. O maior, mais significativo e mais decisivo acontecimento da história cristã é a ressurreição de Cristo. Em virtude de seu significado e magnitude, tornou-se a data magna da cristandade. E o milagre do ressurgimento do Filho do Homem, segundo todos os sinóticos e João, deu-se no primeiro dia da semana, domingo: *“Passado o Sábado, Maria Madalena, Maria, mãe de Tiago, e Salomé, compraram aromas para irem embalsamá-lo. E, muito cedo, no primeiro dia da semana(negritos nossos), ao despontar do sol, foram ao sepulcro(Mc 16. 1,2). “Buscais a Jesus, o Nazareno, que foi crucificado: ele ressuscitou, não está mais aqui; vede o lugar onde o tinham posto”(Mc 16. 6b cf Mt 28. 1-10; Lc 24. 1-12; Jo 20. 1-10).* O testemunho geral dos evangelhos é incontestável: Cristo ressurgiu no **primeiro dia da semana**, Domingo. Os sabatistas, munidos do apriorismo sabático, tentam negar o inegável, afirmando que Jesus ressuscitou no sábado. Uma declaração da Palavra de Deus, claramente expressa, não se pode ser honestamente negada.

Significados da ressurreição de Cristo.

a- Vitória sobre os poderes do pecado e da morte. Até o dia em que Cristo se levantou de entre os mortos, o domínio do mal e o poder destrutivo da morte eram irrecorríveis e invencíveis pelo homem, vítima indefesa. O ser humano curvava-se impotente diante da implacabilidade da “nékrosis” universal. Descendo ao império tartáreo, o Filho de Deus derrotou a morte, erguendo-se vitorioso(I Co 15.26). Agora a Igreja pode, jubilosa e vitoriosamente cantar: *“Tragada foi a morte pela vitória. Onde está, ó morte, a tua vitória? Onde está, ó morte, o teu aguilhão. O aguilhão da morte é o pecado, e a força do pecado é a lei. Graças a Deus, que nos dá a vitória por intermédio de nosso Senhor Jesus Cristo”(I Co 15. 54b-57).* Pela ressurreição, Cristo anulou a condenação da lei, venceu o pecado e triunfou sobre a morte. Há, porventura, um dia mais significativo para o cristão? Pode ele trocar o dia da libertação espiritual e conquista da

vida eterna, o domingo, pelo dia da libertação política, social e religiosa de Israel, o Sábado judaico? De maneira alguma. A libertação universal do pecado e da morte não é, porventura, de maiores e mais sublimes conseqüências que o livramento de uma pequena nação do domínio estrangeiro cujo feito libertador mereceu um dia memorial(Dt 5. 15)?

b- *Identificação do Apostolado.* O apóstolo é identificado e qualificado pelo fato de ter sido testemunha da ressurreição de Cristo, credencial da comissão e da missão apostólica.(At 1. 21,22). Os apóstolos, antes de serem enviados, foram convocados para ser testemunhas visuais da vida, paixão, morte e ressurreição do Filho de Deus. A força, o poder persuasivo e convincente da mensagem apostólica residiam na identificação do mensageiro com o Cristo ressurreto. Assim, a proclamação do Cristo vivo, vencedor da morte, tornou-se gloriosa e vitoriosa(At 4. 33). A vitória final do Leão da tribo de Judá na dura, longa e inclemente batalha contra as potências dominadoras do mal, deu-se no primeiro dia da semana: os cristãos alegremente a comemoram.

c- *Ressurreição de Cristo, penhor da nossa.* A ressurreição dos redimidos ficou garantida e estabelecida pela ressurreição do Remidor, penhor da nossa(I Co 15. 20, 21 cf com todo cap. 15). Domingo é também o dia comemorativo de nossa vitória em Cristo Jesus. Ele existe para que nos lembremos que fomos escravos do pecado, do mundo e da morte.

d- *Ressurreição, prova da divindade de Cristo.* Descer ao Hades e subir ao Céu, isto é, humilhar-se e exaltar-se são atos incrivelmente poderosos; somente Deus os podia executar, e fê-los, segundo o seu beneplácito, por amor de seus escolhidos. A humilhação e a ressurreição ocupam os extremos da encarnação e são provas reveladas da divindade e do amor de Jesus Cristo(Rm 1. 3,4).

e- *Ressurreição de Cristo, base da salvação:* “... o qual foi entregue por causa das nossas transgressões e ressuscitou por causa da nossa justificação”(Rm 4. 25; Rm 8. 34).

A garantia de nossa ressurreição reside na de Cristo, primícias dos que dormem, esperança dos que vivem.

f- *Ressurreição, descanso de Jesus.* O dia da ressurreição marca o fim da obra da redenção e, conseqüentemente, o descanso de seu Criador, Jesus Cristo; um descanso semelhante ao do Pai(Gn 2.1,2): *Porque aquele que entrou no descanso de Deus, também Ele mesmo descansou de suas obras, como o Pai de suas”(Hb 4. 10 cf Ef 1. 20).* Terminada e consumada a obra redentora na e pela ressurreição, Cristo dela descansou: é o sábado do Salvador, o dia de descanso dos redimidos regenerados. O velho sábado é signo e memorial a criação. O novo sábado, no primeiro dia da semana, o Dia do Senhor, é o sinal da redenção.

g- *A ressurreição de Cristo, causa da pregação e base da fé:* “E, se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, e vã, a vossa fé”(I Co 15. 14 cf I Co 15. 15-18). O cristão não vive e não prega sábado, mas o Cristo ressurreto; e isto ele o faz, guardando o dia da ressurreição e proclamando a vitória sobre a morte.

h- *Ressurreição de Cristo: raiar da luz da vida:* A luz, sem qualquer conexão física, foi criada no primeiro dia da semana da criação. De igual modo, raiou a luz da salvação e da vida eterna para o mundo no primeiro dia da semana com a emersão de Cristo do túmulo.

A ressurreição de Cristo assinala o dia magno da cristandade, não o sábado judaico.

CATECISMO MAIOR CRISTOFANIA DOMINICAL

Cristo exaltou e valorizou o primeiro dia da semana. As aparições do Cristo ressurreto, para demonstrar a realidade da sua ressurreição e espiritualizar o “Kyriachê Hemera”, Dia do Senhor, aconteceram, sempre que o dia é mencionado, no Domingo: “*Havendo ele ressuscitado de manhã cedo, no primeiro dia da semana (negrito nosso), apareceu primeiro a Maria Madalena*”(Mc 16.9). “*Ao cair da tarde daquele dia, o primeiro da semana (negrito nosso), trancadas as portas da casa onde estavam os discípulos com medo dos judeus, veio Jesus, pôs-se no meio e disse-lhes: Paz seja convosco!*”. Observem que o Filho de Deus apareceu no primeiro dia da semana, de manhã, a uma mulher, e ao pôr do sol, aos discípulos, estabelecendo o dia de 12 horas, do amanhecer ao anoitecer, para a comunicação da vitória sobre a morte e presença real no meio de seus escolhidos(Sl 113. 3). A ressurreição do Mestre e a sua aparição deram-se no marcante e glorioso primeiro dia da semana, razões de sua transformação em “o Dia do Senhor” para a cristandade. Foi também no primeiro dia da semana que ele apareceu aos discípulos no caminho de Damasco(Cf Lc 24.13, 33-35). Uma semana depois, saltando o sábad judaico, o divino Salvador reapareceu aos discípulos, quando se deixou comprovar pelo duvidoso Tomé(Jo 20. 26). Os sabatistas, no intuito de desqualificar o domingo, dizem que oito dias depois seria terça-feira, não primeiro dia. Ora, Cristo morreu Sexta-feira(Mc 15.42); ressuscitou no primeiro da semana, como biblicamente demonstramos, deixando claro que a contagem, para que se chegasse ao terceiro dia profetizado e realizado(Mt 16. 21 cf 20. 19), incluía tanto o dia da morte como o da ressurreição: Sexta, dia da morte; sábado, silêncio mortal; primeiro dia da semana, ressurreição. Seguindo o mesmo esquema, contam-se oito dias, a partir do dia da ressurreição(incluso), como era praxe, temos o Messias reaparecendo novamente no primeiro dia, quando dialogou com Tomé. Não há a menor dúvida: Cristo excluiu o sábado de suas aparições, valorizando, repetidamente, o primeiro dia da semana que, na ordem criacional, foi o dia do começo do universo e criação do luz. O Sábado do Pai Criador cedeu lugar ao Sábado do Filho Redentor(Hb 4.10).

Pentecostes dominical. Em um primeiro dia da semana a Igreja foi definitivamente estabelecida, quando sobre ela desceu o Espírito Santo, segundo a promessa, pousando, como língua de fogo, sobre cada membro e conferindo poder aos apóstolos para o testemunho cristão e comunicação do Evangelho(ver At 2). A contagem das sete semanas, segundo Lv 23. 15, começa no dia seguinte ao sábado: *Contareis para vós desde o dia imediato ao Sábado, desde o dia em que trouxerdes o molho da oferta movida; sete semanas inteiras serão*. Aqui, a data para o início da contagem é determinada. Contando sete semanas a partir de Domingo, ou cinquenta dias a partir de Sábado, chega-se ao primeiro pentecostes depois da ressurreição de Cristo, acontecido no domingo, primeiro dia da semana. O pentecostes, na velha dispensação, marcava a comemoração da dádiva da lei. Na nova, assinala: a dádiva do Espírito Santo, que imprime a lei do amor e a ética cristã no coração dos redimidos; o glorioso e vitorioso nascimento da Igreja. Domingo, pois, é o dia da luz para o cristão: nele se estabeleceu e garantiu-se a sua ressurreição espiritual em Cristo; a certeza e a garantia da ressurreição corporal; promoveu o nascimento da Igreja, corpo de Cristo, onde o novo Israel congrega-se. Lembremos, por outro lado, o trevoso e calamitoso último sábado de Cristo e do concerto antigo: foi terrível! Cristo morreu no pôr do sol de sexta-feira(Mc 15. 42). Observem como Lucas descreve o tormentoso sábado, que encerrou a dispensação da lei: “*Já era quase a hora Sexta, e, escurecendo o sol, houve trevas sobre toda terra até á hora nova. E rasgou-se pelo meio o véu do santuário*”(Lc 23. 44,45). E Mateus diz que “*o véu do*

templo rasgou-se em duas partes de alto a baixo; tremeu a terra; fenderam-se as rochas”(Mt 27. 51). Trevas aqui significa escuridão absoluta, ausência completa de luz. No horripilante sábado da criação, o último da velha ordem, a luz ficou, por três horas, vencida pelas trevas, e a ordem criacional, que o Criador vira que realmente era “muito boa”, revoltou-se, conturbou-se. O antigo sistema mediatorial devassou-se, ficando a sacralidade da lei depositada no Santo dos Santos exposta à profanidade. O que era velho e anacrônico chegou ao fim no derradeiro sábado mosaico, liquidado no seu próprio dia. Nova ordem ressurgiu no primeiro dia, quando se estabeleceu o Dia do Senhor, o dia da nova criação, da redenção, do novo povo de Deus em Cristo Jesus.

Destronada a lei antiga (com ela, o velho Sábado), que pretendia controlar, guiar e dirigir os eleitos de Deus, apontando-lhes o pecado, mas não lhes oferecendo perdão e, conseqüentemente, salvação, assume tais funções o Espírito Santo, o aio que nos leva a Cristo, consola-nos e ainda nos convence do pecado, da justiça e do juízo(Jo 14. 16,17; Jo 16. 8; At 2. 37). Não se há de negar que a ressurreição de Cristo é que possibilitou a dádiva do Paráclito, ministro da lei de Cristo.

Nada de velho sábado. Fiquemos com o novo, o primeiro dia da semana, o Dia do Senhor e nosso, o dia de maior relevância, simbolismo, significado e conteúdo para todos os nascidos de novo, ressurretos em Cristo Jesus. Quem submete o destino espiritual ao superado e anacrônico ministério da lei, dela não foi resgatado e, portanto, não pode ser filho por adoção de Deus por intermédio de Cristo(Gl 4. 4, 5).

PROEMINÊNCIA DO DOMINGO

Sábado, oportunidade missionária. É evidente que os apóstolos utilizaram-se do “descanso sabático” dos israelitas para pregar-lhes as *boas novas* do Evangelho de Cristo, não os velhos preceitos da lei mosaica. No período de transição, quando os judeus ainda aceitavam, sem muitas resistências, a presença dos discípulos de Cristo nas sinagogas, pois acreditavam tratar-se de facção do judaísmo, perfeitamente tolerável. Jamais poderiam imaginar tratar-se de uma nascente Igreja independente, com sistema soteriológico diverso, firmada inteiramente na graça. Assim que os legalistas sabáticos perceberam que judaísmo e cristianismo são incompatíveis, não só romperam relações, mas se transformaram em perseguidores implacáveis dos discípulos de Cristo. Realmente, o ministério da lei foi necessário até o advento do Messias. Sobrevivendo, porém, paralela e concorrentemente com o novo, embora salvadoramente inoperante, transformou-se em entrave ao testemunho cristão e à pregação do Evangelho nas comunidades primitivas. Além do mais, dentro da própria Igreja surgiu um movimento judaizante, pretendendo o casamento do antigo e caduco mosaísmo com a jovem e vívida Igreja do Filho de Deus.

O Primeiro Dia da Semana. Nos primeiros tempos da Igreja, o sábado já era considerado um dia simplesmente judaico, relacionado a uma religião substituída e, portanto, despida de significado para o “povo do caminho”, não mais submisso à lei e ao seu sabatismo, mas vinculado a Cristo, ao Evangelho e à graça, cujo memorial era o domingo. Eis porque os discípulos deixam passar o sábado, quando se operavam as celebrações mosaicas, e reuniam-se no *primeiro dia da semana*, celebrando os seus rituais renovados da páscoa cristã: “*No primeiro dia da semana, estando nós reunidos com o fim de partir o pão, Paulo, que devia seguir viagem no dia imediato, exortava-os e prolongou o discurso até à meia noite*”(At 20.7). O culto, com celebração da Santa Ceia e pregação, prolongou-se até o romper da alva do dia seguinte(At 20. 11), mesmo tendo Paulo de viajar naquele dia. Entre o sermão, que terminou à meia noite, e a celebração da Ceia, aconteceu o incidente da queda de um rapaz do terceiro andar. Morto no acidente, mas

ressuscitado por intervenção mediadora do apóstolo. Cremos na inspiração do texto. Não duvidamos que tenha sido o Espírito Santo que inspirou Lucas a registrar os fatos exatamente como ocorreram. E lá o Espírito diz por meio de Lucas: “*No primeiro dia da semana*”. Os sabatistas, no entanto, tentam desmentir o Espírito, negando a autenticidade e correção do relato lucano, dizendo que a Igreja reuniu-se no sábado, tendo a reunião se prolongado até o dia seguinte. É a exegese da imaginação facciosamente condicionada. Alegar, por outro lado, inoportunidade de reunião no sábado não podem, porque Paulo permaneceu em Trôade, onde os fatos aconteceram, uma semana(At 20. 6). A Igreja, pois, e com ela os apóstolos, mesmo tendo oportunidade de se reunirem no sábado, não o faziam, porque o seu dia memorativo e comemorativo era o Domingo. Um dado cooperante é o uso da expressão “meia noite”, caracteristicamente romana, porque a ocorrência se deu no mundo gentílico, e não “vigília”, que seria a forma judaica de falar(Lc 12 38). Conclusão: Se o Espírito determinou o registro de “*primeiro dia da semana*”, com que autoridade os sabatistas o contradizem, afirmando que ele se equivocou, pois tudo aconteceu no Sábado?

Domingo, dia da coleta cristã. Paulo recomenda à Igreja de Corinto, o que já fizera às igrejas da Galácia, que “*No primeiro dia da semana, cada um de vós ponha de parte, em casa, conforme a sua prosperidade, e vá ajuntando, para que se não façam coletas quando eu for*”(I Co 16. 2). Seguindo o costume geral de reunir-se no “*primeiro dia da semana*” para o culto a Deus, oportunidade em que se separavam e consagravam-se as ofertas, Paulo recomenda à Igreja, que “partia o pão de casa em casa”, o recolhimento da oferta beneficente em favor dos irmãos necessitados de Jerusalém. O mesmo procedimento ditado a Corinto o foi também aos irmãos da Galácia; ficando subentendido que se tratava de norma estabelecida pelo costume. No Dia do Senhor, isto é, no primeiro dia da semana, quando os cristãos “descansavam”, deviam separar para Deus e consagrar-lhe suas oferendas. Domingo, pois, para a cristandade primitiva, era o dia da consagração. Por que Paulo não recomendou semelhante ato cúltilico no sábado? Porque tal dia mosaico nada mais dizia aos libertos do pecado e da lei, aos consagrados às “boas novas do Evangelho”, aos devedores a Cristo ressurreto que, num domingo, concedeu-lhes a bênção da doação da vida eterna. O crente em Cristo não nasce da lei nem vive por ela, mas do Espírito, que o vivifica, santifica-o, convence-o do pecado, da justiça divina e do juízo e lhe dirige os passos na senda do Evangelho.

O Dia do Senhor- Kyriachê Hemera(Ap 1.10). Não há razão exegética e histórica para se alegar, como fazem os sabatistas, que se trata do sábado judaico. Primeiro, não há nenhuma referência a “descanso judaico” nesse dia. Por outro lado, fala-se da Igreja sofredora, perseguida pelos judeus, que deixou de reunir-se com seus “inimigos” judaicos para congregar-se entre si no primeiro dia da semana, o Dia do Senhor, Domingo(At 2. 20; I Co 16. 2). Jesus, a esta altura, ocupava a insubstituível posição de “Kyrios” para os cristãos contra o “Kaiser” romano. A patrística, já citada, prova que “Kyriachê Hemera” era compreendido pela Igreja primitiva como Domingo, o Dia de Cristo.

SÁBADO E SINAL DA BESTA

O sabatistas citam pouco as cartas paulinas, mormente Gálatas, e também não são muito afeiçoados a Hebreus. Seus livros preferenciais são: no Velho Testamento, Daniel, e, no Novo, Apocalipse. De ambos, com o adendo de Lv 16. 20-22, 26, documentos que se utilizam de figuras, imagens e símbolos, retiraram a idiossincrásica doutrina escatológica da terra milenial devastada, servindo de habitação a Satanás, que carregará, durante mil

anos, os pecados dos justos, sobre ele colocados por Jesus Cristo. Da revelação apocalíptica neotestamentária, especialmente do capítulo quatorze, extraíram o “juízo” do “estigma da besta”(666) sobre todos os evangélicos, que violaram ou violam o Sábado judaico. O pior de tudo é que mentirosa e hipocritamente chamam-nos de “irmãos”, certamente para efeito catequético, pois sustentam, como verdade irrefutável, que os “dominguistas”, portadores do sinal da besta, são réprobos, aliados de Satanás, destinados à destruição eterna. Mas se eles **mentem**, ao chamar de irmãos os que realmente não consideram como tais, usando a isca da falsidade, certamente estão do lado do “pai da mentira”(Jo 8. 44).

Apocalipse, 14. Os adventistas do sétimo dia vêm-se nesse capítulo como os lídimos componentes dos cento e quarenta e quatro mil; como os “pregadores do evangelho eterno”; como os “guardadores da lei” e, conseqüentemente, do Sábado; como os “assinalados” por Cristo pelo fato de guardarem o mandamento sabático em oposição aos marcados com o signo da besta por guardarem o “dia da ressurreição de Cristo”, o que consideram uma tremenda ofensa a Deus. Os 144.000, entretanto, não podem constituir-se de adventistas pelas seguintes razões:

a- **Eram somente israelitas.** O paralelo necessário com Ap. 7. 4-8 deixa evidente que todos os cento e quarenta e quatro mil eram israelitas. Portanto, literalmente falando, os adventistas gentios estão excluídos.

b- **Eram exclusivamente homens celibatários.** São imaculados abstinentes sexuais, que “*não se contaminaram com mulheres, porque são castos*”(Ap 14. 4). Dos 144.000 os sabatistas casados ou viúvos e todas as mulheres adventistas não fazem parte. E não se há de alegar que “não se contaminar com mulheres” significa: não se prostituir religiosa e espiritualmente, pois, nesse caso, quebrar-se-ia o literalismo, impossibilitando a interpretação alegórica ou parabólica de narrativas em linguagem figurada, exatamente o recurso usado para se “descobrir” anti-sabatismo no texto, e concluir que os guardadores do Domingo são marcados com o sinal da besta. Pelo método literal as alegações sabatistas perdem a ineficácia de “convencimento”. Mas eles se julgam literalistas.

c- **Salvos pela graça mediante a fé.** Os glorificados não se salvaram nem perseveraram mediante a guarda do decálogo, pois ninguém foi nem será justificado pela lei(Rm 3.20-24). Conseqüentemente, os adventistas, que se julgam salvos pela submissão à lei, especialmente ao sábado judaico, não podem estar entre os 144. 000, que são “os redimidos do Cordeiro”(Ap 14. 4b), não declarados justos por terem guardado os mandamentos decalogais, mas remidos(comprados) por Jesus Cristo. A perseverança(ou paciência) dos santos evangélicos firma-se na fé em Cristo Jesus e na submissão à sua lei, não nas estereotipadas ordenanças mosaicas. Nunca se deve esquecer que o Messias reformulou o velho código decalogal e resumiu a lei de Deus em apenas dois mandamentos: o do amor incondicional a Deus e o do irrestrito ao próximo.

O eterno tormento dos injustos. O texto fala de castigo eterno do ímpio, atormentado com fogo e enxofre diante do Cordeiro e de seus anjos(Ap 14. 9- 11). A expressão: “*séculos dos séculos*” significa “eternamente”. O eterno na vida humana abrange o aquém e o além. Os adventistas pregam a extinção dos injustos e, conseqüentemente, o presente texto não lhes é favorável. Aliás, o contexto inclui o v. 13, que demonstra estar os justos no gozo de “descanso eterno”, não em “sono mortal”; suas obras os acompanham, isto é, estão sempre vivas, edificadamente, em suas lembranças.

O sinal da besta. O texto não diz que quem não guarda o sábado judaico recebe o sinal da besta. É por ele assinalado o cultuador da besta, isto é, do imperador, o déspota Domiciano, Nero redivivo, que em si mesmo encarnava os dois poderes romanos maléficis, o político e o religioso. Por intermédio de sua mão religiosa, a famigerada “*Concília*”, sediada na Ásia Menor, obrigava todos os súditos a adorar o seu ícone; e

quem não o fizesse, era considerado traidor e impedido ficaria de comprar e vender. A marca de adorador da besta era garantia de liberdade e de livramento. O cristão, no entanto, preferia a morte à prostração diante do Kaiser imperial, pois seu Senhor era unicamente o Rei Jesus. E os judeus, sabatistas convictos, nessa época(95 d. C.) guardavam o sábado, e, ao mesmo tempo, hostilizavam e perseguiram os cristãos, aos quais consideram inimigos, delatando-os. Portanto, a lei de Deus de que fala o v. 12, certamente excluía o preceito sabático, pois o Dia do Senhor (Kyriachê Hemera) não era mais o sétimo dia mosaico, mas o Domingo. Muitos fariseus sabatistas romanizados daquele tempo não viam qualquer inconveniente em se fingirem “crentes” da *besta* para sobreviverem. Quem, porém, tinha no coração o Cristo ressurreto e guardava o dia de sua ressurreição, o Dia do Senhor, não o de César, recusava prostrar-se diante da estátua do imperador, a Besta.

O contexto geral, próximo e remoto, indica que Apocalipse, cap. 14, retrata os crentes evangélicos da Igreja sofredora, os servos do Senhor (Kyrios), não judeus ou judaizantes. Os 144.000 representam o número completo e final de todos os eleitos, os verdadeiros israelitas, filhos da fé em Jesus Cristo, herdeiros de Abraão segundo a promessa, retirados de entre todas as raças.

POR QUE GUARDAMOS O DOMINGO.

Guardamos o Domingo porque:

01- A lei diretiva e salvadora dos judeus, bem como os profetas da velha aliança, vigoraram até João Batista(Lc 16. 16); começando, com Jesus Cristo, sob o signo da nova aliança: nova era, novo povo, nova mensagem, novos símbolos de fé. Tudo que marcava o velho pacto foi adaptado ao novo concerto: A páscoa transformou-se em Santa Ceia; a circuncisão foi substituída pelo Batismo; a lei, depois de reinterpretada por Cristo, foi escrita em cada coração regenerado; o Sábado, dia de Javé, cedeu lugar ao Domingo, dia do Senhor Jesus e de seus redimidos pela graça.

02- Não submetemos nossa crença a símbolos, meras sombras do que havia de vir; submetemo-la ao Verbo de Deus, consumidor da fé e das realidades soteriológicas e revelacionais, antes simplesmente simbolizadas. O Domingo relembra e comemora o dia da nossa libertação em Cristo Jesus, gloriosamente ressurreto no primeiro dia da semana(Jo 20. 1).

03- Deus criou a luz natural no primeiro dia da criação física; Cristo fez raiar, definitivamente, a luz espiritual da esperança e da fé na aurora do primeiro dia da semana, Domingo.

04- Domingo é o **Dia do Kyrios** da Igreja, dia de sua vitória sobre as trevas, a morte e o pecado. Eis porque a Igreja, seu verdadeiro povo, adora-o neste dia. Dizer que quem separa o *dia da ressurreição do Senhor* para adorá-lo e reverenciá-lo, recebe, como castigo, o sinal da besta, significa afirmar: *cultuar Cristo, nosso “Kyrios”, é blasfêmia idêntica à de prestar culto ao anticristico imperador Domiciano*. Tal afirmação iguala o adorador do Filho de Deus aos adoradores da besta; compara o *Kyrios divino* ao demoníaco *Kaiser* romano. Profanação!

05- O Pai teve o seu dia, *sábado*, comemorativo da criação e libertação da escravidão egípcia; o Filho tem agora o seu, o *Domingo*, dia de sua ressurreição, criação de uma nova ordem soteriológica e libertação de seus eleitos da escravidão do pecado e da morte.

06- No terceiro dia de sua morte, primeiro da semana, o Cristo, primícias dos que dormem, apareceu, ressurreto, aos seus discípulos(Jo 20. 19), trazendo-lhes a esperança e

a certeza da vida eterna e da ressurreição de todos os regenerados. A aparição do divino Salvador repetiu-se aos onze discípulos, uma semana depois, no Domingo(Jo 20. 26).

07- A Igreja nasceu no primeiro dia da semana, dia de pentecostes que, segundo a lei, caía no dia seguinte ao Sábado(Lv 23. 16), Domingo, portanto. Nesse dia, o Espírito Santo foi derramado sobre todo povo de Cristo(At 2), e o Evangelho do Reino, concluído pela ressurreição de Cristo, foi pregado pela primeira vez, e um sermão evangelístico causou a conversão de 3.000 judeus(At 2. 14, 41), até então, sabatistas.

08- O sacramento do batismo foi, pela primeira vez, ministrado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo nesse dia, Domingo, inaugurando a Igreja do Cordeiro(At 2. 41).

09- Os cristãos passaram a reunir-se no Domingo, dia da ressurreição de Cristo e do nascimento da Igreja(At 20. 6,7 cf I Co 16. 2).

10- O dia inaugural da consolação da Igreja perseguida por romanos e judeus deu-se num Domingo(Kyriachê Hemera), na Ilha de Patmos (Ap 1. 10).

11- Conosco está Jesus Cristo, que não quis ressuscitar no Sábado: fê-lo no Domingo; conosco estão os apóstolos que guardaram o Domingo; conosco está a Igreja Primitiva, que separou o Domingo para cultuar a Deus pela mediação de Cristo; conosco estão os irmãos dos primeiros séculos, tais como: Barnabé(ano 100), Inácio(ano 107), Justino Mártir(ano 145), Dionísio(ano 170) Clemente de Alexandria(ano 194), Bardesanes(ano 180), Tertuliano(ano 200), Orígenes(ano 225), Anatólio(ano 270), Cipriano(III século), Vitoriano(ano 300), Pedro de Alexandria(306) e muitos outros; todos antes de Constantino e da hegemonia de Roma.

12- Domingo é o dia da dispensação da graça; sábado, o da dispensação da lei. Menospreza o dia da graça quem guarda o dia da lei.

13- O tempo não se divide mais em sagrado e profano: todos os dias são santos. O destaque do Domingo não está na sua sacralidade, mas no seu significado memorativo e comemorativo.

14- O Domingo é o dia da paz, não da discórdia. Guardamo-lo, mas não julgamos os que não o guardam(Rm 14. 5- 12; Cl 2. 16-19).

15- Todo aquele que, estando morto, tenha sido sepultado com Cristo e com ele ressurreto, guarda o *dia da ressurreição de seu Salvador*, e também da sua, com inefável alegria e imensa gratidão.

16- O sábado relembra o ministério da condenação, a lei; o Domingo rememora o ministério da graça, da libertação, da salvação. Não pode haver, para o cristão, um dia maior, mais significativo: o **Dia do Senhor**.

A Igreja de Cristo não esquece o dia da ressurreição de seu Senhor e Rei, **Domingo**, o mesmo de seu nascimento.

ALGUMAS RÉPLICAS ADVENTISTAS

As objeções adventistas são todas extraídas do livro “Assim Diz o Senhor” de Lourenço Gonzalez Silva, 7ª Edição, Editora ADOS, Niterói, RJ, 1997. A referida obra passará a ser identificada nas citações pela sigla ADOS, identificação da própria editora, e seu autor por LGS. “Assim Diz o Senhor” é a repetição ideológica de “Seja Deus Verdadeiro”, a Bíblia das Testemunhas de Jeová, de Joseph Franklin Rutherford, ambos com pretensões de verdades absolutas e respostas incontestáveis. O propósito é dogmatizante. Vamos, porém, às réplicas sabatistas, as que julgamos mais importantes:

Sobre “Colher espigas no sábado” (Mt 12. 1-2).

Réplica adventista: *“Por favor, amado, isso é transgredir o Sábado? Que mal existe em que alguém no Sábado, com fome, arranque uma espiga de milho ou uma fruta para comer? Só uma mente farisaica pode assim pensar. E, de fato, foram os fariseus os seus acusadores. Jesus disse aos fariseus: “...é lícito fazer bem no Sábado.” Mateus 12. 12. Quem é que hoje, indo para a Igreja, enguiçando o carro na rua, no Sábado, não irá tentar consertá-lo”. “Por que Jesus não disse: “Está aqui quem é maior do que o Sábado?” Sim, por que não afirmou isso? Jesus não pode Se contradizer. Se Ele tivesse declinado ser maior que o Sábado, seria forte argumento para o seu cancelamento. Mas o não afirmar é a segura guia de que jamais o Sábado seria abolido ou transferido para qualquer outro dia. Leia, por favor, Mateus 24. 20. Isto foi dito por Cristo antes de morrer. Não é, por conseguinte, prova insofismável a favor do Sábado, depois de sua morte. Evidente que sim”.*

Tréplica. O sábado de que fala o senhor LGS não pode ser o de Jeová, o entronizado no Tabernáculo Celeste, o do Decálogo, o do Êxodo. Lá, a ordem é: a- Não fazer *nenhum* trabalho(Ex 20. 10). b- Não permitir que ninguém e qualquer animal trabalhem(Ex 20.10). Portanto, não se podia utilizar meios de transporte animal para locomover-se até à Igreja. c- Não se podia recolher Maná no sábado(Ex 16. 22-30). E mais, Deus ordenou explicitamente: *“Ninguém saia do seu lugar no sétimo dia”*(v.30). Contra o determinismo sabático vetotestamentário, divinamente ordenado(posição de Jesus Cristo, anti-sabatista), LGS admite: a- Caminhar no sábado sem as restrições sabáticas: *“Por aquele tempo, em dia de Sábado, passou Jesus pelas searas”*(Mt 12. 1). Podia Jesus, sem quebrar o sábado, “passar pelas searas?”. E não passou por “uma”, mas por várias. O plural no-lo indica. b- Colher espigas(espigas, não uma espiga, como diz LGS) em roça alheia(permitido durante a semana- Dt 23.25) no sábado, demonstrando imprudência. O verdadeiro sabatista(Cristo e os apóstolos não o foram) tinha a obrigação, no espírito de Ex. 16, providenciar o pão para o sábado, não esquecer-se dele, vindo, em viagem, passar fome. c- Que um adventista moderno pode quebrar o sábado, andando em seu carro, consertando-o, valendo-se de mecânicos e “frentistas”. Já imaginaram um cidadão com o “sinal da Besta” ajudando um “zeloso” sabatista a quebrar o sábado de Jeová? d- Que Cristo não podia dizer que *era maior que o sábado*. Maior que o templo, sim; que o sábado, não. Se Cristo não pode declarar-se maior que o sábado, então este é, no mínimo, é igual a ele. Absurdo! Jesus pode ser *“Senhor do sábado”*(Mt 12. 8) sem ser maior que ele? Ao declarar, portanto, ser Senhor do sábado, Cristo está afirmando, sem a menor dúvida, o seu senhorio sobre o preceito sabático. A analogia é simples: O templo resumiu-se em Cristo; o sábado, também. Ambos perderam seus papéis. Por contradição, o senhor LGS acabou argumentando a nosso favor, afirmando estar aqui um *“forte argumento para o cancelamento do sábado”* pois Cristo efetivamente é “maior que o sábado”, sendo-lhe Senhor.

O senhor LGS aproveitou a oportunidade para citar Mt 24. 20. Neste texto, o público-alvo são os judeus, os que estiverem na Judéia(Mt 24. 16). O que é restrito aos judeus não se aplica universalmente. Os gentios não se enquadram em tais situações. Jesus cita o “inverno” e o sábado, como tempos indesejáveis para a fuga judaica. Ora, o inverno, entendido como “tempo congelado” não é universal, não valendo para os povos sobre a Linha do Equador. O mesmo se diz do sábado judaico: não tinha validade geral, não valia para os gentios, não se aplicava nos pólos terrestres, sistematicamente frios e sem a mensuração de “pôr a pôr do sol”. Até hoje os “sabatistas judaicos” são, preferencialmente, atacados militarmente aos sábados, especialmente no “Iom Kupur.” Cristo, portanto, não diz a nós, brasileiros: *“Orai para que a vossa fuga não se dê no inverno nem no sábado.”*. Fugir de onde para onde? Temos, porventura, uma Jerusalém

dentro da qual nos recolhemos aos sábados, correndo o risco de sermos cercados, aprisionados e mortos? Se, eventualmente, o texto fala do juízo final(não da queda de Jerusalém), que implicou na destruição do templo e no fim do sábado, as duas instituições questionadas por Cristo em Mateus 12, perguntamos: numa hecatombe universal haveria fuga? As montanhas seriam seguras contra devastações e calamidades cósmicas? As heresias retiram-se de exegeses parciais e convenientes.

Cristo, de fato, derrubou o “santuário terrestre”, símbolo do celeste, e derrogou o sábado, signo da velha aliança, tornando-se nosso templo e nosso “sabat”, descanso.

Sobre “Meu pai trabalha até agora, e eu trabalho também” (Jo 5. 17).

Replica Adventista: *“Qual era o trabalho de Jesus? Bem, na infância, Jesus foi carpinteiro, e com sua família ia sempre à Igreja aos sábados(Lc 4. 16). Porém, quando assumiu o Ministério que anunciaram os profetas, seu trabalho foi puramente espiritual(Mt 8. 14-17; Mc 1. 29-32; Lc 4. 38-41; Lc 6. 6-8; Lc 6. 18; Mt 8. 2-4; Mc 1. 40-44; Lc 5. 12-14 etc). Para a salvação dos pecadores, não há hora, nem dia, mês ou ano de parar de trabalhar, porque este trabalho é permitido e lícito fazer aos sábados! – Ouça”(ADOS, pág. 23).*

Tréplica: O senhor LGS esqueceu ou omitiu informações necessárias à compreensão do texto. Ei-las: a- De fato, Jesus esteve na Sinagoga, num Sábado, como bom judeu, mas para pregar o Evangelho da graça(Lc 4. 16). Isto lhe custou a ira de “*todos da Sinagoga*”(Lc 4. 28). Para não ser linchado, fugiu. O conflito entre o velho e o novo estabelecia-se, exatamente em dia de sábado, mas LGS o olvida, prejudicando o entendimento contextual remoto: questão sabática. b- O paralelo do trabalho de Cristo com o do Pai evidencia: primeiro, a divindade de Cristo(os judeus perceberam isto-Jo 5. 18); segundo, a sua eternidade. “*Até agora*” significa: da eternidade até este momento. Cristo é operoso não somente em obra “puramente espiritual”, mas atuou e atua diuturnamente na criação, na providência e na redenção. Dizer que o trabalho de Cristo “é puramente espiritual” implica negar-lhe os papéis de Criador e de Mantenedor do universo e dos homens. c- A obra que Cristo fez no sábado não “foi puramente espiritual”. O curado fisicamente desconhecia quem lhe havia restabelecido a saúde. Acusado de violador do preceito sabático(Jo 5. 10), transferiu a culpa o para o Senhor Jesus(Jo 5. 11): mais tarde, Cristo encontrou-o no Templo e lhe disse: “*Olha que já estás curado; não peques mais, para que não te suceda coisa pior*”(Jo 5. 14). Recebida a informação, tratou de eximir-se da acusação, apontando o “verdadeiro culpado”, o mandante da ab-rogação, o Messias(Jo 5. 15-18). Na verdade, Cristo tinha acabado de curar um adversário. Pode-se dizer que essa foi, realmente, uma “obra espiritual”? Que amor a Cristo e que conversão demonstra quem, depois de receber do Salvador uma bênção, o trai, entregando-o aos seus perseguidores?

Sobre “Toma teu leito e anda” (Jo 5. 8).

Réplica adventista. O senhor LGS diz que se tratava de uma manta que, enrolada, podia ser levada debaixo do braço(ADOS, págs. 24,25,26).

Tréplica. A palavra grega utilizada é “krábatos”: “esteira, catre, colchão usado pelos pobres”(Chave Linguística do Novo Testamento, Ed. Vida Nova, 1ª Ed., 1985, pág. 169). Podia ser do tipo “colchonete de campanha”, mas não necessariamente. O termo, honestamente, não pode ser traduzido exclusivamente por “manta de dormir”. Mesmo porque, numa simples manta portátil sobre o piso duro e frio, ninguém agüentaria “trinta e oito anos”(v. 5). Tratava-se, portanto, de um colchão com certa espessura para manter o corpo isolado da umidade e com razoável maciez para que sobre ele o enfermo aguentasse

tanto tempo. Se contrário fosse, Jesus, certamente, teria usado contra os seus acusadores o argumento sabatista de que “*carregar um leve manto debaixo do braço não viola o Sábado*”; mas não o fez. Considerou o sábado quebrado, e justificou a quebra, firmando-se em sua inquestionável autoridade divina e no seu exemplo de trabalhador incansável, isto é, ininterruptamente, sem interdição de descanso sabático(Jo 5. 17). Jesus, no presente texto, nada fala sobre o rigor das normas sabáticas do farisaísmo, mas demonstra, na prática, por um lado, a caducidade de “um dia-sinal” do pacto mosaico e, por outro, seu absoluto senhorio sobre todas as coisas, principalmente sobre a lei e, nela, sobre o mandamento sabático. No Sermão do Monte, o Sinai da Igreja, ele reformulou a lei. Agora, por meio de exemplos vivos, reconsidera o sábado, quebrando-lhe a eficácia imperativa em favor do amor ao próximo e a Deus.

Sobre “No Sábado, não saia do seu lugar” (Ex 16. 29).

Réplica adventista. LGS diz que a ordem relaciona-se exclusivamente com o “recolhimento do Maná”(ADOS, pág. 27).

Tréplica. Então, não sendo para apanhar Maná, a saída estava liberada? O texto diz isso? O que o texto fala é que Deus dá o pão para o sábado. Quem trabalha durante a semana, certamente terá seu pão de cada dia todos os dias, conforme a petição alusiva na Oração do Senhor. Quem possui um Pai providente(Sl 37. 25), não necessita e não pode violar o dia de descanso, quer por locomoção quer por atividades, movido por carências. A violação dos discípulos, viajando no dia de sábado e colhendo espigas(dupla falta), teve um propósito revelacional: mostrar o fim da vigência da lei(Lc 16. 16) figurada no preceito sabático. Na verdade, o sabatista literalmente mosaico não pode sair de casa aos sábados, especialmente de carro próprio ou de coletivo. Jeová não o permite. Como os fariseus “inventavam” motivos para restringir ou ampliar a lei, segundo as conveniências, igualmente procedem os sabatistas.

Sobre “Estamos debaixo da graça e, não debaixo da lei”.

Replica adventista. LGS diz: “*só pode estar debaixo da graça estando debaixo da lei*”(ADOS, 28).

Tréplica. Neste caso, a encarnação, a obra redentora de Cristo, a expiação na cruz, a regeneração foram procedimentos divinos inúteis, totalmente inválidos. A submissão à lei para salvação nada disso requer. Aliás, já no Velho Testamento, as leis cerimoniais do sistema sacrificial existiram em virtude da ineficácia salvadora da lei, da sua incapacidade de eliminar o pecado. Não estamos *nem sem nem contra a lei*: temos a lei de Cristo. A lei mosaica desconhece o perdão; a de Cristo nele se firma. A lei mosaica condena; a de Cristo redime; a lei mosaica confia na fidelidade do homem; a de Cristo, na fidelidade do Filho de Deus; na lei mosaica há um só dia sagrado; na de Cristo todos o são, porque ele está conosco todos os dias; a lei mosaica mostrava o pecado, o sacrifício, símbolo de Cristo, oferecia o perdão. Hoje, o Espírito Santo convence-nos do pecado, Cristo o elimina na cruz, sem intervenção da lei.

SOBRE os “Grandes Mandamento da lei” (Mt 22. 36-40)

Réplica Adventista: “*Jesus definiu a lei como sendo: Amor a Deus e amor ao próximo*”. *Sábia e divinamente Deus dividiu Seus Dez Mandamentos em duas partes. Assim que, os primeiros quatro mandamentos dizem de nossa obrigação para com Deus, e os seis restantes, de nossa obrigação e respeito ao nosso semelhante. Por conseguinte, destes “dois” mandamentos depende toda lei. –Então, qual o grande mandamento da Lei?* Resposta: A lei toda.” (LGS; ADOS, pág. 28).

Tréplica: Este argumento é tal ilógico que nem merecia resposta. Respondamo-lo, no entanto, para que não se diga que é “irrespondível”: a- As duas seções do Decálogo não são dois mandamentos, pois cada mandamento é uma unidade mandamental e moral específica com conteúdo independente. b- Se o “grande mandamento” é a “lei toda”, por que Jesus não deu esta resposta? Por que complicou? É o intérprete sabatista mais sábio que o divino Mestre? c- Os mandamentos não falam de “amor”, mas de “deveres”, de “obrigações”, não deixando alternativas: ou cumpre, mantendo a aliança; ou quebra, rompendo o pacto. Ali, o imperativo categórico é o do dever, não do amor. d- Como o conjunto decalogal pode sintetizar mandamentos que não contém? A síntese mandamental de Jesus não foi extraída dos dez mandamentos, mas de fora deles: o do “amor a Deus” foi retirado de Dt 6. 5; o do “amor ao próximo”, de Lv 19. 18. A “lei de Cristo”, portanto, não está contida no decálogo, onde se insere o sábadu judaico, signo do velho concerto. e- Não são os mandamentos do amor que dependem da lei; esta é que deles depende, não só ela, mas também os profetas: *“Destes dois mandamentos dependem a Lei e os Profetas”* (Mt 22. 40). Os dependentes são, logicamente, subalternos e inferiores. Os sabatistas apegam-se à rudeza inflexível da lei, onde não existe lugar para o amor; nós nos submetemos à lei do amor, em tudo superior ao estereotipado código legal do pacto sinaítico. A aliança superior, sem defeito, dispensa a inferior, provisória e falha: *“Agora, com efeito obteve Jesus Ministério tanto mais excelente, quanto é ele também Mediador de superior aliança instituída com base em superiores promessas. Porque, se aquela primeira aliança tivesse sido sem defeito, de maneira alguma estaria sendo buscado lugar para uma Segunda.”* *“Quando se diz Nova, torna antiquada a primeira. Ora, aquilo que se torna antiquado e envelhecido está prestes a desaparecer”* (Hb 8. 6,7,13). Os mandamentos da Nova Aliança são exclusivamente dois: “Amor a Deus”; “Amor ao próximo”, e no centro dos quais Cristo não inseriu o Sábado, porque no tempo da graça não se distingue entre dia e dia, um santo e outro profano (Rm 14. 5).

Sobre “O Dia do Senhor” (Ap 1.10).

Réplica Adventista: *“ Qual e este Dia do Senhor? Observe: Deus chama o Sábado “Meu santo dia” (Is 58.13). Mateus denomina o Sábado de Dia do Senhor (Mt 12. 8). Marcos e Lucas fazem o mesmo (Mc 2. 28; Lc 6.5)”. “ Ademais, não seria tremenda contradição achar que João ensine seja o Domingo o Dia do Senhor (Ap 1. 10), e depois Deus dá-lhe uma visão e nela apresenta a arca que continha os Dez Mandamentos, e ali consigne o Sábado escrito pelo Seu próprio dedo? (Ap 11. 19; Ex 31. 18; 32. 16).”*

Tréplica: a- Que o Sábado é o santo dia de Javé (Is 58. 13) na economia do velho pacto, todos nós sabemos; mas que ele seja o dia de Cristo, Fiador e Mediador da nova, superior e definitiva aliança, os documentos neotestamentários, textos da graça, não o declaram. Não há, no Novo Testamento, nenhuma ordenança aos cristãos sobre a guarda do Sábado, e nem podia haver. O signo do velho não serve para o novo. c- LGS diz que “Mateus denomina o Sábado de Dia do Senhor”. Eis o texto: *“Porque o Filho do Homem é Senhor do Sábado”* (Mt 12.8 cf Mc 2. 28 e Lc 6. 5). Incrível tal exegese! O adventista, preconcebidamente, traduz “Senhor do Sábado” por “Dia do Senhor”. Cristo jamais teve a intenção de, neste texto, declarar o sábadu com seu dia ou dia da Igreja. Ele liga o Sábado ao templo, substituído por ele, e aos sacerdotes, eliminados por mediação final e definitiva. O que ele afirmou é que Exerce senhorio sobre o Sábado e, portanto, tem autoridade para autorizar a sua violação, como o fez, permitindo que seus discípulos viajassem com ele, e ainda colhessem espigas das searas alheias ao longo do caminho (ver Mt 12. 1,2). d- O “dedo de Deus” escreveu os mandamentos no Sinai ou no Céu? Se foi no Céu, como afirma LGS, que céu é esse: materializado, com arca e tábuas de pedra? Os adoradores reúnem-se em torno de Cristo, não mais da arca. O Filho de Deus, sim,

fisicamente está no Céu à destra do Pai, ele é o nosso templo, tabernacula conosco. Os símbolos do velho concerto realizam-se e se concretizam nele, não no sábado judaico, mas no seu “Hoje”, no seu “Agora”, no seu “Aqui”. e- A expressão “Kyriakê hemera” não pode referir-se ao sábado judaico porque literalmente significa “Dia Imperial”. Os cristãos substituíram o “culto ao imperador”(kyrios romano) pelo prestado a Cristo, o “Kyrios” da Igreja. “Kyriakê” é genitivo de “Kyriakos”, significando: pertencente ao Senhor Jesus. Esta palavra repete-se somente em I Co 11.20, na expressão: “Kyriakon Deipnon”: Ceia do Senhor. Era, portanto, um termo cristão para o “Senhor” em contraste com “Hemera Sebaste”(Dia de Augusto). A Didakê(150 a.D.) atesta que “Kyriakê Hemera” era, efetivamente, o Dia do Senhor, Domingo(dominica, dies dominica, dominicus).

Cristo, de fato, revelou-se a João num dia de culto, dia em que a Igreja comemorava a sua ressurreição, o Dia do Senhor, Domingo.

Sobre “Todos os que guardam a lei estão debaixo de maldição” (Gl 3. 10).

Réplica Adventista: *“Esta expressão “livro da lei” cristalinamente identifica que a lei focada por Paulo é a Lei cerimonial”, pois que esta foi, de fato, escrita num livro(Dt 31. 24); ao passo que a Lei Moral o foi em pedras. Ex 31. 18. Já que a lei cerimonial foi abolida na Cruz(Cl 2. 14; Dn 9. 27), descartemo-nos dela para afirmar: a Lei Moral não é, não contém, não traz maldição”(LGS, ADOS, pag. 33 cf 51)*

Replica: a- A lei focada por Paulo é a que está dentro e fora do decálogo, mas principalmente a decalogal, exatamente a *“escrita em tábuas de pedra”*. Eis o seu pensamento, que estabelece contexto para compreendermos Gl 3. 10,13: *“E, se o ministério da morte, gravado com letras em pedras, se revestiu de glória, a ponto de os filhos de Israel não poderem fitar a face de Moisés, por causa da glória do seu rosto, ainda que desvanecente, como não será de maior glória o ministério do Espírito! Porque, se o ministério da condenação foi glória, em muito maior proporção será glorioso o ministério da justiça.” “Porque, se o que se desvanecia teve sua glória, muito mais glória tem o que é permanente”(II Co 3. 7-9,11)*. Portanto, Paulo afirma com todas as letras que a lei a que se refere é precisamente a *“gravada em tábuas de pedra pelo dedo de Deus”*, a que chama de **“ministério da condenação”, “desvanecente”**, isto é, “transitória”. b- “Dedo de Deus” não pode ser entendido literalmente. Deus não tem dedo. Esta expressão significa “poder de Deus” ou “Espírito de Deus”(Lc 11. 20 conferido com Mt 12. 28). O mesmo Deus que escreveu na pedra, escreveu no livro(pergaminho), os dois melhores materiais de escrita naquele tempo. O que Deus produz por revelação é igualmente divino em qualquer material utilizado. Deus preservou-nos a lei e os profetas não exatamente por meio de pedras gravadas, mas por tradição oral e escritos em pergaminhos. c- O que está escrito em “livro”, o que foi “dito por Moisés”, não constante das lápides do Sinai, dizem os sabatistas, aboliram-se na cruz. Entretanto, os mandamentos de Cristo foram retirados exatamente da parte renegada pelos sabatistas, quer dizer, de Dt 6. 5- Amor a Deus, e Lv 19.18- Amor ao próximo. Então, embora os milleristas excluam-nos sob alegação de que são “descartáveis” como lei cerimonial, “escrita em livro”, não permanente, o augusto Rabino busca, deixando a “causa petrea” das “tábuas”, extrai o seu “código permanente”, “superior” e “eterno” das ordenanças não contidas no decálogo. O Mestre dos mestres desconhecia as rígidas e excludentes distinções sabatistas de: 1- “Lei moral”, imutável, escrita em tábuas de pedra pelo dedo de Deus, depositada no Céu e 2- “Lei cerimonial”, escrita num livro, dita por Moisés, ab-rogável. Todos os signos e preceitos do antigo pacto horébio foram abolidos por cumprimento em Cristo, jamais por inferioridade ou suposta trasitoriedade. Todas as normas preceituais ditadas por Deus, tanto aquelas destinadas a regular o comportamento como as que objetivavam estruturar, direcionar e padronizar os

serviços e ofícios litúrgicos, foram extremamente necessárias como tipos dos eventos preconizados: Cristo e sua Igreja. Nem os preceitos instituidores e reguladores das cerimônias rituais no complexo sistema sacrificial foram abolidos: eles, como símbolos, e sombras, realizaram-se e se perpetuaram no Messias prometido. O ministério da lei vetotestamentária, decalagal e não decalagal, cessou em Cristo Jesus como recurso soteriológico, com seu sinal específico, o Sábado, mas como princípios éticos continua, sendo, nesse sentido, boa, perfeita, santa e justa. Agora, vige a lei de Cristo fundamentada no amor, simbolizada, não por duas tábuas de pedra, mas pela cruz, isto é, pelo sacrifício redimidor do Cordeiro. d- No mandamento sabático, o mais nobre e fixo de todos, segundo o sabatismo, há partes transitórias. Por exemplo: na residência adventista não existe a figura do “estrangeiro das portas para dentro”, isto é, prosélitos agregados à família mas sem efetiva incorporação nela. Este dado, porém, está eterna, intocável e imutavelmente “registrado no Tabernáculo Celeste” do céu millerista, cujo projeção perfeita verifica-se na terra e cuja obediência literal se faz no sabatismo.

Sobre “Pregar aos espíritos em prisão” (I Pe 3. 19,20).

Réplica Adventista: LGS, como paladino do adventismo, nega a imortalidade da alma e, em conseqüência, não pode aceitar o literalismo do texto em apreço. Do seu cérebro sabatizado retira esta “pérola” doutrinária: *“Fosse também verdade que tal pregação se deu, teremos de admitir que Jesus agiu com parcialidade, isto é, concedeu segunda oportunidade de salvação aos pecadores do tempo de Noé e aos demais pecadores de outra geração, não. Até Lúcifer, assim, teria razão ao reivindicar segunda chance de perdão. Ora, o próprio Senhor assegurou que o único pecado que não tem perdão é o pecado contra o Espírito Santo(Mt 12. 31)”(LGS, ADOS, págs. 36,37/38).*

Tréplica. a- O adventismo, por seu defensor LGS, acompanha alguns teólogos, desde Agostinho, que sustentam ter sido a pregação feita pelo Espírito de Cristo por intermédio de Noé, durante o tempo de construção da arca. Tal argumento, embora muito difundido, não leva em conta o contexto imediato, que claramente demonstra a pregação de Cristo aos “espíritos em prisão”, depois de seu sacrifício vicário e conseqüente morte: *“Pois Cristo também morreu, uma única vez, pelos pecados, o justo pelos injustos, para conduzir-nos a Deus; morto, sim, na carne, mas vivificado no espírito, no qual também foi e pregou aos espíritos em prisão”(I Pe 3. 18,19).* Não se pode, por pressupostos doutrinários, “inventar” interpretação. **b-** Concordamos com Russell Norman Champlin, que entende ser a geração universal diluviana representativa de todos os perdidos mortos(O Novo Test. Interpretado, Ed. A Voz da Bíblia, Guaratinguetá, SP, 1ª Ed., Vol. VI, pág. 147/8), que aguardam o juízo final no local a eles destinado por Deus denominado Hades. Primitivamente acreditava-se ser a habitação das almas desencarnadas um “recolhimento intermediário” com dois compartimentos, um destinado aos justos, outro aos injustos. O Novo Testamento, aperfeiçoamento da vontade revelada de Deus, esclarece que os justos, imediatamente após a morte, são recolhidos por Cristo ao qual pertencem e no qual se inserem inseparavelmente. Quem está com ele no corpo, com ele estará fora do corpo. **c-** A pregação do Messias deu-se entre a sua morte física e a ressurreição. Seu corpo biofísico experimentou realmente o óbito, mas seu espírito, não: *“Morto, sim, na carne, mas vivificado no espírito”(V. 18b- ARA, 2ª Ed).* Cristo, como todos os seres humanos condenados, ao morrer, entrou no mundo dos mortos alienados, passou pelo estado intermediário e, plenamente consciente e íntegro, cômico de sua messianidade, levou o “recado” messiânico ao universo dos espíritos em prisão, informando ao além inteiro, como já o fizera no aquém, que assumiria o reinado sobre todos os seres humanos ao assentar-se, exaltado, à destra do Pai(Cf I Pe 3. 22). O adventismo ensina a “morte de Deus”, pois afirma que o espírito de Cristo foi com ele, liquidado, para o túmulo, onde

ficou durante três dias. Se Deus é Espírito; se espírito é vida, como pode o espírito de Cristo ter ficado dormente, em coma ou morto? Em virtude de tal doutrina, negam a promessa do Filho de Deus ao ladrão na cruz: *“Em verdade te digo que hoje estarás comigo no Paraíso(Lc 23. 43).”* Nós cremos e ensinamos que o espírito do Filho do Homem, no momento da morte, como acontece aos demais seres humanos, separou-se do corpo natural e, vivo, consciente e ativo, desceu ao universo dos mortos renegados, comunicou-lhes o seu reinado messiânico sobre salvos e perdidos, assumiu poderes sobre o reino das trevas, subiu ao Céu, onde está à direita de Deus o Pai, todo Poderoso, e de onde virá para julgar vivos e mortos. **d-** Em nenhum lugar se diz que os espíritos dos ímpios na “prisão” converteram-se. Cremos que tanto a salvação como a condenação são irreversíveis. Entendemos que nenhuma alma comparecerá perante o Supremo Juiz, Jesus Cristo, desenhada sobre sua “competência” para julgá-la(I Pe 4. 5). **e-** Os eleitos mortos antes de Jesus Cristo, colocados no “estado intermediário”, somente terão a ressurreição de seus corpos revestidos de incorruptibilidade e de imortalidade em virtude do sacrifício expiatório do imaculado Cordeiro de Deus, concretizador de todos os sacrifícios feitos por eles, mas que não passavam de símbolos e sombras do real. Essa garantia, cremos, o Messias anunciou-lhes, o que lhes foi, certamente, uma inolvidável “boa no nova”. Pode ser o caso revelado em I Pe 4.6, pois todos eles foram “julgados na carne segundo os homens”(I Pe 4. 6), inclusive o Salvador, Jesus Cristo. **f-** No texto e no contexto, “espírito” não é sinônimo de “criatura humana” nem figura de linguagem para significar “eu”, “tu” ou “personalidade”. Trata-se, inquestionavelmente, do componente espiritual e imortal do homem, que se separa do corpo na ocasião da morte e destinado por Deus ao Céu, se salvo, e ao Hades, se perdido. Desencarnado, em um lugar ou outro, fica aguardando a ressurreição final: o justo para a vida eterna; o injusto para a condenação eterna. **g-** LGS imagina, sarcasticamente, Satanás no meio dos espírito em prisão com direito à segunda chance de salvação. A fé reformada nega qualquer forma de oportunidade salvadora além do curso da existência terrena.

Sobre a Lei no Velho e no Novo Concertos.

Réplica Adventista. O adventismo, por meio de LGS, reconhece que há dois concertos explícitos, o mosaico e o cristão, mas que *“a base fundamental destes dois concertos foi uma só: Os dez mandamentos, chamados de Lei Moral”(ADOS, pág. 63).* E continua: *“No novo concerto a lei de Deus seria impressa não em pedra, na em carne(no coração). Isso prova que jamais seria abolida. Sem sombra de dúvida, sob o evangelho, só pode participar do Novo Concerto quem tenha conhecimento da lei de Deus, pois ela será colocada no coração do crente”(ADOS, pág. 64).*

Tréplica: a- A mesma lei, segundo Jeremias 31. 31-33, seria colocada no coração do mesmo Israel restaurado, isto é, reconvertido ao velho pacto, cujo texto pactual era efetivamente a lei; mas a Igreja não é o “velho recondicionado”, um judaísmo renovado, mas um novo povo: *“Veio para o que era seu, mas os seus não o receberam”(Jo 1. 12).* Jesus não remendou o antigo, superado e roto, mas fez tudo de novo(Mc 2. 21,22). O novo Moisés não “transcreveu” o decálogo da pedra para o coração de seu povo, mas lhe deu um “novo mandamento”(Jo 13. 34), não retirado das tábuas mosaicas. **b-** O crente em Cristo não é salvo porque os dez mandamentos foram escritos em seu coração, mas porque “nasceu de novo”, foi regenerado(Jo 3. 3,5,6; II Co 5. 17). **c-** Não somos julgados “por decretos” estereotipados, cinzelados em placas de granito, mas pela crença ou descrença em Cristo: *“Quem nele crê não é julgado; O que não crê já está julgado, porquanto não crê no nome do unigênito Filho de Deus”(Jo 3. 18).* O “ministério da condenação”, portanto, está no interior de cada ser humano: aceitação ou rejeição; não, como no velho concerto; exarado em princípios externos, inclusive da chamada Lei Moral

do adventismo. Somos, pois justificados pela fé, não pela lei: *“De Cristo vos desligastes, vós que procurais justificar-vos na lei; da graça decaístes. Porque nós, pelo Espírito, aguardamos a esperança da justiça que provém da fé”*(Gl 5. 4,5). Tanto na atual existência como na futura, o critério divino de julgamento é a fé em Cristo, não a lei mosaica. **d-** A lei é boa, santa e justa como norma de conduta, não como instrumento de condução a Cristo e de salvação. Ela não é mais o “aio” que conduz cada crente a Jesus Cristo; o foi para Israel. Paulo fala de seu ministério passado, antecedente à fé; vindo esta, cessa a função do “aio”: *“Mas, antes que viesse a fé, estávamos sob a tutela da lei e nela encerrados, para essa fé que, de futuro, haveria de revelar-se. De maneira que a lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé. Mas, tendo vindo a fé, já não permanecemos subordinados ao aio. Pois todos vós sois filhos de Deus mediante a fé em Cristo Jesus”*(Gl 3. 23-26). O ministério da lei, pois, em relação a nós, os cristãos, teve papel transitório: levou o povo do antigo pacto até o advento de Cristo, cessando com o Batista. **e-** A afirmação de que a lei é a base fundamental da nova aliança é expressamente negada por Paulo: *“E digo isto: uma aliança já anteriormente confirmada por Deus, a lei, que veio quatrocentos e trinta anos depois, não a pode abrogar, de forma que venha a desfazer a promessa. Porque, se a herança provém de lei, já não decorre de promessa; mas foi pela promessa que Deus a concedeu gratuitamente a Abraão. Qual foi, pois, a razão de ser da lei? Foi adicionada por causa das transgressões, até que viesse o descendente a quem se fez a promessa, e foi promulgada por meio de anjos, pela mão de um mediador”*(Gl 3. 17-19). A lei não é contrária à promessa, mas, como não pode dar vida, torna-se ineficaz como agente regenerador. E, finalmente, o apóstolo conclui: *“Mas a Escritura encerrou tudo sob o pecado, para que, mediante a fé em Cristo Jesus, fosse a promessa concedida aos que crêem”*(Gl 3. 22). **A promessa é concedida aos que crêem**, não aos que guardam a lei imutável, gravada em “tábuas de pedra” ou escrita nos corações. A lei, como força instrumental de salvação, é inoperante, nada tendo, nesse sentido, na economia da graça, cujos fundamentos factuais são anteriores, e muito, ao “intocável” decálogo. **f- A Malignidade do bom.** A lei, escrita no coração, com o tremendo poder de qualificar a malignidade e desenterrar os delitos pecaminosos, faz com o homem o que fez com Paulo: Primeiro, revela o pecado(Rm 7. 7, 9), a doença espiritual, que ela diagnosticou formalmente, mas é incapaz de curar. Segundo, o pecado, utilizando-se da própria lei, torna-se sobremaneira maligno, engana e mata(Rm 7. 11,13). Terceiro, leva o homem a um beco sem saída(Rm 7. 24). O Espírito Santo, implantador da fé nos eleitos, convence-os do “pecado, da justiça e do juízo”, leva-os ao arrependimento, ao perdão, à regeneração; neles não diagnostica apenas o pecado para que, revelado, torne-se mais perverso e mortífero, mas conduz os penitentes a Cristo no qual seus pecados são expiados. Em Romanos, cap. 7, Paulo mostra o estado em que a lei coloca o pecador. No cap. 8, descreve o maravilhoso ministério do Espírito Santo, este sim, não a lei moral, habitando o crente para sustentá-lo, guiá-lo, fortalecê-lo e santificá-lo. O que está no coração do crente em Cristo é o Espírito, não a superada lei mosaica. Conclusão: **Não é a lei que nos conduz a Cristo: é o Espírito Santo; não é a lei que nos mostra o pecado: é o Espírito Santo; não é a lei que nos dirige no caminho da vida: é o Espírito Santo:** *“A lei do Espírito da vida, em Cristo Jesus, te livrou da lei do pecado e da morte”(Rm 8. 2); “Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus”*(Rm 8. 14).

Sobre a “Lei como base permanente da ação de Deus.”

Réplica Adventista: *“Em nenhuma hipótese ou circunstância a lei moral pode ser abolida, porque ela é a base do governo de Deus no presente e o será no futuro, para*

todos os seus súditos fiéis e leais. Razão porque reverbera o apóstolo Paulo: “Porque sem a lei está morto o pecado-Rm 7. 8.”(LGS, ADOS, 64/65).

Tréplica: a- Vejam o que Paulo realmente diz em Rm 7. 8, 9: *“Mas o pecado, tomando ocasião pelo mandamento, despertou em mim toda sorte de concupiscência; porque, sem lei, está morto o pecado. Outrora sem lei, eu vivia; mas, sobrevindo o preceito, reviveu o pecado, e eu morri”. Ora, a bênção é não ter lei. A maldição é tê-la. Antes da lei: vida. Com a lei: morte. Pecado morto é pecador vivo. Então a ausência da lei é benéfica, pois o próprio Paulo afirma: “sem lei eu vivia”, com lei, “eu morri”. A lei agita, ativando o pecado como se ativa pela biópsia um tumor canceroso. Por causa do poder ativante da lei, matando por meio do aticamento do pecado, é que Paulo a chama de “ministério da morte”(II Co 3. 7) ou “ministério da condenação”(Cf Rm 4. 15). Graças a Deus que, no novo pacto, a salvação realiza-se pelas obras da graça(Ef 2. 5, 8,9), tendo Cristo abolido, na carne, a lei dos mandamentos em forma de ordenanças(Ef 2. 15) .* **b-** No velho concerto a lei guiava o povo escolhido. No novo concerto, é o Espírito Santo o nosso guia, nosso aio: *“Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais sob a lei”(Gl 5. 18 cf 5. 25). Fomos, na verdade, resgatados da escravidão da lei e colocados sob a direção do Espírito(Gl 4. 4-7).* **c-** O decálogo, para o adventista, é o código civil e penal de Deus pelo qual, e exclusivamente por ele, julga agora e julgará no futuro todos os homens. Conclui-se que o augusto Rei dos reis submete-se à sua lei, não podendo legal e legitimamente agir contra ela ou dispensa-la, como soberano Juiz, no seu julgamento. Para o apóstolo Paulo, a lei escraviza o homem. O adventismo vai mais longe: admite que o próprio Deus a ela se subordina. Entende-se, à vista do que se verifica, a razão de o senhor LGS ter afirmado que “Jesus não podia dizer que era maior que o Sábado”(ADOS, pág. 23), coração e cerne da lei, segundo os sabatistas. A isto Paulo chama de “justiça da lei”, um poder judiciário superior ao do Magistrado. O supremo Legislador não pode abrogar a sua legislação. Isto significa o “absolutismo da lei” e a “relatividade e limitação do Divino”. Em outras palavras: a negação da divindade pessoal de Deus em favor da divinização do decálogo. O Novo Testamento, no entanto, afirma que somos justificados pela fé, isto é, julgados e declarados justos(Rm 5. 1). A lei, na verdade, exerce papel policial: detecta o delito e “enquadra” o delituoso, mas o julgamento não será com base nas violações do código condenatório, mas nas relações de fé com o supremo Juiz. Citemos Paulo: *“Ora, sabemos que tudo o que a lei diz, aos que vivem na lei o diz para que se cale toda boca, e todo mundo seja culpável perante Deus, visto que ninguém será justificado diante dele por obras da lei, em razão de que pela lei vem o pleno conhecimento do pecado”(Cf Gl 2. 16). “Mas agora, sem lei, se manifestou a justiça de Deus testemunhada pela lei e pelos profetas; justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo, para todos[e sobre todos] os que crêem; porque não há distinção, pois todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos”(Rm 3. 21-25). “Concluimos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei”(Rm 3.19-25, 28; Rm 3. 27; Rm 4. 2,3;Rm 11. 6; Gl 2. 16; Gl 3. 5; Gl 3.1-14).* **d-** **A base do juízo de Deus sobre judeus e gentios é a fé: “Visto que Deus é um só, o qual justificará, por fé, o circunciso e, mediante a fé, o incircunciso”(Rm 3. 30).** O julgamento conforme o primado da fé não anula ou contaria a lei(Rm 3. 31); apenas não se firma nela o veredito final, quer dizer, não somos julgados por ela, mas pela fé; isto independentemente se somos judeus ou gentios. O quadro do juízo final em Mateus 25. 32-46, evidencia que o julgamento se firmará, não nos pressupostos do decálogo, mas nas nossas relações caritativas com o Filho do Homem e com o próximo, interdependência possível somente

mediante comunhão de fé. Assim, todos os seres humanos serão julgados por serem ou não servos de Jesus Cristo e não porque guardaram ou deixaram de guardar os dez mandamentos. Aos justos se lhes dirá: *“Vinde benditos de meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo. Porque tive fome, e me destes de comer; tive sede, e me vestistes; enfermo, e me visitastes; preso, e fostes ver-me”*. Isso tudo fizeram, fazendo para os “pequeninos irmãos”. Os injustos são condenados à perdição eterna com o diabo e seus anjos, por nada fazerem em favor dos “mais pequeninos”. Explicita-se que o julgamento final de judeus e gentios dar-se-á pela lei do amor a Deus e ao próximo, não por obediência a preceitos contidos no decálogo. e- O que se cumpre, não se deve. Cristo cumpriu por nós a lei; logo, não estamos mais sob o seu jugo, não temos mais contas legais a prestar à lei, seja moral ou cerimonial. O “ministério da condenação”, a lei, recaiu definitivamente sobre o “Homem substituto”, o Cordeiro vicário, livrando-nos de seu terrível império: *Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldito em nosso lugar”*(Gl 3.13). O sacrifício substitutivo de Cristo na cruz eliminou a condenação da lei que pesava contra nós(Cl 2. 14).

Sobre o “fim do ministério salvador da lei, depois de cumprida em Cristo Jesus, permanecendo como “princípios morais universais.”

Réplica Adventista: *“A Lei Moral, os Dez mandamentos, chamados de Lei de Deus. Esta lei vem da eternidade. Os princípios desta lei são a base do governo de Deus. São imutáveis como o trono de Jeová. A lei é por natureza indestrutível, adaptando-se ao governo dos seres morais livres em todos os séculos, em todo universo de Deus. Nem um mandamento pode ser tirado do Decálogo. Permanece, todo ele, irrevogado, e assim permanecerá para sempre. Esta lei não pode ser ab-rogada, nem por homens da terra, nem por seres do Céu. Nem mesmo o Seu autor- com reverência o dizemos- a pode ab-rogar, a menos que mude Sua natureza, e a forma de Seu governo. Disse Jesus: “É mais fácil passarem o Céu e a terra do que cair um til da lei”*(Lc 16. 17).”(LGS, ADOS, pag. 79).

Tréplica. a- Com base na doutrina adventista da divisão das duas leis: *Lei moral:* restrita aos dez mandamentos, imutável, irrevogável, eterna, escrita pelo dedo de Deus, escrita em tábuas de pedra, depositada na Arca, entronizada no Céu; e *Lei Cerimonial:* Figura, sombra, tipo, transitória, revogável, escrita em um livro, escrita por Moisés, colocada fora da Arca; sim, valendo-se de dualismo arbitrário, os sabatistas “**descartam**” ou “**negam**” todas as referências neotestamentárias alusivas ao fim da lei como agente salvador, transferindo a alegação de ineficácia, caducidade e cessação para os preceitos mosaicos, que enquadram no generalizado título de “**lei cerimonial.**” Quando se lhes indicam os numerosos textos contra a atualidade soteriológica da lei, a resposta é uma só: “Trata-se de **lei cerimonial, não da Lei Moral.** Nenhum texto contraditado, porém, clara, explícita e insofismavelmente, distingue cerimonialismo mosaico de natureza moral de moralismo javista estrito. Na mente sabatista, a caducidade da lei cerimonial é matéria de fato e, portanto, indiscutível. Por meio de tal preconceção “provam tudo”, “negam tudo”. **b-** Deus, como já vimos, tornou-se escravo de sua lei: “*Nem mesmo o Seu autor- com reverência o dizemos- a pode ab-rogar, a menos que mude Sua natureza, e a forma de Seu governo.*” Com isto, o sabatismo quer dizer o seguinte: **b.1-** Deus é regido pelo decálogo, isto é, nada pode fazer além, aquém, acima e contra o que está eternamente estabelecido nos dez mandamentos. **b. 2-** A natureza e o governo de Deus contêm-se em dez proposições imperativas de lei moral. Qualquer “mudança” no “sacratíssimo, imutabilíssimo, poderosíssimo e diviníssimo código moral causa “mudança” no “ser” de Deus e no seu governo universal. **b. 3-** A lei é eterna- “**vem da ternidade,**” escreve LGS. Contradiz-se claramente: ao mesmo tempo que afirma ser Lei é eterna, diz que Deus

é seu autor. Se tem autor, não é eterna. Mas se é eterna, é incriada. Não é somente Deus o detentor do atributo da eternidade? Se ambos, Deus e Lei Moral, são eternos, compartilham o mesmo atributo, levando a “Lei Moral” vantagem, por reter uma imutabilidade superior, pois Deus não pode revogá-la nem modificá-la. Alterar o inalterável “Decálogo”, seria alterar a própria divindade, segundo LGS. Então a Lei é uma divindade concorrente, e Deus não permite diante dele outros deuses. O adventismo, sem dúvida, é nomolátrico. **c-** O senhor LGS, defendendo a sublimidade da sua Lei moral, diz que apenas três coisas Deus fez com as próprias mãos: O homem, a mulher e os dez mandamentos, evidenciando a superioridade da Lei Moral sobre a Cerimonial. Contra-argumentamos: **c.1-** Se Deus a fez, ela não é eterna, não passa de uma criação divina. **c.2-** O homem, obra da mão de Deus, “mudou”. A mulher, obra da mão de Deus, “mudou”. A lei moral, também obra da mão de Deus, tem de ser “imutável?” A analogia pode favorecer a sublimidade, mas não a imutabilidade. **d-** “**Nem um til cairá da lei**”(Lc 16. 17). Esta declaração de Jesus está no contexto de sua afirmação de que “*a lei e os profetas vigoraram até João; desde esse tempo, vem sendo pregado o evangelho do reino de Deus*”(v. 16). Observemos: **d.1-** Jesus não diz que a lei que vigorou até João era apenas cerimonial. O paralelo com “Profetas” evidencia que se tratava do Pentateuco, onde se incluía a Torah com o decálogo. **d.2-** Nenhum til passará da Torah, da lei, pois tudo se cumpriria, e de fato se cumpriu, rigorosamente, no Messias. **d.3-** O que substituiu a lei, que deixava de existir, foi o “Evangelho do reino de Deus”, que todo homem se esforça por entrar nele. Ora, fica evidente que “Evangelho do Reino de Deus” estabelece contraste com “Lei do Reino de Deus” que, até então, os homens se esforçavam por cumpri-la para terem acesso à salvação. **d.4-** O contexto não separa lei moral de lei cerimonial: uma imutável e outra, não. A lei, como precedente necessário da revelação, como instituto preparatório do advento do Messias, encerrou seu ministério ao ser cumprida; porém, como código de princípios morais do comportamento cristão, permanece. **d.5-** Deus interrompe as rígidas leis naturais(físicas, químicas e biológicas) para realizar milagres. Por que não quebraria os preceitos decalogais? **d.6-** As leis do Sinai não tinham propósitos e abrangências universais. Foram promulgadas por Deus para a nação israelita, seu seletivo e exclusivo povo. Não regiam os gentios (ver Rm 2.14; I Co 9.21).

Sobre “o fim da lei e conseqüente fim do Sábado no Novo Testamento.”

Réplica Adventista: “*Existem, no Novo Testamento, nada menos que cinqüenta e nova passagens que nomeiam o Sábado do sétimo dia da semana, e apenas uma que se refere ao sábado cerimonial*”(LGS, ADOS, 133 cf 134-139).

Tréplica. a- As menções ao sábado no Novo Testamento são óbvias, refletindo um contexto social e religioso de transição, quando o cristianismo, emergente do judaísmo, ainda mantinha, por um lado, certos vínculos com a religião antecessora e, por outro, utilizava-se deste para, via sinagogas, penetrar tanto no universo judaico como no gentílico. As citações nada provam sobre a guarda do sábado na Igreja primitiva e não comprovam o suposto “sabatismo neotestamentário”. Examinemos, embora sucintamente, as alegações de LGS:

a.1- “*Jesus revelou ser o Sábado o Dia do Senhor.*” – MT 12.8; Mc 2. 27,28; Lc 6.5. Examinemos os textos:

Mt 12. 8: a- Jesus se declara “*Senhor do Sábado*”, soberano sobre ele, com direito e autoridade, à semelhança de Davi e dos sacerdotes, para violá-lo, como efetivamente o fez(Cf Mt 12. 1-8). O contexto indica-nos duas coisas: Primeira: Jesus afirma ser Senhor do sábado para responder pela ab-rogação sabática de seus discípulos.

Segunda: o Sábado de que ele se declara Senhor é relacionado por acoplamento ao “cerimonialismo”, que os adventistas dizem “revogado” e “revogável”. Vejam: *Aqui está quem é maior que o templo. Mas, se vós soubésseis o que significa: Misericórdia quero e não holocaustos, não teríeis condenado inocentes. Porque o Filho do Homem é Senhor do sábado.*” Templo, holocausto e sábado: dois cerimoniais conjugado com um moral? b- Os “inocentes” condenados são os discípulos, que acabavam de quebrar um preceito anteriormente violado por Davi e pelos sacerdotes, e ultimamente por Jesus, o Senhor, não somente do sábado, mas de todos os dias e de todas as coisas.

Mc 2. 27, 28: O caso é o mesmo, acrescentado que “maior” e mais importante que o sábado é o homem; este, sim, criado à imagem e semelhança de Deus, alvo de toda legislação divina. Imaginar que Deus manda para o inferno um homem, obra prima de sua criação, por causa do Sábado, uma fração do imensurável tempo, é inversão de valores. Em favor do homem em geral e especialmente do “santo de Deus”, servo de Cristo, o sábado, inferior e subordinado, pode e deve ser quebrado, como o foi. **Lc 6. 5.** Citação paralela.

a. 2- “Jesus, os discípulos e os apóstolos faziam trabalho missionário no sábado”- Mt 12.1; Mc 2. 23,24; Lc 6.1,2; Lc 14. 1; Jo 5.9; At 16.13.

Mt 12. 1: Jesus e seus discípulos passaram pelas searas; seus discípulos colheram e comeram espigas. As viagens do Mestre com seus pupilos eram mais de instrução, de preparação, de missão didática, que propriamente de evangelização. O método educacional do venerável Rabino era o peripatético. O “corpo evangélico” ainda se formava pela revelação direta, pessoal e verbal, do divino Verbo. O “kerygma” e a “didaché” formavam-se, estruturavam-se. O governo direto de Deus ia afastando lentamente o indireto da lei. **Mc 2. 23,24 e Lc 6. 1,2:** Textos paralelos.

Lc 14. 1: Jesus entrou na casa de um fariseu para tomar refeição. Não se diz que “evangelizava”; e, mais uma vez, violou o sábado, segundo as normas farisaicas. Jesus não se deixava escravizar pelo sabatismo judaico.

João 5. 9: É o caso do enfermo de trinta e oito anos a quem Jesus manou tomar o leito e andar: ele obedeceu. Jesus o curou no Sábado, ordenando-lhe que trabalhasse.

At. 16.13: Em um sábado, os apóstolos saíram da cidade e foram para junto de um rio, onde judeus e prosélitos reuniam-se para estudo e oração, não nos moldes cristãos, mas judaicos. Desconheciam o cristianismo. Evangelizar judeus no sábado era um procedimento natural e necessário. Não se diz que os apóstolos “guardavam” o sábado. Eles “aproveitavam” os ajuntamentos judeus para pregar-lhes o evangelho da graça.

a. 3- “Jesus dedicava o Sábado para obra de assistência social”- Mt 12. 2,10-12; Mc 3. 2,4; Lc 6.7-9;; Lc 13. 14-16; Lc 14. 3-5; Jo 9.14.

Mt 12. 2,10-12. Colher espigas em searas alheias é fazer bem ao próximo ou a si mesmos? Violar o Sábado por tal motivo não é falta de precaução e providência? Se é lícito fazer o bem no Sábado, qualquer trabalho que redunde em benefício próprio ou de alguém, é lícito fazer, e são poucos os trabalhos que não são benéficos, direta ou indiretamente. Fica, pois, sancionada, em favor “do benéfico”, a violação do Sábado(Cf Mc 3. 2-4; Lc 6. 7-9).

Lc 13. 14-16: Ensino e cura de uma enferma. Jesus, ainda aceito como Rabino judaico, ensinava na sinagoga aos sábados, não o sabatismo, mas o evangelho do reino, anunciado a partir de João Batista(Lc 16.16). A sinagoga, reunida aos sábados, foi a oportunidade missiológica inicial de Cristo e seus apóstolos. Sábado como oportunidade missionária, não como devoção sabática. Cristo não foi sabadólatra. **Lc 14. 3-5:** Jesus, comendo pão na casa de um fariseu, sabatista fanático; e ali cura um hidrópico. Mais uma vez, vemos Jesus em suas “andanças” aos sábados. **João 9. 14:** Jesus, “caminhando” em dia de sábado, curou um cego de nascença e ordenou-lhe fosse lavar os olhos no tanque de

Siloé. Jesus anda, faz milagres e manda andar no dia sagrado dos judeus, porque não tinha tempo a perder, como declara no v. 4.

a.4- “ *Jesus fez do Sábado um dia especial de culto, dando exemplo, indo à Igreja*”- Mc 1. 21; Mc 6.2; Lc 4. 16,31; Lc 6.6; Lc 13. 10.

Mc 1.21: Jesus ensina, aos sábados, na Sinagoga de Cafarnaum, mas não como os escribas(v. 22), expulsa um demônio e subverte a ordem(v. 27). Ensino e obra messiânica, sim, guarda sabática, não. Jesus implantou o regime da graça a partir do regime da lei. **Mc 6.2:** Caso idêntico: Jesus ensina na Sinagoga de Nazaré, transmitindo a nova mensagem, a do Evangelho, não a da lei. Em **Lc 4. 16,31; Lc 6.6; Lc 13 10**, o quadro se repete: Jesus ensina na Sinagoga aos sábados, minando o velho mosaísmo de dentro para fora. Esta é a última vez, registrada, que Jesus ensina numa sinagoga(Leon Morris. Lucas, Ed. Vida Nova, 1990, SP, pág 210 : o judaísmo fechou-lhe as portas, pois todas as vezes que entrou na sinagoga em dia de sábado, causou problemas provocou conflitos: O velho e o novo não se harmonizavam.

a.5- “*Jesus repreendeu severamente a maneira farisaica de guardar o Sábado*”

Mt 12. 5: Jesus apenas pergunta aos fariseus se eles não leram na “lei cerimonial”, “aquela abolível”, fora da Lei Moral perpétua, em Nm 28. 9,10, que os sacerdotes “violam” o sábado, trabalhando nas ofertas rituais dos sacrifícios sabáticos. Assim também, ele, Sumo Sacerdote, Senhor do Sábado, superior ao templo, pode violá-la e autorizar sua violação. Isto demonstra que: a- os sacrifícios tinham prioridade sobre o Sábado; b- que se impunha ao leigo, ao povão, rigorismo sabático que os sacerdotes não cumpriam. Cristo acabou com isso.

a.6- “*Os discípulos e os apóstolos observaram o Sábado*” – Mt 28.1; Mc 15.42; Mc 16.1; Lc 23. 54, 56; At 13. 14,27,42,44; At 15. 21; At 17. 2; At 18. 1-14.

Mt 28. 1: Este foi o último Sábado dos discípulos, o do Cristo morto: começa o dia memorial do cristianismo, o dia da alegria, o dia da glória, o dia da vitória, o primeiro dia da semana. Nasce a nova humanidade. A velha lei, com seu ministério da morte e da condenação, ficou sepultada no “ perpétuo descanso mortal do derradeiro sábado”. O Evangelho começou a ser pregado a partir do fim do ministério de João Batista, ensinado nas sinagogas, inclusive aos sábados, proclamado nos ajuntamentos ininterruptamente, mas o fim completo da lei com seu sábado se deu com a morte de Jesus Cristo e sua vivificante ressurreição, o dia do nascimento da Igreja. Não priorizamos o término da criação nem a saída dos judeus do Egito: comemoramos o dia do triunfo do Messias sobre a carne, o pecado, o maligno e a morte. O texto citado é maravilhosamente significativo para nós, não para os sabatistas. **Mc 15. 42:** Fala também do último sábado judaico para o cristão, no qual Cristo passa sepultado sob o domínio da morte e o mundo, em trevas. Sábado triste! Horrível! **Mc 16. 1:** O mesmo caso. **Lc 23. 54,56:** Aqui se diz que as mulheres descansaram no sábado, segundo o mandamento. Claro, não havia outra opção; a ressurreição estava às portas, mas não havia acontecido. Até ali, embora o Mestre e seus apóstolos não levassem em conta o sábado judaico no exercício da emergente missão(implantação do reino da graça), os leigos ainda desconheciam a nova ordem. O período de transição certamente lhes foi confuso.

Atos 13. 14,27,42,44: Paulo aproveita o sábado(At 13. 14-41) para pregar o Evangelho aos judeus: fala da rejeição judaica e da ressurreição de Cristo, incluindo este tópico lapidar: “*Por meio dele, todo o que crê é justificado de todas as coisas das quais vós não pudestes ser justificados pela Lei de Moisés.*” O apóstolo vale-se da lei, ainda aceita pelos judeus, para falar-lhes contra ela, a favor da graça. **At. 13. 42,43:** Pedido para

que se repetisse, no sábado seguinte, a mesma mensagem. **At 13.44:** Os gentios acorrem em multidão. Os judeus revoltam-se. É o sábado do tumulto, não da observância. **At 15. 21:** Fala de Moisés lido e pregado nas sinagogas gentílicas pelos judeus. Nenhuma relação com o cristianismo. **At 17.2:** Paulo, aos sábados, aproveita a porta, ainda aberta, da sinagoga em Tessalônica para pregar o Evangelho de Cristo aos judeus. Por causa da pregação da mensagem renovadora do cristianismo, foram perseguidos e classificados de transtornadores do mundo(v. 6). Mais uma vez: evangelização, não guarda. **Lc 18. 1-4:** Paulo, em Corinto, repete o quadro: prega aos sábados para judeus e gregos prosélitos, utilizando-se do sábado para proclamar o Evangelho da Graça, oposto à mensagem da lei. Pregar aos sábados nas sinagogas, enquanto lhes foi permitido, representou o trunfo missionário imprescindível para a implantação, ampliação e consolidação da Igreja no mundo gentílico. Quando as portas se fecharam, em consequência das perseguições judaicas ao cristianismo, a ação cristã resumiu-se ao seu dia de Culto, o Domingo, dia da ressurreição de Cristo.

a.7- “Jesus reconheceu que o zelo sem entendimento dos fariseus tirou a alegria do Sábado”- Jo 5. 10, 16, 18; Jo 7. 22,23; Jo 9. 16; Jo 19. 31.

Jo 5. 5,10,16,18: LGS demonstra condescendência com os fariseus, chamando-os de zelosos sem entendimento. Não se podia carregar nada em dia de Sábado: era o ensino da melhor parte das escolas rabínicas. Um animal podia ser abeberado em dia de Sábado, mas conduzido por corda, puxado, jamais carregado. O depósito de água tinha de estar colocado, preventivamente, em local acessível; não podia nem sequer ser suspenso. A ordem de Jesus, realmente, violou o preceito sabático, para tristeza dos fariseus sabatistas: *“Hoje é Sábado, e não te é lícito carregar o leito”*: e não era mesmo. O sabatismo, porém, estava chegando ao fim. Os judeus perseguiram Jesus porque ele era anti-sabatista e fundamentava a sua autoridade anti-sabática na divindade: igual ao Pai(v. 18)

Jo 7. 22,23: O texto fala da legitimidade da circuncisão em dia de sábado, que Jesus invoca para defender a cura de um homem no sábado, A ARA traduz a expressão grega “olon anthropon” por “ao todo, um homem”, mas C. H. Dodd, em seu livro: “A Interpretação do Quarto Evangelho”, Ed. Paulinas, 1977, pág. 110, traduz por “um homem todo”, adicionando o seguinte comentário: *“Ora, como diz o outro Eliezer (bem Azariah, certa de 100 d. C.): “Se a circuncisão, que afeta um só dentre os 248 membros, prevalece sobre o sabbath, quanto mais deve o corpo inteiro prevalecer sobre o sabbath.”* Portanto, a circuncisão, anterior a Moisés, prevalecia sobre o Sábado mosaico. A circuncisão, no entanto, era um ato religioso, não de benemerência. A cura de um homem totalmente doente representou um procedimento caritativo, motivo suficiente para a quebra do sábado judaico. Outro dado que milita contra o sabatismo é a citação de que se trata de lei cerimonial, segundo o dualismo legal do adventismo, escrita por Moisés (Nomos Moyseos-7.23), não da Moral, de autoria do próprio Deus. Este tópico não favorece o sabatismo. **Jo 9.16:** Um homem, cego de nascença, que foi curado no Sábado é interrogado. No trecho aludido, aparecem os fariseus dizendo: *“Esse homem(Jesus) não é de Deus, porque não guarda o Sábado”*. Essa acusação contra Jesus Cristo é a mesma, e pelo mesmo motivo, assacada contra nós pelos sabatistas modernos. **Jo 19.31:** fala do zelo sabático dos judeus: sabatistas fanáticos, mas cruéis com o Filho de Deus. Vejam o que pedem, para evitar a “profanação” do Sábado: *“Rogaram a Pilatos que se lhes quebrassem as pernas, e fossem tirados.”* As pernas do anti-sabatista Jesus Cristo só não foram quebradas, porque já estava morto(v.33). Sabatismo desumano! Esquecidos estavam da “interpretação prática do Messias: pelo bem do próximo e em favor do homem, quebra-se o Sábado. O Evangelista João refere-se ao Sábado como instituição judaica pela qual não mostra interesse pessoal. Aliás, sua posição é colocada logo no início do Evangelho:

“Porque a lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo”(Jo 1.17). Portanto, para ele, a lei não é a graça nem a verdade; estas vieram por meio de Cristo.

a.8- “Jesus tinha grande preocupação; temia que seus discípulos transgredissem o Sábado.”- Mt 24.20.

Mt 24.20: Este é um texto muito citado fora do contexto. Tem sido apresentado como uma recomendação universal, quando, na verdade, refere-se aos judeus, os mesmos que rejeitaram Jesus Cristo, crucificaram-no, e teimaram em ficar com Moisés e seu sabatismo anacrônico, concentrando-se em Jerusalém na festa sabática, tornando-se alvo fácil e indefeso dos inimigos. Dois obstáculos terríveis: o sábado e o inverno!

Conclusão: Nada de comprovação da guarda sabática por Cristo e seus discípulos. Basta aparecer a palavra “sábado” no Novo Testamento para que os sabatistas fiquem eufóricos, não importando se a favor ou contra. Aliás, a ousadia de “ensinar” e “curar” nas sinagogas judaicas aos sábados custou caro a Jesus e aos seus discípulos: conflitos e perseguições.

Cl 2. 16: “Ninguém, pois, vos julgue por causa de comida, ou dia de festa, ou lua nova, ou sábados”. Os sabatistas julgam-nos por comida, bebida e sábados: o plural inclui os sábados festivos e os semanais. O “escrito de dívida contra nós, constando de ordenanças, foi cancelado na cruz(Cl 2.14). Não somos julgados nem por leis cerimoniais nem morais, mas por Cristo Jesus mediante a fé que nos foi outorgada como dom.

Sobre “O Sábado foi feito por causa do homem” -Mc 2. 27.17.

Replica Adventista: “*Medite nisto: A Bíblia foi por causa do homem, não o homem por causa da Bíblia. A Santa Ceia foi feita por causa do homem, não o homem por causa da Santa Ceia. A Oração foi feita por causa do homem, não o homem por causa da Oração. A Igreja foi feita por causa do homem, não o homem por causa da Igreja. A Salvação foi feita por causa do homem, não o homem por causa da Salvação.*”

Então, a Bíblia perdeu o valor e está cancelada? A Santa Ceia foi abolida? A oração caducou? A Igreja é dispensável? A salvação é utopia? Não. **O Sábado tem que ser guardado**, assim como você lê a Bíblia, toma a Santa Ceia, ora., vai à Igreja e é salvo. (*A mulher também foi feita por causa do homem- I Co 11.9. Não foi bom?!*) (LGS, ADOS, pág. 138).

Tréplica: a- Não se pode comparar realidades concretas, essenciais por si mesmas, como a Bíblia, a Igreja, a Santa Ceia e a mulher. Não se equiparam fatos espirituais dependentes da direta ação divina no eleito como, por exemplo, a oração e a salvação, com o sábado, fração do tempo entre outras frações cientificamente iguais, uma convenção, uma sacralização de parcela integrada no todo temporal. Dentro do universo espaço-temporal, convencionar que uma determinada porção é sagrada é algo semelhante a imaginar que o Oceano Pacífico estrutura-se em unidades de sete litros, e que em cada uma dessas unidades há um litro de “água santa” superior, diferente da massa geral aquosa. **b-** Tentar equiparar a declaração de Jesus: “ *O sábado foi estabelecido por causa do homem,*” com a Bíblia, a Santa Ceia, a oração, a Igreja, a salvação e a mulher, é, pois, comparar realidades e valores incomparáveis na essência na natureza e na origem: A Bíblia não **foi feita**: é a revelação de Deus à humanidade. A Santa Ceia não **foi feita**: é o sinal da nova aliança entre Cristo e seu povo, em que a bilateralidade pactual é normativa. A oração não **foi feita**: é a intercessão do Espírito Santo dentro de cada regenerado(Rm 8, 26). A Igreja não **foi feita**: é a comunhão em Cristo dos chamados e redimidos. A salvação não é alguma **coisa feita**: é a dádiva gratuita da vida eterna em Cristo Jesus. A mulher não **foi feita** por causa do homem: é um ser independente, livre, autônomo, por si mesma “imagem e semelhança de Deus. Ela não existe como objeto benemerente do homem, mas

como sua igual e companheira. **c-** O Sábado, por outro lado, não é uma criação, mas a “separação” de uma porção temporal do tempo-serviço para ser dedicado a Deus. Criada foi sua matéria prima, o tempo. O texto marciano, portanto, está certo: **“o sábado foi estabelecido”**, visando o repouso do trabalhador. E, como todas as convenções, pode ser mudado ou transferido, mudando-se o contexto. Foi o que aconteceu na nova dispensação. **d-** O Filho do Homem, ao declarar-se **Senhor do Sábado**, transformou-o em **servo** e o colocou a **serviço** do homem. O sábado-senhor, absoluto e imutável não tem lugar na Igreja de Cristo: foi substituído pelo dia de repouso beneficente, alegre, glorioso, majestoso, feliz e evocativo da ressurreição de nosso “Kyrios”. O Sabbath cristão, estabelecido por Cristo, subalterno ao homem e a ele benéfico, não pode ser o Sétimo Dia Adventista pelas seguintes razões: d.1- O sábado adventista é eterno, não criado, não feito. d.2- Não pode ter sido *feito por causa do homem* porque, neste caso, seria consequência e não causa, relativo e não absoluto. O sábado do sabbatismo é intocável; nem Deus pode modificá-lo. d.3- Deus, como todos os seres racionais, submete-se à lei e, portanto, ao sábado sabbatista, coração da legislação moral. d.4- O que é eterno não pode ter sido criado: a lei foi apenas copiada, pelo “dedo” de Deus, em tábuas de pedra, extraída do texto original arquivado eternamente no tabernáculo celeste. d-5- Quando Cristo entrou no tabernáculo do céu, em 1884, segundo o sabbatismo, a lei já se encontrava lá eternamente, exercendo o seu senhorio legal sobre o próprio Cristo, que a ela tem de submeter-se. Portanto, o sábado sabbatista, como cerne da lei, é *senhor do Filho do Homem*. d.6- O pecado mortal do regenerado, templo do Paráclito, é a blasfêmia contra o Espírito Santo; o pecado imperdoável do sabbatismo, marcando o pecador com o estigma da besta, é a violação do sábado. Conclui-se que: **o Sábado do qual Cristo é Senhor; que foi estabelecido por causa do homem, é o “sabbath” cristão; jamais o sábado sabbatista.** Os dois não se identificam.

O Sábado da criação. O Sábado da criação serviu para o exclusivo “descanso” de Deus. Não foi imposto nem sequer recomendado ao homem recém-criado, que já estava trabalhando no cultivo do Éden(Gn 2.15) e na nomeação de todos os animais(Gn 2.19,20). A causa da santificação do sétimo dia foi a “conclusão da obra da criação”, não o homem, para o qual não foi criacionalmente estabelecido.

O Sábado do Decálogo. No decálogo, tanto na versão do Êxodo como na do Deuteronomio, a medida e o alvo é o homem: a responsabilidade de trabalhar e o dever de cultuar a Deus. O homem, pois, na legislação pactual mosaica, é a causa da instituição do preceito sabático. O código deuteronomista vincula o sábado à libertação do Egito, à obrigação social, não à criação.

Sobre “a permanência da lei.”

Réplica Adventista: *“Quanto à existência e permanência da Lei de Deus após João, é um axioma. Senão, veja: Depois de Lucas registrar:- “A lei e os profetas duraram até João...” um moço rico procurou Jesus com estas palavras: “Bom Mestre, que bem farei para conseguir a vida eterna” (Mt 19.16). Ouça o que disse Jesus: “...se queres entrar na vida, guarda os mandamentos.” Estas são palavras de Jesus e ninguém pode negar que estes mandamentos são os do Decálogo.” Quer ver? Jesus afirmou para o moço: “Não matarás”- 6º mandamento. “Não cometerás adultério”- 7º mandamento. “Não furtarás”- 8º mandamento. “Não dirás falso testemunho”- 9º mandamento. “Honra teu pai e tua mãe”- 5º mandamento”.*

Tréplica: a- A frase: *“Se queres, porém, entrar na vida, guarda os mandamentos”*, não se encontra em Marcos e Lucas. Mateus escreveu depois do ano 70, derivando seus registros de Marcos, Lucas e uma fonte de autoria não identificada, “Q”. Ele, o mais judaico dos escritores sinóticos, certamente desejou demonstrar que o Mestre

submetia o jovem rico a testes negativos de salvação: as **leis** da segunda tábua, obrigações para com o próximo, e as **boas obras**. Ninguém se salva pelos seus próprios esforços e méritos. No primeiro teste ele não passou. Impossível lhe foi, como o é para todos, salvar-se pela lei, embora tenha se esforçado muito e por muito tempo (Mt 19.2 cf Lc 18.21). Aí, Jesus o submete ao segundo teste: “*Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens, dá aos pobres, e terás um tesouro no céu.*” Essa prova também falhou, porque o moço rico tinha seu coração posto nos bens que possuía. Imaginemos, porém, que tivesse vendido tudo e dado o produto da venda aos pobres; teria conseguido um tesouro no céu? Quem dá aos pobres, faz depósito no céu? Não. O onisciente Mestre sabia que ele não passaria em ambos os testes de obras: “porque pela graça somos salvos, mediante a fé; e isto não vem de nós, é dom de Deus” (Ef 2.8). O texto mostra, indubitavelmente, a falibilidade da lei e das boas obras como meios de salvação. Não é possível seguir Jesus carregando os pesadíssimos fardos da lei remidora e das obras meritórias.

b- Mateus acrescenta o segundo mandamento da lei de Cristo, que LGS não inclui na sua relação: “*Amarás o teu próximo como a ti mesmo.*” Por que Jesus teria omitido, exatamente o primeiro mandamento da lei do amor, que relaciona o homem com Deus? Cremos que, em caso de teste sobre salvação por esforços próprios, olvida-se a relação com Deus. Por isso, os mandamentos da primeira tábua da lei também não são mencionados.

c- Por outro lado, os seis primeiros mandamentos do decálogo passavam por reavaliação e reconsideração no período formador da Igreja. Eis os questionamentos:

c.1- “*Não terás outros deus diante de mim*”. Jesus, porém, era Deus encarnado, e os judeus, não podiam entender uma monolatria trinitária. Jesus estava sendo acusado de a si mesmo denominar-se Filho de Deus, igual ao Pai.

c.2- “*Não farás para ti imagem de escultura...*” Deus não se identificava com a matéria em virtude de sua espiritualidade pura. A invisibilidade de Deus impedia que se o retratasse (Dt 4.12,15), quer como arte quer como ícone cúllico. Agora, porém, Deus passava a ser mirado em Cristo Jesus; sua imagem estava diante dos olhos humanos, e artistas podiam tê-lo pintado ou esculpido: não o fizerem, com certeza por não ser, àquela época, personagem proeminente, digno de uma estátua à moda grega.

c.3- “*Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão...*” Cristo, ao dizer-se Deus, no entendimento judaico, tomava o divino nome em vão. O monoteísmo radical predisponha-se, naturalmente, à aceitação da divindade de Cristo. Por uma questão de prudência, no bojo da crise transformadora, quando se ouviam os gemidos agônicos da velha lei e já os primeiros sorrisos da graça recém-nascida emitiam-se, Jesus não lhe citou as leis contidas na primeira tábua de pedra. Não havia clima para tanto.

c.4- O Sábado que, conforme o sabbatismo, é o maior e mais proeminente dos mandamentos decalogais, ocupando o centro do código moral, também não foi citado. Esta é uma omissão “imperdoável”, por se tratar de exclusão do “principal”; principal para os adventistas, não para Jesus, que o tinha apenas como uma instituição benéfica ao homem e como um “tempo-servo” do Rei dos reis. À pergunta: “*que farei de bom para alcançar a vidaterna*”, a lógica adventista responderia: “guarda os dez mandamentos, especialmente o do sábado, que em hipótese alguma pode ser quebrado”. Cristo, no entanto, não era sabbatista.

d- Pecado é transgressão da lei (I Jo 2.4; 3.4); mas quem peca e morre em decorrência do aludido veredito legal, cumpriu a justiça. Nós pecamos. A sentença caiu sobre nós. Cristo entrou em nosso lugar, morreu por nós, pagou a dívida, eliminou o “escrito condenatório” contra nós. Estamos livres da lei, especialmente do seu “destacado mandamento”, o sábado”. Não temos de cumprir nada: Cristo cumpriu por nós. A ele devemos tudo. Por causa desse débito impagável, é que lhe demonstramos jubilosa gratidão, guardando o dia de sua ressurreição, o Domingo. A velha lei, com seu “proeminente” sábado, morreu na cruz. O Domingo, dia do Senhor do tempo, do universo e dos homens, nasceu no primeiro dia da semana. A não citação do sábado ao jovem rico demonstra que, para Jesus, ele não

era importante nem necessário. O imprescindível tem primazia: o sábado não teve. **e-Bom**, só um, Deus. Ele é o sumo bem em si mesmo, agente da bondade perfeita. O sábado é de utilidade instrumental, posto a serviço do Israel pactuado com Deus. Objeto, não sujeito, o sábado somente tem sentido como servo do homem. O Sagrado entre nós agora é Cristo, nosso templo e nosso alvo receptor e mediador do culto, o “descanso” espiritual repousa nele todos os dias, mas a adoração centraliza-se no seu Dia, o da sua ressurreição.

Sobre “a alma ou espírito: morte, extinção ou sono.”

Réplica Adventista: “*Eclesiastes 12.7: “E o pó volte à terra, como era, e o espírito volte à Deus, que o deu”*. Isto é: o corpo(matéria), que é barro, volta ao pó, mas o fôlego de vida(aqui traduzido por espírito), volta a introduzir-se em Deus, que é o grande autor da vida. E, o que acontece? Simples: o homem deixa de existir”(LGS, ADOS, pág. 274).

“**Observação:** *Enquanto a alma-vivente respirar, estará viva. Continuará sendo alma vivente. Mas, tão logo pare de respirar, torna-se **alma morta***”(LGS, ADOS, pág. 282).

“*Por conseguinte, os justos mortos acordarão de seu sono, quando a voz de Deus ecoar no céu, chamando seus filhos à vida, para receberem então, a imortalidade sonhada- Jo 6. 39,40,44,54)*” (LGS, ADOS, pág. 296 cf 269 a 3^o2).

Tréplica. a- O senhor LGS, contradizendo-se, não nos esclarece sobre a doutrina exata do adventismo: *inexistência, sono ou morte da alma*. As três posições aparecem “defendidas” por ele: **Inexistência:** “*Não foram colocados dentro do boneco uma alma nem um espírito. Ele tornou-se **alma vivente***”(Idem, 282). Afirma-se categoricamente a inexistência da alma ou espírito. Nesse caso, o homem é simplesmente “alma vivente”(nephesh haiah – biossoma) como os demais seres viventes. **Sono da alma:** “*Os justos acordarão de seu sono*” Os adventistas sustentam a doutrina do “**sono da alma**” com o nome de **sono da morte**. Se a morte é um sono, já não é morte; trata-se de “*morte viva*” em repouso. O que realmente ensinam é que a alma do falecido fica “*dormindo*” com ele no túmulo. **Morte da alma:** “*Mas, tão logo pare de respirar, torna-se **alma morta***.” Em que, afinal de contas, crê o adventismo: na **inexistência**, no **sono** ou na **morte** da alma? **b-** Não somos tricotomistas. Cremos na criação de um ser humano psicossomático ou “pneumossomático”. Corpo e espírito, embora separados no estado intermediário em consequência da queda, Deus os reintegrará na ressurreição final. **c- Ec 12. 7** na Interpretação de LGS: “*...mas o fôlego de vida,(aqui traduzido por espírito), volta a introduzir-se em Deus.*”. Podemos ilustrar tal heresia assim: Uma bexiga fazia não é bola. Uma pessoa insufla-lhe o ar pulmonar: ela passa a ser bola. Ele suga de volta aos pulmões o ar insuflado: ela retorna ao estado original. É o que Deus, semelhantemente, teria feito, no entendimento de LGS: Boneco feito de pó; assoprado por Deus, vira homem; retirado o vento(pneuma): volta ao pó. O “vento de Deus” é apenas, e nada mais, que “fôlego de vida.” Este, no momento da morte, o Criador o inspira, e ele se reincorpora ao “ar divino”. Estamos diante de um panteísmo degradante do homem: ser de corpo imprestável com um fôlego de vida, que não passa de “ar vital”(nephesh raiah), sem identidade, sem existência própria. Em outro texto, LGS confirma tudo isto: “*Pois bem, **perece tudo** na dissolução do corpo.(Is 38. 18,19). Portanto, irmão, ensina a Bíblia que o homem é **mortal**. Não tem uma alma fluídica dentro de si; ele é uma alma-vivente, nada mais. Quando morre, vai para a sepultura e o fôlego de vida volta para Deus, e tudo jaz em completo esquecimento.*” O tal “fôlego de vida”, de natureza etérea, fluídica, inconsistente e inconsciente, não peca nem pode fazê-lo. Então, quem peca? Qual a causa da morte? **d- O espírito**, na pneumatologia de LGS, oferece muitas dificuldades como: **d.1-** O espírito é “fôlego de vida.” Deus é Espírito. Logo, Deus é “fôlego de vida”. Além

de aberração, é profanação. **d.2-** O Espírito Santo deixa de ser a Segunda Pessoa da Trindade: transforma-se num “*vento divino*”. **d.3-** O Filho deixou de ser Filho ao morrer, pois seu “fôlego de vida” reintroduziu-se na divindade. **d.4-** A vida do homem é a própria vida de Deus, recolhida por ocasião da morte do corpo. **d.5-** O pecado não atinge o tal “fôlego de vida”: primeiro, por ser inexistente como entidade real; segundo, porque, se o atingisse, atingiria o próprio Deus. **d.6-** Não haverá ressurreição do corpo, mas uma “nova criação”. Deus “zera” a atual humanidade, inclusive os adventistas, e cria nova, com novos corpos animados pelo eterno “fôlego” divino, impessoalizado e, portanto, inimputável. O adventismo, seguindo LGS, não pode pregar ressurreição do corpo, nem sono da morte, mas uma nova criação com Deus. Usando a linguagem irreverente de LGS: fazendo novos “bonecos”, soprando-lhes o seu “fôlego de vida”. Dir-nos-ão: você está ridicularizando coisa séria. Permitir-lhes-ei, então, lerem mais esta declaração de LGS, e depois me dirão de onde vem o inconcebível: “*O que sai do homem quando morre, vai para Deus e retorna-lhe na ressurreição, é apenas o fôlego de vida emprestado por Deus a todos os seres viventes*”(ADOS, 275). **e-** A doutrina de o “**Fôlego de vida emprestado por Deus a todos os seres viventes**” tem as seguintes seríssimas implicações: e.1- Todos os “fôlegos de vida”, o de Nervo e o de Paulo, o do Papa mais idólatra e o da “inspirada” Ellen White, voltaram para Deus, porque fazem parte dele. E quem ministra tamanho absurdo é o “teólogo” do adventismo: “*O espírito também é mencionado de forma genérica(o texto é contundente: “... e o espírito volte a Deus que o deu”), e ninguém pode negar. Sendo assim, ambos os espíritos(o do justo e o do ímpio) vão para Deus, e isto é a clara e simples verdade da Bíblia.* e.2- **Todos os seres viventes?** O “fôlego de vida” dos animais procede ou emana de Deus e a ele retorna com a morte? O de um cachorro, por exemplo? **f-** O texto de Eclesiastes dirige-se aos jovens do povo de Deus, contextualizando o v. 7 com as exortações: “*Sabe, porém, que de todas estas coisas Deus te pedirá conta*”(Ec 11.9b). “*Lembra-te do teu Criador nos dias da tua mocidade*”(Ec 12.1). Não se aplica, portanto, aos réprobos. Por meio de textos fora de seus contextos tiram-se aberrações como as que acabamos de ver; e tudo em nome “verdade bíblica” irrefutável. Preferimos o sentido natural do texto, universalmente aceito, à esdrúxula interpretação do adventismo pelo senhor LGS.

Sobre “a imortalidade da alma ou espírito” (I Ts 5. 23 cf Hb 4. 12; Mt 10. 28; Zc 12. 1).

Réplica adventista: *Três textos, pelo menos, são sempre utilizados apressadamente, a fim de sancionar a crença de que o homem possui uma “entidade” que lhe sai, ao morrer, tomando rumos do céu ou inferno; respectivamente, o bom e o mau, tratando-se de cristão ou ateu. Sendo espírita, destino pode ser um animal, doente físico etc*”(LGS, ADOS, pág. 276).

Tréplica. Alma e espírito: paralelos e contrastes. O termo “alma” percorreu um longo percurso até chegar ao português. Veio do hebraico “néphesh”, passou para o grego da Septuaginta: “psyché”; para o latim, “anima”; para nossa língua, “alma”. Tem, no Velho Testamento, o significado de: garganta, esôfago, hálito, coração, homem interior, vida(especialmente na expressão: alma por alma), pessoa(na expressão: tantas almas= tantas pessoas), eu(na expressão: minha alma= eu), homem. A alma, com a denotação de vida, aplica-se tanto a seres humanos quanto a animais. “Anima”(alma) veio a ser sinônima de “espírito humano”, em virtude de sua latinização. São semelhantes em significados diversos mas diferentes em origem e conotações específicas: alma é essencialmente vida natural; espírito é vida espiritual. Ambos podem conotar a parte que sobrevive após a morte, mas não eternamente sem o corpo, pois o homem ideal é “psycossoma” ou “pneumossoma).

A palavra “espírito”, à semelhança de “alma”, procede do hebraico: “ruach”; passou para o grego: “pneuma”; para o latim: “spiritus”; para o nosso vernáculo: espírito. Seu significado original: vento em movimento e, posteriormente, “hálito”, especialmente o das narinas de Javé como em Ex 15.8; II Sm 22.16; Sl 18.16; Os 13.15; Is 30. 28; Jó 4.9. O espírito, “ruach” é sopro da vida. O homem participa da vida animal pelo binômio: “psyché – soma” e da natureza de Deus pelo “ruach” que dele recebeu, tornando-se um ser “pneumossomático,” essencialmente espiritualizado(pneumatikos). Deus distinguiu o homem do animal pela doação do “pneuma”, espírito”; então, a “imagem e semelhança de Deus” passou a ter a mesma vida de Deus: espiritual e eterna por meio do espírito integrante de seu conjunto unitário: corpo-espírito. Pela alma(psýché), o homem relaciona-se com o meio natural interativa e racionalmente. Pelo espírito(pneuma), hálito divino, ele se interage com sua fonte original, Deus, que é um ser espiritual. O homem não poderia ser imagem e semelhança de seu Criador se não fosse “revestido” de imortalidade. Imortal em si mesmo só o Deus trino(I Tm 1. 17); a imortalidade do homem é derivada de Deus, o Eterno, e envolve o ser completo, uno, integrado: alma-corpo ou espírito-corpo. A partir da morte física, o corpo, nobilíssima obra do Criador, ficará aguardando até ser “revestido de imortalidade” pela ressurreição(I Co 15. 54), enquanto o seu espírito desencarnado permanece sob a proteção do Salvador(debaixo do altar) até a reintegração da unidade original: **corpo**, criação divina, pessoalizado e identificado é reunido ao seu espírito, não a qualquer “fôlego divino”. A dicotomia somente existe no “estado intermediário” por causa do queda. Antes da morte, embora sob os efeitos do pecado, e após a ressurreição, na perfeição da incorruptibilidade, o que caracteriza o homem é a unidade indissolúvel psicossomática. Essencialmente, o homem é um ser uno: corpo-espírito ou corpo-alma, quando identificado espiritualmente.

Etimológica e morfológicamente “psyché” e “pneuma” identificam-se. Teologicamente, “pneuma”(espírito) liga-se ao ser divino: Não se diz: Deus é alma(psyché), nem “Alma Santa”, mas: Deus é Espírito; Espírito Santo. Portanto, é teologicamente preferível dizer, em si tratando da conexão espiritual: “espírito humano” em vez de “alma humana.”

I Ts 5. 23; Hb 4. 12: O homem, como já vimos, não é um ser tricotômico nem sequer dicotômico; isto é, não pode ser dividido em partes(duas ou três) estanques, independentes, pois ele foi criado para existir como unidade “pneumossomática.” Deus é ser espiritual absolutamente perfeito, “monopsíquico”, “unopneumo”, tendo criado o homem para ser-lhe semelhante, corpo nobilitado(não apenas “boneco de barro”), sede expressiva do espírito, templo do “Pneuma” divino. Os dois textos mostram a realidade integral do homem, tal como existe: **Corpo**(soma): sede de expressividade do espírito e identidade física universal do ser humano. **Alma**(anima, psyché): vida biológica, emocional, sensorial, sensual, inteligente, racional, comunicativa e interativa. **Espírito**(pneuma): vida espiritual, parte do homem que o identifica com o Espírito divino, capacitação para a fé, a esperança, o amor ágáptico. É o espírito que capacita o homem ao diálogo com Deus, à recepção das verdades reveladas, aos ministérios da oração e adoração. Este conjunto unitário é o homem, que voltará à idealidade, na ressurreição final, completamente incorruptível. A palavra de Deus age no ser humano completo, integrado, unificado: alma(vida biofísica); espírito, expressão da vida espiritual presente e porvir ; e corpo, manifestação corporal a vida humana na natureza e na sociedade. É esse ser uno, que a queda esfacelou, que Deus está restaurando em Cristo Jesus: preservando o espírito sob sua guarda celeste; conservando a identidade corporal. No dia da ressurreição, o Criador restabelecerá a unidade que o pecado destruiu, e cada um voltará à corporalidade: os regenerados, incorruptíveis, viverão com o Cordeiro que os redimiu; os réprobos, viverão com o senhor a quem serviram neste mundo.

Zc 12. 1: Deus colocou o espírito dentro do homem para que ele se tornasse sua “imagem e semelhança”, e espiritualmente eterno, como espiritual e eterno é o Criador.

Mateus 10. 28: “*Não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma; temei antes aquele que pode fazer perecer no inferno tanto a alma como o corpo*”.

Cristo estabelece por meio desta importantíssima declaração as seguintes verdades antropológicas e teológicas:

01- O Senhor do homem é Deus, que sobre ele tem o direito de vida e morte. Ao Criador e Juiz supremo deve-se temer. O assassino pode matar o corpo, mas não a alma. Deus tem poder para destruir tanto o físico como o espírito.

02- O homem possui duas vidas integradas e unificadas no seu ser completo e complexo:

02.a- *A vida do corpo*, que pode ser tirada: “*Não temais os que matam o corpo.*” Essa vida corporal, de natureza biológica, fisiológica, compartilhada com todos os seres animados, chamada “respiração” ou “fôlego”, é idêntica ao “anima”(psyché), quando tomada no sentido de “vida corporal” ou natural. Frisemos bem: conforme o texto em apreço, a vida do corpo é diferente e independente da vida da alma(psiché), aqui, sinônima de “pneuma”(espírito). Esta vida, no caso do homem, cessa temporariamente com a morte física, retornando com a ressurreição, mas com a natureza modificada, adequada ao estado eterno não metabólico.

03- **A vida da alma(psiché):** “*Não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma.*” O corpo é vulnerável ao assassinato, sujeito inescapável à morte física. A **alma** não pode ser assassinada; o homem não tem poder para matá-la. Somente Deus pode fazê-lo.

04- Deus pode mandar corpo e alma para a Geena, onde experimentarão a morte espiritual, isto é, o absoluto afastamento de Deus e, conseqüentemente, de sua graça, consolo, amor e misericórdia: A expressão: “perecer do no inferno”(apolésai em Gehenne), não significa ser “destruído” ou desintegrado” na sepultura, deixar de existir, mas perder a condição de imagem de Deus, o sentido da vida, entrar num estado de alienação irremediável. A palavra, pois, usada por Jesus Cristo é “Geena”, vem de “gê-hinnom”, Vale de Hinom, local destinado ao lixo de Jerusalém, “onde o bicho nunca morre e o fago nunca se apaga.” O Mestre usou essa figura terrível para descrever a situação dos réprobos ressurretos na perdição eterna. A palavra Geena não é usada para descrever sepultura(sheol) ou hades(lugar de todos os mortos no VT), mas inferno, local e estado de sofrimento. O verbo grego “apollymi” significa: “destruo, perco, pereço, estou entregue à miséria eterna”(Thayer)”(Dic. Do N.T. Grego, W.C Taylor, 3ª Ed., C.P.B., RJ, 1960, pág. 30). O contexto terminológico indica o significado de: “ser entregue à miséria eterna” na geena, onde tudo é interminável: o fogo não se apaga, o verme não morre(Mc 9. 44.48). O verbo “perecer”(apolésai) no texto, portanto, denota o “pericimento” espiritual na geena, isto é, o definitivo e desastroso rompimento de relações com Deus, a fonte da espiritualidade, da paz, da bênção, da esperança, da fé, do compaixão e da consolação.

O senhor LGS, tentando explicar Mt 10. 28, diz, respeitante aos mártires: *Os ímpios mataram seus corpos, mas não lhes mataram a esperança da ressurreição nem a promessa de uma vida eterna*”(ADOS, pág. 282, § 4). Então o corpo tem vida em si mesmo? Deixou de ser o “boneco de barro” vitalizado com o “fôlego de vida”, a “respiração”? “A esperança da ressurreição” é imperecível? Onde ela permanece imortal? Na alma não pode ser, porque o senhor LGS não lhe admite a existência. No espírito

também não, porque um “fôlego de vida”, “hálito vital”, “respiração” não passa de “vento”, despido de existência própria, não podendo “conservar a esperança”. O corpo, muito menos, porque o cérebro, sede da memória, está morto, decomposto ou em estado de decomposição. Onde fica a tal “esperança imortal” da vítima fatal? O texto, para os que negam a existência da alma(espírito), torna-se inexplicável, ininteligível.

Sobre o “partir e estar com Cristo”(Fp 1. 23).

Réplica adventista: “*Ter desejo de partir é uma coisa, chegar no mesmo dia no céu, é outra coisa bem diferente. Perdoe-me, muitos estão confundindo partida com chegada*”(LGS, ADOS, pág. 298).

Tréplica. Para o senhor LGS, Paulo está dizendo: “*Tenho desejo de partir agora, ficar no túmulo até o dia da ressurreição completamente liquidado, com meu espírito(fôlego de vida) reincorporado à fonte do “ar original” para, ressurreto, receber de volta novo “fôlego”, e então estar com Cristo.*” Conforme a previsão do corifeu do adventismo, Paulo permanece no pó do solo romano até hoje, sem “fôlego”, sem “alma”(que deixou de existir com a morte), sem qualquer expressão de desejo(os sentimentos terminam com o óbito, segundo o adventismo), sem reencontrar-se com Cristo. Na verdade, segundo a opinião adventista, o inolvidável apóstolo dos gentios está absolutamente morto. E o seu anelante desejo? Bem, esse, além de não mais existir, porque o “fôlego”(só o que lhe restou) não expressa qualquer virtude. Deus não realizou seu anelo: posterga indefinidamente a graça do convívio Pai e filho; e tão cedo, certamente, não o realizará. É duro e inconcebível, mas não para os adventista.

Paulo exprime o desejo de partir para “estar” com Cristo imediatamente, pois sabia que o seu corpo ficaria, durante o estado intermediário, reintegrado ao pó de onde viera, para ser ressuscitado no Grande Dia da vitória final de Cristo sobre a morte. Por outro lado, tinha certeza de que seu espírito, ao desligar-se do corpo, seria recolhido por Cristo, para com ele permanecer até o dia do juízo, quando a idealidade se realizará e a plena glória se efetivará: **corpo e espírito** reunificado. Então, o que era transitória passará; o definitivo efetivar-se-á, eternizar-se-á. O verbo “*estar*”(*einai*), aqui, é presente infinitivo de “*eimi*”, denotando um estado contínuo, comunicando a idéia de “permanecer em”, “ter continuidade”. Paulo jamais pensou em dizer: não estou agora com Cristo; estarei com ele na ressurreição. O ministro dos gentios estava convicto de que o “estar” com Cristo não sofre solução de continuidade, espiritualmente falando, pois, em outro local, em outra ocasião a para outro público, afirmou: “*Quem nos separará do amor de Cristo? “Será tribulação, ou angústia, ou perseguição, ou fome, ou nudez, ou perigo ou espada?”*(Rm 8. 35). A nossa conexão com Deus(ser espiritual) dá-se por meio de nosso “espírito” por instrumentalidade do Espírito Santo, com o Espírito de Cristo. O corpo morre, mas o espírito, não. Quem “está” com Cristo, jamais perderá a condição de “eterna permanência” com e no Filho de Deus, quer na vida terrena, quer na celeste.

Paulo usa outros opostos significativos: “*viver na carne*”(v.22) e “*permanecer na carne*”(v. 24) em contraste com “viver em Cristo”, “estar com Cristo”, viver no estado desencorporado. Claro que, para ele, “viver na carne” é continuar vivendo corporalmente. “Soltar as amarras” para estar com Cristo significa continuar vivendo com ele, em espírito, depois da morte. Não há, pois, como deduzir deste pronunciamento paulino, a doutrina do “sono” ou “extinção” da alma, ficando o corpo na sepultura, paralizando todos os anseios e desejos do apóstolo. Portanto, o trecho não fala nem insinua absolutamente nada sobre a mortalidade da alma, da dormência da “psique” no túmulo, da reabsorção, por parte de Deus, do “fôlego” do falecido.

O senhor LGS cita Fp 3. 11 para afirmar que Paulo ensinava que o seu desejo era chegar , imediatamente após a morte, ao sepulcro, não ao céu. Observem o que realmente

ele disse: “...*E ser achado nele, não tendo justiça própria, que procede de lei, senão a que é mediante a fé em Cristo, a justiça que procede de Deus, baseada na fé; para o conhecer, e o poder da sua ressurreição, e a comunhão dos seus sofrimentos, conformando-me com ele na sua morte; para, de algum modo, alcançar a ressurreição dentre os mortos*”(Fp 3. 9-11). Paulo fala de sua identificação com Cristo cada vez mais intensa, e que o poder da ressurreição do Filho de Deus tem promovido o seu crescimento espiritual, esperando ele, pela ressurreição do Mestre, alcançar um dia a sua ressurreição pessoal, já presente e vivificante em sua vida regenerada. O velho homem foi sepultado com Cristo e nele ressurreto para uma vida nova: “*Ora, se já morremos com Cristo, cremos que também com ele viveremos*”(Rm 6. 8 Cf Rm 6. 3,4, 9-14). Na verdade, Paulo já se considerava um “ressurreto de entre os mortos” pelo efeito direto da ressurreição de Cristo sobre ele(Rm 6.13). Para o homem espiritual a morte está vencida.

Finalmente, o apóstolo dos gentios, espiritualmente ressurreto, sabia que sua partida coinequenciaria seu instantâneo encontro pessoal com Cristo: “*Não cairá na “não existência”, nem “dormirá” até o dia da ressurreição(cf Sl 16. 11; 17. 15; Mt 8. 11; Lc 16. 25; Jo 17. 24; I Co 13. 12; II Co 5. 8; Hb 12. 23; Ap 6. 10; Ap 20. 4)*”(Hendriksen, William, *Filipenses-Comentário del Nuevo Testamento, Subcomision Cristiana Reformada, Grand Rapids, Michigan, USA, 1981, pág. 91*). Por que o estar com Cristo era melhor que permanecer na carne? Paulo mesmo nos responde: em Rm 8.18; II Co 5.8; II Ts 4. 7,8; Fp 3.14. As almas dos salvos mortos, que se sacrificaram por Cristo, continuam conscientes e ativas sob a proteção de Deus(Ap 6. 9,10).

O apóstolo disse realmente que desejava partir(morrer) para estar imediatamente com Cristo, coerentemente com o que declarou em II Co 5.8: “*Entretanto, estamos em plena confiança, preferindo **deixar o corpo e habitar com Cristo**” (**negritos nossos**). Portanto, ele entendia que, deixando o “soma” biofísico na sepultura, entregue à decomposição, seu espírito, livre, habitaria com o seu Senhor, até que se completasse a obra redentora pela ressurreição do corpo, então revestido também de imortalidade.*

Sobre “a abolição da lei”.

Réplica adventista: “*A lei continha dois elementos: O eterno e o efêmero. Um elemento é eterno, portanto, trata da moral, **que não muda**. Encontramo-lo nos **Dez Mandamentos**, freqüentemente denominados o **Decálogo**, e em estatutos com este relacionados. O elemento efêmero compõe-se de leis tanto civis como cerimoniais”. “*As leis cerimoniais cuja finalidade era ensinar por meio dos sacrifícios e cultos ritualísticos o desígnio redentor de Deus, haveriam de terminar com o advento do Messias, cuja obra de redenção esse ritualismo prefigurava, e hoje os cristãos têm certeza de que Cristo veio a ser o cumprimento e o fim da lei*”(grifos meus)” (LGS, ADOS, pág. 180, citação “*Dicionário Bíblico da Imprensa Bíblica Brasileira*”).*

Tréplica. Que as leis morais sejam, por natureza, permanentes e universais, sabemos-lo. Não aceitamos, porém, como Jesus não aceitou, que se confinem nos dez mandamentos. As leis de Cristo, sumariadas nos mandamentos do amor, não foram extraídas do decálogo. Rejeitamos, por outro lado, a tese da “eternidade” da lei moral e “efemeridade” das denominadas leis cerimoniais. Os dez mandamentos originaram-se no Sinai, colocados por Deus como termos “contratuais” do pacto com Israel. Vigoraram intactos até Jesus, quando foram por ele modificados(cf Mt cap. 5s). As leis cerimoniais não foram “efêmeras”: cumpriram-se em Jesus Cristo ou foram por ele modificadas para permanecerem: são os casos da Circuncisão, substituída pelo Batismo, e da Páscoa, substituída pela Ceia do Senhor. O antítipo virou realidade no tipo e, por isso mesmo, não foi “eliminado nem “abolido”, mas “realizado, consumado”. O que realmente “**abolidos**” ficaram são: a atribuição **justificadora da lei** e sua **função soteriológica**, e isto

especificamente da denominada “**lei moral**” que, fracassando em suas missões pactuais estipuladas, tiveram seus papéis substituídos por Jesus Cristo: o Verbo encarnado, o novo Legislador, o Sumo Sacerdote, o Cordeiro de Deus. Como princípio moral, a lei continua; como poder justificador e salvador, cessou.

Paulo, o missionário por excelência, discutia problemas pelo método do “avanço e do recuo”: “recuar um passo para avançar três. Foi assim no caso da glossolalia coríntia e também na discussão da questão judaizante: conflito entre o crente circunciso(que havia) e o incircunciso(gentílico). O primeiro defendia a doutrina da “salvação cooperativa”: lei e graça(ou fé). O segundo, pregava que a salvação é inteira e exclusivamente pela graça mediante a fé. Paulo defendia a posição gentílica, mas não queria causar cisma na Igreja. Por isso, ao mesmo tempo em que afirmava categoricamente o fim do ministério salvador das normas legais do mosaísmo, sustentava a “bondade da lei” e seu papel necessário como “aio” : condutor dos eleitos da velha para o nova dispensação em Cristo Jesus. Os adventistas, quando Paulo sustenta a abolição da lei, dizem: Refere-se à lei cerimonial; quando afirma ser a lei “santa”, “justa”, “boa”, afirmam: Essa é a lei moral”, como se a lei cerimonial não tivesse sido, igualmente, santa, justa e boa. Para efeito de argumentação, aceitamos a definição adventista dos dois códigos legais distintos: Lei Moral e Lei Cerimonial. Ambos, porém, são correlacionados, cooperativos e interdependentes. Um complementa o outro. A lei moral revela o pecado, detecta e qualifica o seu grau de malignidade, mas não vai além disso. O sistema sacrificial operado pelos sacerdotes encarrega-se da outra parte: a eliminação do pecado descoberto pela lei, e o faz por meio da confissão e da vicariedade. Portanto, o tratamento integral da questão é bipolarizada: Diagnóstico- papel da lei; terapia- função do corpo sacrificial. Caindo um, perde o sentido ou outro. Foi o que aconteceu. Os dois ministérios correlacionados centralizaram-se em Jesus Cristo que, pelo Espírito Santo, “descobre” o pecado, determina-lhe o grau de malefício, convence o pecador e indica o solução: Cristo expia-o na cruz e declara o pecador perdoado. Portanto, todo o sistema legal vetotestamentário(moral e cerimonial) chegou ao fim em Jesus Cristo. Foi, em certo sentido, abolido. Tanto o legalismo como o ritualismo, existentes como estruturadores do pacto mosaico, eram “sombras” ou “tipos” do que se realizou em Cristo Jesus. “Sombra”, no contexto revelacional, não tem sentido pejorativo, pois significa a projeção exata do real. Todo o complexo, legal e cerimonial, do velho concerto foi “sombra”(projeção) perfeita da realidade porvir efetivada no Messias. Os que viram a “sombra”, imaginaram o real(Hb 10.1; Cl 2. 17). Nós contemplamos o real, não precisamos imaginar a sombra e muito menos fixar-nos nela. O superior, final e concretizado, dispensa o inferior, figurativo e a realizar-se. O antigo pacto, restrito a Israel, com um sistema legal e sacrificial estabelecido por Deus, foi a base preparatória para a nova aliança definitiva e consumada no Messias prometido. Tudo se realiza nele: a lei, os profetas, os sacerdotes, os sacrifícios. A imagem ilustrativa de que mandamentos e sacrifícios rituais integram-se num ministério correlato, uno e complementares está no fato de as tábuas da lei serem depositadas na arca, junção do legal com o cerimonial. O “Verbo eterno de Deus” é Jesus Cristo, não mais as leis em tábuas de pedra.

Sobre a “Parábola do rico e Lázaro” (Lc 16. 19- 31).

Réplica adventista. Extrairemos as principais afirmações interpretativas do senhor LGS de seu ADOS, pág. 306ss. Inicialmente, ele se propõe a interpretá-la “literalmente”, tentando demonstrar que o literalismo leva a conclusões absurdas, mas, na verdade, chega aos seus “absurdos” pela alegorização, não pela literalidade. Interpretação literal é tomar termos e idéias no sentido natural e direto, exatamente como se nos apresentam. Por exemplo: Hades quer dizer hades mesmo; tormento quer dizer tormento mesmo. Para o senhor LGS, no entanto, **rico** significa **judeus**; **pobre** significa **gentios**;

Lázaro no seio de Abraão significa elevação dos gentios à categoria de **geração eleita**; **tormento do rico**, significa: **perda de privilégios** da parte dos judeus. Isso não passa de pura alegorização.

Acompanhemos as absurdas alegações da “interpretação literal” do senhor Gonzalez:

Sobre o rico: “Nem a Bíblia nem Jesus Cristo disseram que o rico era mau. Dizem apenas que era rico. E ser rico não é característica do desagrado de Deus; pelo contrário, a riqueza do cristão é sinal de bênção do céu.” “Não esqueça que Jesus apresentou simplesmente um homem rico. Não disse que ele era transgressor da Lei de Deus, nem mau, nem avarento. Nem que tenha adquirido sua riqueza com fraude, injustiça ou roubo. Apenas um homem rico.” (Pág. 306).

Sobre o pobre: “Nem a Bíblia nem Jesus mencionam que ele tenha sido um crente bom e fiel, e muito menos cumpridor da Lei de Deus. Diz, simplesmente: era um mendigo.” “Ouça irmão, e não se escandalize: **Mendicância é prova de desfavor de Deus**(perdão Senhor). Não precisa desencostar-se da cadeira, nem engolir seco, estamos considerando literalmente a parábola, e é isso o que a Bíblia diz, e aqui está Davi para provar; diz ele: “Fui moço, e agora sou velho; **mas nunca vi desamparado o justo, nem a sua descendência mendigar o pão:**” “(Por conseguinte, literalmente falando, o nosso bom mendigo parabólico, coitado, não era justo, muito menos descendente de algum justo. Ademais, a Bíblia silencia quanto ao fato de que pelo menos ele tenha feito algo de bom, para merecer o Céu” (pág. 306).

“Agora lhe pergunto sinceramente: Considerando as virtudes de ambos,(certamente baseando-se no literal, que é o que estamos fazendo com toda a parábola), quem merece o Céu? Sim, argumentando literalmente, se Lázaro por ser mendigo foi para o céu, o rico não pode deixar de ir também, porque não é pecado ser rico, e, esse da parábola, demonstrou genuína humanidade, não expulsou o mendigo de sua porta, não chamou a polícia nem a saúde pública, e ainda permitiu-lhe alimentar-se do pão de sua mesa.”

Sobre Abraão: “Você não acha que o seio de Abraão seja muito pequeno, porque no máximo este patriarca devia ter de altura 2,30m?” “E os pobres mendigos que morreram antes de Abraão, para que seio foram?” “Caberá no seio de Abraão todos os pobres do mundo..?” “Agora, pasme, irmão. Para onde fugir diante desta pergunta: E Abraão, chamado amigo de Deus, homem justo e bom, o pai da fé, morreu, e para onde foi? Para o seu próprio seio?” (pág. 308).

Sobre Céu e Inferno: “Como você se sentiria no Céu, vindo do lado de lá, ali bem pertinho, um ser querido neste estado? Afinal, o Céu e o inferno estão separados por uma parede-de-meia?” “ Ora irmão, é inadmissível; é insuportável crer numa coisa dessa!” (Pág. 308).

Sobre as almas: “Que almas eram essas. Sabe por que? Tinham dedos(Lc 16. 24). Tinham línguas(Lc 16. 24). Tinham olhos (Lc 16. 23). Tinham sede(Lc 16.24). Falavam e ouviam(Lc 16. 27-31)(pág. 309).

Sobre o Céu: “Releia a parábola e considere também que nela não aparecem o Senhor Jesus, nem Deus, nem anjos. Ora, que Céu é esse que não se encontra o Criador? Nem o seu trono? Despido de toda a beleza de que é provido?” (pág. 309, parte do § 7º).

“**Sem nada de literalismo**”, o senhor LGS, literalmente conclui que a parábola apenas ensina que: “O rico da parábola é um “símile” dos judeus, a quem Deus fez os depositários de seus oráculos divinos. Deveriam por isso ser a luz das nações. Os reis da terra deveriam caminhar à sua glória. Is 60.3.” “ O mendigo parabólico também era um “símile”(analogia, semelhança) dos gentios, coitados, considerados como cães, imundos e indignos do favor do Céu pelos judeus”(pág. 310).

Conclusão final do senhor Gonzalez, citando a “inspirada” White: “*Na parábola do Rico e Lázaro, Cristo mostra que nesta vida os homens decidem seu destino eterno. Durante o tempo da graça de Deus, esta é oferecida a toda alma. Mas, se os homens desperdiçam as oportunidades na satisfação própria, segregam-se da vida eterna. Não lhes será concedida nova oportunidade. Por sua própria escolha cavaram entre eles e Deus um abismo intransponível.*” (pág. 314). Seguem as respostas...

Tréplica. a- Parábola significa: “colocar ao lado”, isto é, fazer com que uma narrativa, histórica ou fictícia, ilumine, ou expresse por si mesma, o que se deseja comunicar. O objetivo é esclarecer ou reforçar o que se almeja ensinar. Não se pode afirmar, segundo demonstra Adolf Jülicher em sua “História da Interpretação das Parábolas de Jesus” (Die Gleichnisreden Jesu I, Tübingen, 1910), que as parábolas do divino Mestre são ou contêm alegorias. Ele sustentou a tese de que a alegorização era totalmente estranha às parábolas de Jesus(Apud J. Jeremias, em “As Parábolas de Jesus”, Edições. Paulinas, 2ª Ed., SP, 1978, pág. 11). As parábolas do Salvador ou são verossímeis ou projeções da realidade e da vida real. Exemplos: Bom Samaritano, Filho Pródigo, O Semeador, O Trigo e o Joio. A do Rico e Lázaro segue a mesma linha, embora projete a transição do aquém para o além, do terrestre para o celeste.

b- O transfundo contextual da parábola considerada é: “*o valioso, social e econômico, não tem, necessariamente, valor espiritual.* Eis porque festa se faz por coisas e pessoas social, patrimonial e espiritualmente desvalorizadas aos olhos da sociedade. Exemplos: A dracma(Lc. 15. 8ss), a Ovelha Perdida(Lc 15. 4ss), o Filho Pródigo(Lc 15.11ss), O Rico e Lázaro(Lc 16. 19ss). Observem: **Festa** por achar-se “uma” ovelha perdida, relegando noventa e nove, que não necessitam de arrependimento. **Festa** para um filho perdido e infiel; **banquete** no Céu para um mendigo enfermo e desprezado.

c- A dupla parabólica, Rico(Dives) e Lázaro, não pode representar “judeus” e “gentios”, respectivamente, porque ambos são judeus, um salvo e outro perdido: situação semelhante à da parábola do Filho Pródigo. A palavra “Lázaro” é a abreviação de “Eleázaro”(Deus é socorro), nome de origem hebraica. Contrastar judeus e gentios, como faz LGS, usando dois judeus, filhos da promessa, é, no mínimo, contra-senso.

d- A parábola do Rico e Lázaro coloca em contraste, por meio de dois paralelos: riqueza e pobreza materiais na terra; riqueza e pobreza espirituais no além. Uma barreira separava os dois aqui; um abismo separa-os na outra vida. O **Rico**, pelo lado de dentro do “**portão**”, na doce privacidade de um milionário, usufrua de seus bens luxuriante, orgulhosa e requintadamente. O **pobre**, na parte externa, desprotegido, sem direito de entrar, marginalizado, menosprezado, sofrendo carências inomináveis, submetido a humilhações indescritíveis, suportava sofrimentos psicológicos, morais e físicos inenarráveis. A morte estabelece-lhes a inversão do quadro: Agora, é o pobre que está no “banquete real”, “do lado de dentro do portão”, beneficiando-se da intimidade do Rei(Lc 16. 26), sendo alvo da misericórdia e da proteção “lazáricas”(Deus é socorro) do Senhor. Eis como se descreve a situação inversa no Céu: “**Filho, lembra-te de que recebeste os teus bens em tua vida, e Lázaro igualmente, os males; agora, porém, aqui, ele está consolado; e tu, em tormentos**”(Lc 16.25).

e- A descrição das condições do rico e do pobre na vida física paraleliza-se com a da vida espiritual no porvir. E, portanto, se uma imagem é retirada da realidade concreta, possível, da militância terrena; a outra, que lhe serve de oposto, não pode ser irreal. A marginalidade dos réprobos realiza-se no Hades, morada temporária do rico durante o período intermediário. Depois, ressurreto, será lançada na Geena, reservado para o Diabo e seus anjos(Ap 20. 10,15). O redimido, não porque tenha merecido, mas pela misericórdia

de Deus, ficará sob a proteção de Cristo até o juízo final. Em seguida, com seu corpo incorruptível e imortal, herdará definitivamente o reino do Cordeiro, estado eterno. As duas existências, a da terra e a do céu, são figuradas na parábola. Rico e Lázaro. Como não se pode negar o realismo diferencial entre a vida do rico e a do pobre no mundo, não se há de negar a realidade do paralelo celeste: um universo dividido, segundo a descrição de Jesus Cristo, entre **Céu**, Seio de Abraão, um “estar com Deus”, e **Hades** ou inferno, lugar de marginalização, padecimentos, exclusão, perdição. O realismo da parábola em apreço é tão grande, que Calvino, acompanhando alguns pais da Igreja, chegou pensar que se tratava de narrativa histórica(Cf L.Bonnet y A. Schroeder, em Comentario del Nuevo Testamento, Tomo 1, C.B. de Publicaciones, B. Aires, 1982, pág. 631). Estamos diante de uma narrativa parabólica tão diferenciada das demais, que os tradutores, na titulação dos textos, têm evitado nominá-la de “parábola”, colocando apenas: “O Rico e o Mendigo”; “O Rico e Lázaro”; “O Rico e o Pobre Lázaro”. Um texto tão profundo não pode ser tratado de maneira alegorizada e tendenciosa, como o faz o senhor Gonzalez em seu popularíssimo “Assim Diz o Senhor”.

Tréplica. 01- O Rico. O senhor Gonzalez afirma que nenhuma acusação existe contra o rico. Por exemplo: transgressor da lei, avaro. E mais, sustenta que se tratava de um homem bom, caridoso. Tolerou um leproso à entrada de sua residência e ainda o alimentou: *“Permitiu-lhe comer migalhas e não o expulsou de sua porta; e, do relato, imaginamos haver durado dias essa benemerência. Portanto, esse rico parabólico não é um homem mau, mas bom, de coração inclinado a apiedar-se dos desvalidos da sorte. Não acha?”*(ADOS, pág. 307). Vejam agora o perfil do rico, segundo Jesus Cristo; exatamente o oposto do imaginado e descrito por LGS:

01.a- Vivia numa luxúria pecaminosa e afrontadora, em um mundo de tantas carências, misérias, mendicâncias e fome: *“Vestia-se de púrpura e de linho finíssimo..., regalava-se esplendidamente”*(v. 19). Jesus pinta um abastado senhor, amante da opulência, das festas e do requinte; descaridoso, avaro e desumano. Esse é o “bom rico” de LGS.

01.b- A sua imagem é a de um quebrador contumaz da Lei de Deus. Não cumpria o preceito mosaico do quarto mandamento: *“Seis dias trabalharás...”*, pois *“todos os dias” regalava-se esplendidamente*”(v. 19). Quem promove festa todos os dias ab-roga, com certeza, o mandamento sabático.

01.c- Não alimentava o mendigo postado junto ao portão de sua vivenda, pois o Mestre, descrevendo as carências de Lázaro, registra: *“...desejava alimentar-se das migalhas que caíam da mesa do rico”*(v. 21). O texto não diz que se apropriava de tais migalhas, mas apenas que **“desejava”**, ficando só no desejo. Observemos também que Lázaro ficava na parte externa do paredão residencial, diante do portão de entrada fechado, sem a mínima possibilidade de acesso a tais *“migalhas”*, que caíam da mesa do milionário. Tudo indica que ele nem sequer as via: somente imaginava e, imaginando, desejava-as. Os judeus comiam com as mãos. Quando os dedos ficavam muito engordurados, limpavam-nos com massa de pão, atirando-a sobre a mesa. O mendigo sabia que isto acontecia nos banquetes diários do faustoso rico. Além do mais, os cães de rua, certamente, se migalhas sobrassem, atiradas ao exterior por cima da muralha, comê-las-iam.

01.d- Nem riqueza nem pobreza são bênçãos divinas, mas a fidelidade a Deus, produzida pelo dom da fé. A Igreja nasceu pelo ministério de gente pobre: Jesus foi pobre(Mt 8. 20), embora sendo o próprio Deus. Os apóstolos, retirados das camadas humildes, foram enviados sem bolça, sem alforje, sem provimento, sem dinheiro(Mt 10. 9,10). O sinal externo da redenção é a santificação. O rico, pois, não foi para o inferno por

ser rico, mas avarento, materialista e desumano. O pobre não chegou ao Céu por ser pobre, mas, certamente, porque era um eleito regenerado, cuja riqueza era espiritual, não material.

01.e- As “bênçãos” do rico, expressas em “bens materiais”, traduzidas em “riqueza”, foram recebidas na vida terrena: *“Lembra-te de que recebeste os teus bens em tua vida”*(Lc 16. 2a). A “bênção material” não é o primeiro estágio da espiritual nem sua causa. A “prosperidade”, mesmo honesta, não é garantia de que o “próspero” é “salvo”, *“porque a vida de um homem não consiste na abundância dos bens que possui(Lc 12. 15b)*. O egoísmo, que caracteriza o ricaço da parábola, é condenável. A riqueza dos justos deve ser destinada à produtividade e ao bem do semelhante, jamais ao regalo pessoal. Exemplo negativo: Parábola do rico que planejou entesourar para proveito pessoal e alegria própria: foi chamado de louco e retirado imediatamente da existência terrena. Jesus encerra-a dizendo: *“Assim é o que entesoura para si mesmo e não é rico para com Deus”*(- Lc 12.16-21). A teologia da prosperidade não cabe no Novo Testamento, especialmente diante da declaração de Cristo: *“Em verdade vos digo que um rico dificilmente entrará no reino dos céus. E ainda vos digo que é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus”*(Mt 19. 23,24). Então, riqueza, em si mesma, não é sinal do “favor de Deus” como pretende LGS.

02- O Mendigo. Lázaro era judeu, descendente de judeus e, portanto, membro da raça eleita. Com que base e autoridade o senhor LGS afirma que ele não era justo nem descendente de justo?

02.1- Estigma da pobreza: O adventista Gonzalez, citando Salmo 37.25, conclui que Lázaro era injusto por ser mendigo. O Salmo, no entanto, não fala que riqueza é manifestação do “favorecimento divina”, mas que o justo deve contentar-se com o pouco que possui, não invejando o muito do ímpio, que prospera: *“Não te irrites por causa do homem que prospera em seu caminho”*(Sl 37.7). *“Mais vale o pouco do justo do que a abundância de muitos ímpios”*(Sl 37. 16).

02.2- A conclusão de que a pobreza é sinal do desfavor de Deus contraria posições fundamentais do Novo Testamento e nega o ensino do próprio Cristo, que declara: *“Bem-aventurados vós, os pobres, porque vosso é o reino de Deus. Bem-aventurados vós, os que agora tendes fome, porque sereis fartos. Bem-aventurados os que agora chorais, porque haveis de rir”*(Lc 6. 20,21). *“ Mas ai de vós, os ricos! Porque tendes a vossa consolação. Ai de vós os que estais agora fartos! Porque vireis a ter fome. Ai de vós, os que agora rides! Porque haveis de lamentar e chorar”*(Lc 6. 24,25). Jesus Cristo era rico e se fez pobre por nossa causa para que, pela sua pobreza nos tornássemos ricos espiritualmente(II Co 8. 9). A fascinação das riquezas materiais sufocam a Palavra de Deus. Lembramos, finalmente, ao senhor Gonzalez que o dinheiro não é a raiz de todas as bênçãos, mas de todos os males(I Tm 6. 10). A tese de que o rico da parábola, exatamente por sua opulenta riqueza, era abençoado por Deus, e que o mendigo, em virtude de sua condição de miserabilidade, era rejeitado, não prevalece diante das claríssimas posições neotestamentárias discordantes.

Tréplica. Abraão: 1.a- judeus evitavam pronunciar o nome de Deus, representado pelo tetragrama sagrado YHWH, signo impronunciável. Assim, quando a ele se referiam, usavam “Adonai”, no hebraico, ou “Kyrios, no grego. No caso da parábola em apreço, “seio de Abraão” designa: “seio de Deus”, “convivência com o Pai celeste” na mais estreita intimidade. A divindade única revelada a Israel anunciava-se como o Deus de Abraão, de Izaque e de Jacó. Aconchegar-se ao “dono da festa ou do banquete” era privilégio concedido ao amigo mais considerado. João, o apóstolo, recostou-se ao divino Mestre por ocasião da primeira celebração eucarística. Estar, pois, no “seio de Abraão” é estar no “região de Deus”. A expressão: “filhos de Abraão” equívale a “filhos de Deus”, “descendentes da promessa”. Por outro lado, a maneira de o rico dirigir-se a Deus é

característica: “*Pai Abraão,*” *tem misericórdia de mim*”(Lc 16.24). Aqui, claramente, a expressão “*Pai Abraão*” é alocução sinônima de “Deus”. O senhor LGS, ao tentar reduzir ao absurdo a parábola pelo processo da “ridicularização literalista”, ofende o próprio Deus. No seio do Abraão físico, realmente, não cabe muitas almas, se é que alma(espírito) ocupa espaço, mas no imensurável seio de Deus cabem todos os seus filhos, desencarnados ou ressurretos. Abraão assumia posição tão destacada no conceito israelita, que tanto a habitação terrestre de seus descendentes como a celeste ligavam-se, ideologicamente a ele, venerado como pai da raça e da fé de todos os eleitos, a principal figura representativa de Israel na terra e no céu. Ele, no Paraíso de Deus, o jardim real do palácio divino, significava: “no recesso de seu próprio lar”, na intimidade do “Ancestral Mor”, Deus, o Patriarca dos patriarcas. Abraão, ao morrer, senhor LGS, foi para “Casa de seu Pai”, para o “Seio de Javé”, que é Espírito; e ele, bem como todos os eleitos salvos, estão, em espírito, com o Senhor até que se lhes complete o estado intermediário.

1.b- As Almas. Jesus declara explicitamente que Lázaro e o “rico” “**morreram**”, sendo o mendigo levado pelos anjos para o “seio de Abraão”, isto é, para o Céu, e o faustoso milionário sepultado, indo seu espírito para o Hades. Não há, pois, dúvida de que o estado de ambos é desincorporado, espíritos desencarnados: um no céu, outro no inferno.

O senhor LGS estranha que a um “espírito” se possa atribuir “dedo, língua, olhos, sede, fala e audição; concluindo que se tratava de “pessoas físicas”, não de “almas”(ver ADOS, pág. 309), desconhecendo ou ignorando por conveniência a linguagem antropomórfica das Escrituras. Pelo mesmo argumento, o senhor LGS deveria concluir que Deus é uma pessoa física, indagando: “*Que espírito é esse? Sabe por que?*” – *Tem dedo(Ex. 31. 18 cf Ex 8. 19; tem mão(Ex 7. 4,5; Dt 3. 24; Dt 3.5; Sl 31. 5,15; 139.10); tem olhos(Lv 10.19; Nm 23. 27; 24. 1; Dt 4. 25; 9.18; 11.12; Sl 139.16). E mais, a Bíblia diz que Deus fala, ouve, sente, cheira o aroma dos sacrifícios, alegra-se, fica triste.* Deus, para fazer tudo isso, concluiria o senhor LGS, tinha de possuir corpo, cabeça e cérebro. E Deus, segundo as Escrituras, *é Espírito*. O “dedo” simbólico do Deus Espírito pode “escrever na pedra”, mas o de Lázaro, igualmente simbólico, não pode molhar-se na água para refrescar a língua do rico, tudo figuradamente. Na preconcebida imaginação de LGS, atividades físicas e mentais somente se exercem por meio da massa encefálica. Conforme tal raciocínio, um ser espiritual, em decorrência da imaterialidade, é despido de cognição e volição. Tal doutrina anula Deus e os anjos, relegando-os à inexistência.

1.c- Intercomunicação - Céu e Inferno. O senhor LGS não aceita a idéia de Céu e Inferno, porque entende horrível estar no céu, vendo um parente padecer no inferno, ouvindo-lhes os dolorosos gemidos, no interminável sofrimento. O céu seria, no seu entendimento, tão insuportável como o Inferno. Mas ele não percebeu, ou fez que não, os seguintes detalhes da parábola: - 1.c.1- O Rico viu Lázaro, o que lhe aumentou o sofrimento, mas não se registra que Lázaro o tenha visto. 1.c.2- Céu e inferno não se encontram tão pertinho como pensa LGS, porque o rico “**viu ao longe Abraão e Lázaro no seu seio**”(Lc 16.23). 1.c.3- Não houve diálogo do rico e Lázaro. A conversa aconteceu entre o ex-milionário e Deus. 1.c.4- O conceito social e passional de família não existirá no céu, onde todos serão igualmente irmãos sem qualquer preferencialismo ou acendramento de paixão. A nova família, sem vínculos sensoriais, será de natureza estritamente espiritual. Um céu com as paixões terrenas realmente se nos afigura intolerável. Deixamos pai e mãe, irmãos e irmã, amigos e campos, tudo, para termos outros tantos de pais e mães, irmãos e irmãs, amigos e possessão celeste(Mt 19. 28,29). O sentimentalismo familiar por si mesmo é excludente de estranhos. O “sociedade” celeste é absolutamente includente: todos são “entes queridos”. O estágio terreno da vida anterior, com sua estrutura biopsíquica passionável, fica totalmente olvidado.

1.c- O Céu: O senhor LGS indaga: Que céu é esse sem Deus, sem Cristo, sem anjo e sem beleza? Respondemos: **Deus** está figurado no patriarca Abraão em cujo seio Lázaro se encontra. O **Filho** e o Espírito Santo estão inclusos na unidade trina, porque as pessoas trinitárias são inseparáveis e indissociáveis. **Anjos** conduziram Lázaro ao seio de Abraão(Lc 16. 22), cumprindo a missão de agentes da divindade. **Beleza** espiritual não se expressa em imagens físicas. Belo espiritualmente é gozar para sempre a delícia e a eterna paz da companhia do Pai celeste.

Sobre A Parábola do Rico e Lázaro: Sepultura.

Réplica Adventista: O adventismo ensina que “inferno”, tradução do hebraico “sheol” ou do grego “hades, significa “única e exclusivamente” “sepultura”. Vejam o que escreveu LGS: *“Inferno quer dizer sepultura, lugar de silêncio, parte inferior, lugar dos mortos. É traduzido da palavra sheol no Antigo Testamento e da palavra hades no Novo Testamento. É para lá que, após a morte, todos, tanto bons quanto maus, ricos e pobres, salvos ou não, irão aguardar a ressurreição. Pois inferno é sepultura.”(LGS, ADOS, pág. 316).*

Tréplica. Para o adventismo, o Messias, ao morrer, foi para o “inferno”: “inferno sepulcral”. A parábola diz que o rico morreu e foi sepultado(Lc 16. 22b), enquanto Lázaro, também falecido, foi para o “Seio de Abraão”. Jesus, nessa narrativa, distingue indiscutivelmente, “sepultura” de “Seio de Abraão”(Céu ou Paraíso) e Hades ou Inferno. Certamente, Lázaro não “mereceu” sepultamento, porque sepultura era privilégio dos poderosos. E quem sepultaria um mendigo apodrecido? Sepultado ou não, seu corpo foi devolvido ao pó. O que se transportou pelos anjos para o seio de Abraão foi seu “espírito.” O rico, como acontecia com todos de sua classe, foi “sepultado”, com certeza, em túmulo luxuoso, depois de funerais concorridíssimos, “enriquecido” com a carpidagem profissional. Sua matéria física, no entanto, permaneceu, como a de todos, decompondo-se, embora no sepulcro; porém, seu “espírito” foi para o “hades”, o lugar do desespero dos réprobos alienados de Deus..

Se “inferno”, na interpretação adventista, é “única e exclusivamente sepultura”, para onde vão “todos os mortos”, então muitos “escaparam” e outros ainda escapam do inferno, por não terem a “infelicidade” de serem sepultados: Os crucificados, cujos corpos ficavam à mercê de chacais e aves de rapina; os incinerados, os devorados por feras, os queimados acidentalmente, os afogados e os insepultos de guerra. Além do mais, se sepultura, no conceito sabatista, é um local subterrânea, nas “profundezas da terra”, então as “covas rasas” dos indigentes e as tumbas de cavernas ou pirâmides, que eram comuns no mundo antigo, excluem-se das “sepulturas” infernais adventistas. Ora, a palavra “sheol” veio a significar “sepultura” por analogia, não por sentido direto e primário, pois ela era usada, “primariamente” para designar, no Velho Testamento, a “habitação dos mortos” no “centro da terra”, um lugar de silêncio, de inatividade, de neutralidade, mas não de inexistência. Os espíritos, depois de separados de seus respectivos corpos, eram colocados lá. No estágio em processo de revelação, o “sheol” era o mesmo para justos e injustos, isto é, todos os mortos. Posteriormente, começou-se acreditar que havia no “sheol” uma divisão, separando justos de injustos; ou melhor: judeus de gentios. No Novo Testamento, especialmente no ensino de Jesus por meio da parábola do Rico e Lázaro, ficou claro que, para os mortos no estágio intermediário, há duas moradas “estagiárias”, não definitivas: O Céu ou Paraíso para os santos e Hades para os réprobos. Quando a obra da redenção se completar e a idealidade humana efetivar-se na reunificação imaculada, incorruptível e imortal de “corpo e espírito”, os regenerados e salvos gozarão definitivamente a bênção da eternidade no *“Reino eterno do Cordeiro”*. Por outro lado, os ímpios, julgados e

condenados, serão lançados na *Geena*, prisão tormentosa do Diabo e seus anjos, dos anticristos e seus adeptos, onde cumprirão a pena do castigo perene. Portanto, os mortos, no estado intermediário, têm duas moradas distintas: Réprobos, com Satanás; justos com Jesus Cristo. Como estão em “espírito”, dispensam localização. Depois de ressurretos, os redimidos estarão, fisicamente restaurados e beatificados, no Reino de Cristo; e os perdidos, também em seus corpos, mas com a corrupção moral e espiritual fixada e estabilizada no máximo grau, viverão eternamente com Satanás e as bestas.

Os adventistas, quando pregam a mortalidade do espírito, dizem que repetem a sentença divina no Éden: “*Certamente morrerás*”(Gn 2.17). *Quando nós pregamos a imortalidade da alma, reproduzimos o ensino de Satanás: “Certamente não morrerás”*(Gn 3.4)(Cf ADOS, pág. 315). Adão e Eva, porém, quebrando o pacto, não foram a óbito imediatamente, porque a mortalidade física, em princípio, residia neles como seres reprodutivos, macho e fêmea. Já imaginaram o casal primevo, “multiplicando-se e enchendo a terra” sem mortalidade? A superpopulação, há milênios, já teria levado a terra a um catastrófico estado caótico. O sistema geracional, adotado por Deus, pressupõe o fim dos indivíduos, que continuam vivendo nos pósteros. A morte de que falou o Criador é, portanto, espiritual, que consiste em rejeição completa, absoluta alienação de Deus e, conseqüentemente, do amor, da paz, da bênção, da graça, do gozo e da esperança. Isto realmente aconteceu com a queda. O adventismo acusa-nos de “imortalistas”, mas arranjam um tal “*fôlego de vida*” imortal que, com o ato de falecimento, desprende-se do corpo, reincorporando-se em Deus de onde viera(ADOS, pág. 274). Por que então não chamar o tal “*fôlego de vida*” de “alma” ou “espírito?” Indefinições e contradições não faltam no “imaginário” sabatista.

Sobre o destino do arrependido crucificado.

Réplica: “*Sim, irmão, houve um lapso na colocação da vírgula. Conseqüentemente, o texto correto de Lucas 23. 43, no bom português é:*

“...Em verdade te digo hoje(dois pontos) estarás comigo no paraíso.” Ou seja, quando Jesus voltar e disser: “vinde, benditos de meu Pai, possuí por herança o reino que vos está preparado desde a fundação do mundo”(Mt 25.34). (LGS, ADOS, pág. 328).

Tréplica. a- A tradução mencionada é possível, em virtude da sintaxe grega: língua declinável, própria para comunicação do pensamento filosófico. Semelhante construção textual, entretanto, é inviável à luz da lógica precisa, embora concisa, da comunicação escrita do pensamento helênico. O grego, em conseqüência da riqueza e precisão verbal e vocabular, também em decorrência de sua estrutura sintética, comunica com exatidão o conteúdo da ação do verbo e por ele transmite fielmente a idéia clara de temporalidade. “**Legō**”, 1ª pes. do presente ativo, indicativo, contém, em si mesmo, a idéia de “ação presente”, o que se “fala agora”, o que se está “dizendo no momento”(presente contínuo). Portanto, adicionar-lhe o advérbio “hoje”(sêmeron) é construir um pleonasma inaceitável em uma língua exata. fiel e lógica, adaptada à precisão dos conceitos. O advérbio(sêmeron), pois, não deve ampliar nem restringir a ação verbal de “legō”, pois seria inconseqüente ilogia. Hoje(sêmeron), sem dúvida, é advérbio de “ésê”, “estarás”(2ª pes. sing. de “eimi). A tradução: “*Hoje estarás comigo no Paraíso*” é a correta: sem pleonasma, sem ofensa à lógica lingüística da fala grega, sem negar a doutrina da “continuidade da vida após a morte. A vida espiritual reside no espírito; a biológica(anima),em todos os seres vivos: humanos e animais.

b- A súplica do crucificado: “*Lembra-te de mim, quando vieres no teu reino*”(Lc 23. 42). Ele percebeu no “companheiro de sacrifício” o “Messias prometido”, cujo “reinado” interrompia-se ali, segundo o seu entendimento, mas que se implantaria futuramente. O Messias responde-lhe a oração, dando-lhe a entender que o “Reino Messiânico” não era

uma promessa futura nem um plano frustrado pela morte, mas que se implantava naquele exato momento mediante o sacrifício do Rei; e que ele, pecador arrependido e confesso, acabava de ser aceito e estaria, como súdito privilegiado, no Jardim Real (Paraíso de Cristo). Na verdade, num paradoxo inigualável, Cristo, nosso Rei, foi entronizado na cruz, declarado Rei crucificado (que o diga Pilatos), passando a reinar definitivamente sobre seu povo do qual o “ex-ladrão” tornou-se partícipe imediatamente, a partir de sua confissão e súplica. O Reino de Cristo não é somente promessivo, mas realidade presente, imediata, iniciada na cruz, completada na ressurreição do Messias, consumada na exaltação. Ao pedido do recém-convertido, pleno de certeza e esperança, mas firmado numa expectativa futura de um reinado físico e político do Rei prometido, Jesus responde com uma dádiva presente: a doação imediata do reino: **“Hoje estarás comigo no paraíso”**. O condenado arrependido não pensava, e nem podia, num “reino escatológico” pós-ressurreição de Cristo, mas no retorno físico imediato do herdeiro do trono davídico, para reinar, a partir de Jerusalém, política e eclesiasticamente, sobre todas as nações.. Ressurreição, especialmente a do Messias, não era doutrina popular entre os judeus; não podia fazer parte das “convicções” do crucificado convertido. O reino, que estava em processo de implantação, concluir-se-ia no “kairós” em andamento, no “hoje” da crucificação, quando a morte vicária de Cristo se efetivasse, e estava prestes; acontecendo num curto lapso de tempo. Crente é todo aquele que “está em Cristo”, inserido nele, no corpo ou fora dele, como o órgão no organismo, o ramo na videira, a pedra no edifício. Os argumentos de LGS de que Jesus não “subiu ao céu” imediatamente após a morte (Jo 20.17); de que o ladrão não morreu naquele dia (Jo 19. 31-33), não levam em conta a imediata implantação do “Reino de Cristo” e o fato de o “ladrão convertido” ligar-se ao Salvador no ato da conversão e, portanto, estar com o Rei, possuindo, por doação, a promessa realizada “ali”, “no mesmo instante”, mas também a realizar-se no porvir, quando a morte for vencida em todos os seres humanos, como seria, e foi, três dias depois de sua conversão, por Cristo ao ressurgir-se. O “já” e o “ainda não” marcam a Igreja. LGS confunde “subir ao Pai” (Jo 20.17) com “estar com Cristo” e Cristo “estar com o seu eleito”. Confunde também o “subir de Jesus” com um ato físico para um “Paraíso” geográfico lá no alto. Deus, sendo Espírito onipresente, não se limita espacialmente. “Subir” significa: “ser exaltado”, não propriamente “sair” da terra. Deus não “sai” de lugar algum. Também, com tal raciocínio, dissolve-se a Trindade, concebendo um Pai no céu, todo poderoso, e um Filho na terra, despido de poder e ação. A trindade não se desfaz. Cristo disse à Maria Madalena: “Vai ter com os meus irmãos e dize-lhes: *Subo para meu Pai e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus*”. A expressão “meus irmãos”, é clara alusão à “irmandade real”, “à família Dei”: realidade já, aqui, agora, com a Trindade presente. Como, porém, não há solução de continuidade entre a Igreja militante e a triunfante, porque Deus não é Deus de mortos, mas de vivos (Mt 22. 32), o ladrão, via regeneração, estava na irmandade, na comunhão do Rei.

Ao quebrar as pernas do ladrão penitente, certamente ele morreu, mesmo que o outro continuasse vivo. Mas a morte imediata, no “hoje” semanal, não faz qualquer diferença para quem “está com Cristo, o Rei, no seu Reino, quer no corpo ou fora dele.

Não se pode confundir o Paraíso de Cristo, prometido ao recém-convertido, com o Reino Escatológico a realizar-se depois da ressurreição geral. Todos os que estão no “Seio de Abraão” ou “no Paraíso”, antes e depois da encarnação do Verbo, foram salvos por Cristo e estão com ele e nele, aguardando a plenitude ou consumação da obra redentora e restauradora na efetivação da idealidade “pneumossamática”: união corpo-espírito. Somente pelo pressuposto da “mortalidade da alma” é que se “justifica” uma tradução de Lc 23.43 (“em bom português?”), como a do adventismo.

INFORMAÇÕES FINAIS

01- O Adventista Ideal. O doutrinador adventista, senhor Lourenço Gonzalez Silva(LGS), apresenta o adventista ideal, seu filho Samuel. Eis alguns tópicos da apresentação: *“Um cristão que é extremamente zeloso na guarda dos mandamentos de Deus, que no Sábado não permite sequer lavar os talheres usados no almoço. Conta os minutos que antecede o Dia do Senhor, para não transgredi-lo.” “Não come carnes imundas, nem bebe refrigerantes da linha “coca-cola.” (ADOS, pág. 216).*

É admirável a fidelidade do Samuel: excelente adventista, sem dúvida: **mais fiel** que seu operoso pai, que admite “consertar” um automóvel que, no percurso para a Igreja, apresente defeito; **mais fiel** que Jesus Cristo que, no comando dos apóstolos, *“não contou os minutos que antecediam o Dia do Senhor, para não transgredi-lo”*, levando os discípulos a, passando pelas searas no Sábado, “colherem espigas”, triturá-las com as mãos, comerem seus grãos.

02- Sepultura não é Inferno. A sepultura, para onde vai quase a totalidade dos corpos humanos, que foram ou estão sendo reintegrados à natureza de onde procederam, nada tem a ver com inferno ou hades. O adventismo, pelo seu paladino, senhor Gonzalez, é dúbio quanto ao verdadeiro estado da alma no sepulcro. Ora afirma que ela morre, ora diz que fica dormindo, ora sustenta a existência de um “fôlego de vida” que, após a morte, volta para a fonte original, Deus. Em qualquer das hipóteses, na “sepultura adventista” não existe sofrimento. Nela, ou não há alma alguma ou, existindo, está “dormindo”. O adventismo, por outro lado, nega a possibilidade de incidência penal da justiça divina sobre incrédulos condenados depois da ressurreição final, pois todos serão literalmente “queimados” e consumidos por ocasião da segunda ressurreição, mil anos depois da primeira. Geena, portanto, como lugar de punição eterna, para o adventismo, inexistente. Mas o Novo Testamento fala de padecimento interrompível, no Hades, do injusto entre a morte e a ressurreição; e menciona sofrimento permanente dos réprobos na Geena, depois de ressurretos; bem como descreve tranqüilidade e paz para os salvos no “Céu”(“Seio de Abraão ou Paraíso”) e, posteriormente, no Reino consumado de Cristo. O lugar de tormento descrito no Novo Testamento de maneira alguma se identifica com a “*sepultura sabatista*”. Por favor, leiam as seguintes indiscutíveis afirmações bíblicas a respeito:

02.1- *Então o Rei dirá aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o Diabo e seus anjos”(Mt 25. 41).*

02.2- *E irão estes para o castigo eterno, porém, os justos, para a vida terna” (Mt 25. 46).*

02.3- *E, se a tua mão te faz tropeçar, corta-a; pois é melhor entrares maneta na vida do que, tendo as duas mãos, ires para o inferno, para o fogo inextinguível.”*

“...É melhor entrares na vida aleijado do que, tendo os dois pés, seres lançado no inferno.”

...É melhor entrares no reino de Deus com um só de teus olhos do que, tendo os dois, seres lançado no inferno, onde não lhes morre o verme, nem o fogo se apaga”(Mc 9. 43, 45, 47,48).

Inferno ou *hades* nos textos citados é local de sofrimento, de penalidade. O senhor LGS, porém, por conveniência, cremos, não “é capaz de admitir” “fogo” no sentido figurado; só o “entende” literalmente. Aí, o “eterno,” para ele, não é o “fogo”, mas o dano permanente que causa. Firmado em sua lógica literalista, compara os textos acima, eminentemente ilustrativos e comparativos, com os que se referem a queimas físicas com resultados e conseqüências eternas. Eis o que escreve: *“...O fogo eterno é enquanto existir*

matéria para queimar. Porém, acabando os elementos, seja animal ou vegetal, o fogo apagará, assim como apagou-se na cidade de Sodoma e Gomorra...”(ADOS, pág. 319). O contexto de Judas 7(citado), no entanto, mostra que “ sodomitas” e “gomorritas”, à semelhança dos anjos caídos, estão “em algemas eternas, para o juízo do grande Dia”, isto é, em sofrimentos ou “fogo eterno”. Examinem o texto devidamente contextualizado: “...*E a anjos, os que não guardaram o seu estado original, mas abandonaram o seu próprio domicílio, ele tem guardado sob trevas, em algemas eternas, para o juízo do grande Dia; como(negrito nosso) Sodoma e Gomorra e as cidades circunvizinhas, que, havendo-se entregado à prostituição como aqueles(negrito nosso), seguindo após outra carne, são postas para exemplo do fogo eterno, sofrendo punição*”(Jd 6,7). O fogo físico, que queimou as cidades prostitutas referidas, apagou-se com o fim da matéria comburente, mas o fogo espiritual, inapagável, continua “queimando”, “sob trevas, em algemas eternas” os renegados sodomitas e gomorritas.

“Fogo” e “verme”; *o primeiro ardendo diuturnamente na parte seca, e o segundo, decompondo a matéria orgânica úmida do lixo do “Vale de Hinon”, foram utilizados por Jesus Cristo para “descrever” o “sofrimento” dos que “são “laçados” na Geena, “onde não lhes morre o verme(verme deles), nem o fogo se apaga”(Mc 9. 48).*

Sepultura é o destino do corpo. **Inferno**, o da alma(espirito). **Geena**, o do réprobo depois da ressurreição.. **Paraíso**, destino do crente no estado intermediário. **Reino Eterno de Cristo**, o “habitat” definitivo do redimido.

03- O Adventismo e os Alimentos contaminantes. O adventista tem uma dieta saudável, elogiável do ponto de vista dietético. Seus restaurantes vegetarianos, especialmente em São Paulo, são concorridíssimos. Evitar, por exemplo, carne de porco por questão sanitária é correto. Mas a “dieta” adventista tem motivação religiosa, é “questão de fé”. Como seita judaizante, mantém a separação vetotestamentária do puro e do impuro, do sagrado e do profano. Contamina-se espiritualmente quem ingerir alimento “impuro”. A “contaminação” não está propriamente no ato de alimentar-se, mas no alimento consumido, contaminante por si mesmo. O conceito de impureza provinha da ação divina da “escolha” e da “rejeição): Deus “escolheu” alguns animais para serem **puros**; rejeitando os outros que, sendo biologicamente idênticos, classificavam-se de **imundos**; elegeu um povo para ser sagrado, estigmatizando os demais povos de profanos; escolheu um dia para ser santo, deixando os outros na profanidade; escolheu uma terra para ser santa, relegando as outras à imundícia profanante. Tal dicotomia de sagrado e profano; de limpo e imundo, de puro e impuro, chegou ao fim no Novo Testamento, quando todos os alimentos igualaram-se, judeus e gentios tornaram-se irmãos do mesmo corpo eclesial. O princípio de “separação”, que construiu o muro entre judeus e gentios, é o mesmo que separou, por critérios místicos, “animais limpos” e “imundos.” Daí a correlação da indiscriminalidade alimentar da nova dispensação com a universalidade da redenção: inclusão dos ex-renegados gentios na comunhão da graça. O lençol de animais de atos 10. 10-16 é ilustrativo de tal correlação. Pedro teria de assentar-se à mesa dos gentios, comungar-se com eles integralmente: alimentos e convivência fraternal, ambos, procedimentos imundos aos olhos dos judeus, mas agora aceitos para o ingresso no sacerdócio real do Filho, purificados, não cerimonialmente, mas pela regeneração: novas criaturas diante do Pai que, em Cristo Jesus, não discrimina. O judaizante apóstolo forçosamente teria de compreender que ele não pode *chamar de imundo o que Deus em Cristo purificou*. Aliás, Criador fez vir à existência todos os seres vivos, e viu que “tudo era bom.” Por que dividir os seres criados entre “bons”(puros) e “ruiins(imundos)? A nova criação, recriada em Cristo, voltou a igualar todos os seres, todas as pessoas. Pedro, pois, na nova dispensação, deve esquecer a doutrina vetotestamentária do “puro e impuro”, onde o que “entrava pela boca” podia causar bem ou mal religioso, se “limpo ou imundo” No Novo Testamento, Cristo estabeleceu o primado normativo, que rege hoje a sua Igreja:

“Não é o que entre pela boca o que contamina o homem, mas o que sai da boca, isto, sim, contamina o homem”(Mt 15. 11). Contaminação espiritual, não química ou biológica. O homem não se salva ou se perde pelo que come ou deixa de comer(Leiam I Co 8 e Rm 14).

04- Arminianismo adventista. O adventismo é arminiano por natureza: prega a salvação pela graça, o que confunde muita gente, mas, ao mesmo tempo, doutrina fortemente seus fiéis sobre a imperiosa necessidade da guarda da lei, sem a qual não se “obtem” a salvação. O seu “contraditório esquema doutrinário” é: *Pela lei, mediante a fé e a graça, o pecador salva-se; pela lei, mediante a fé e a graça, o salvo persevera salvo; salvação, porém, pode ser perdida a qualquer momento.* A respeito, doutrina LGS: *“O homem pode ser um bom cristão durante 50 anos, mas se no dia seguinte pecar, e se nesta condição morrer, estará perdido”*(ADOS, pág. 459). No entendimento adventista, Deus está com o ofertório da graça nas mãos de Cristo à disposição de quem “desejá-la” e “merecê-la” por meio da “obediência à lei de Deus. A “graça conquistada”, porém, pode ser perdida. Isto porque o sabatista crê num Pai que só tem os filhos que o desejam e se esforçam para se manter na companhia do Genitor divino; não aceita um Pai que tem e mantém os filhos que deseja, elege, redime, regenera e neles efetua tanto o querer como o realizar, segundo sua boa vontade(Fp 2. 13). Quem não é de Deus, não houve suas palavras(Jo 8. 47). O antropocentrismo arminianista do adventismo não lhe permite entender para aceitar texto inconfundíveis sobre a eleição incondicional como: Rm 8. 28,29; Rm 9. 11-13; I Co 1. 26-29; II Tm 1. 8,9; Ef 1. 4,5; Jo 6. 44; At 13. 48; Jo 5. 21; Jo 6. 37; Lc 4. 25-27 cf I Rs 17. 8-24; II Rs 5. 1-17; Jo 6. 65,66; Jo 10. 14,15,6-29; e sobre a perseverança dos santos: Tg 1. 18; Fp 1.6; Fp 3. 2º,21; Jo 17.2; Jo 6. 39; Jo 10. 28; I Pe 1. 4-5; II Tm 1. 12 cf Jo 17. 11; II Ts 2. 14Ef 1. 11; Rm 11. 7; II Ts 2. 13; II Tm 4. 18; Jd 1, 24-27; I Ts 5. 23,24). Recomendamos ainda a leitura dos textos: Rm 8. 28-39; Ef 1. 3-14; II Ts 2. 13, 14; II Tm 1. 9,10. Crente não é aquele que “discute” com o Soberano Redentor(Rm 9. 20,21), mas o que aceita a revelação e a ela se submete humildemente com alegria no coração.

05- Fé, Bênção da Eleição. O pecador, se eleito, fatalmente crê ou crerá no Filho de Deus. A fé, carisma dos escolhidos preordenados, obviamente é um dom divino, não capacidade e virtude humanas(Ef 2. 8,9). Então, *todo aquele que crer será salvo*, mas ninguém crê se Deus não lhe conceder a dádiva da fé. A crença, pois, é sinal e consequência da eleição. Por outro lado, somos preordenados desde a fundação do mundo para sermos “santos e irrepreensíveis” perante Deus: *“Assim nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; em amor nos predestinou para ele, para adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, que nele nos concedeu gratuitamente no Amado”*(Ef 1. 4,5).

Considerações sobre o texto acima: **a-** Antes do ato criacional, nos eternos propósitos de Deus, quando concretamente nada existia, o Criador e Salvador já havia preordenado a existência da comunidade de eleitos e cada um de seus componentes: *“Assim nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo”* **b-** Fomos escolhidos em Jesus Cristo, o Eleito dos eleitos. Fora dele não há eleição nem escolhido. **c-** Fomos escolhidos para *“sermos santos e irrepreensíveis”*. A eleição precede ao chamado e, portanto, mesmo antes da conversão, o preordenado não é um “reprovado”, não se comportando como tal. **d-** A eleição é incondicional: procede da livre escolha de Deus antes de o escolhido historicamente existir. O eleito é, à luz do preordenação, uma criação

especial de Deus, um filho exclusivo de seu amor eterno. Os arminianos, adventistas ou não, antropocêntricos quanto à responsabilidade pessoal e o livre arbítrio, e nomocêntricos quanto aos meios de fidelização, santificação e satisfação da vontade divina, são “inteiramente responsáveis” pela salvação individual e manutenção do “privilégio beatífico” conquistado. O destino eterno de cada um é “decidido por si mesmo. Não há lugar na soteriologia adventista para a “regeneração”, ato da livre graça de Deus, efetivada pelo Paráclito.

Salvação cooperativa. O Espírito Santo “coopera” na “santificação” do arminiano adventista mediante: a- cumprimento da lei; b- “requerimento” do crente; c- aquiescência do requerente; d- permanência na fidelidade aos mandamentos, especialmente o sabático; e- não ingerir coisa alguma “impuro”, pois o “imundo”, que entra pela boca, “contamina o espírito. Entende o adventismo, arminianista por excelência, que sem a ação primária e volitiva do indivíduo, Cristo por ele nada pode fazer. O adventista salva-se a si mesmo, mediante a fidelidade aos mandamentos decalogais. Deus apenas lhe oferece os instrumentos da lei moral, os meios pelos quais “ele chega à salvação”, isto é, pelos méritos da obediência irrestrita. O sabatista que guarde fielmente os mandamentos, especialmente o sabático, mesmo não confiando estritamente em Jesus Cristo, salvar-se-á, seguramente. O que estritamente confia em Cristo, submete-se a ele, mas ab-roga o preceito sabatino, no conceito adventista, não se salvará, pois está assinalado com o sinal da besta. E a graça, onde fica? Somente na catequese, nas mensagens de convencimento.

Nossa Crença:

Creemos na existência do Céu, paraíso dos justos, e na do Inferno, prisão e castigo dos injustos.

Creemos na eleição dos santos e na rejeição dos réprobos.

Creemos na criação do homem como ser uno “pneumossomático”.

Creemos na queda, que desfigurou e depravou o homem.

Creemos na salvação exclusivamente pela graça mediante a fé: esta, igualmente, um dom de Deus.

Creemos na livre, absoluta e soberana vontade de Deus para fazer de sua criação e de suas criaturas o que bem lhe aprouver.

Creemos na vida eterna; a do espírito, que não sofre solução de continuidade com a morte física; e a do corpo, que a ressurreição do último dia fará retornar à existência, reintegrado ao espírito, revestido de imortalidade e incorruptibilidade.

Creemos na glorificação eterna dos santos no Reino de Cristo, e no castigo eterno dos ímpios na Geena.

Creemos que a natureza se purificou com o ingresso, no nosso universo natural e histórico, do Messias, nosso Senhor Jesus Cristo; não havendo mais, na ordem criada, separação entre puro e impuro; sagrado e profano; judeus e gentios, tempo de Deus e tempo do homem: Deus em Cristo opera tudo em todos, e até a natureza aguarda a ressurreição, a emergência de um novo céu e uma nova terra(Rm 8. 19,20).

Creemos que imediatamente após a morte, Cristo toma para si nosso espírito e o preserva para o dia glorioso da ressurreição, o dia bendito da retomada de seu corpo, que o expressou diante do mundo como imagem e semelhança de Criador, apesar do pecado, o dia em que Deus declarará vitória final sobre a morte e Satanás pelo majestoso, estupendo e inefável triunfo do Cordeiro sobre todas as potências do mal.

Creemos, finalmente, que cumprimos a lei de Deus reestruturada por Cristo Jesus, separando um dia entre sete iguais, o primeiro da semana, para o serviço sagrado e o

louvor de Deus, ao mesmo tempo em que honramos o Salvador, guardando, comemorativa e memorativamente, o dia de sua ressurreição de entre os mortos.

GOVAL, 28/11/2000

Onezio Figueiredo.